



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

# **Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

**Nuno Marques Freire**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ciência Política**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alexandre António da Costa Luís

Covilhã, outubro de 2012

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo  
Constitucional (1987-1991)**

## Agradecimentos

Aos meus pais, por todo o apoio, paciência, carinho e força que me foram dando ao longo desta caminhada, e de muitas outras, agradeço, penhoradamente, o constante suporte vital para que fosse possível concluir tal trabalho e me tornar a pessoa que hoje sou.

Aos meus queridos avós e tia Irene, pelos momentos de distração e felicidade que me proporcionaram quando mais precisei, bem como pela sensatez dos conselhos que foram verbalizando.

À minha irmã Sílvia que sempre esteve do meu lado, encorajando e defendendo incontestavelmente os meus intentos.

A todos os meus amigos mais próximos que, de uma forma ou outra, sempre me souberam apoiar moralmente e acreditaram em mim quando eu próprio duvidei. Como é natural, muitos são os nomes que poderíamos destacar, no entanto, por diferenciados motivos, saliento Eliseu Reis, Marco Fernandes, Sylvie Agostinho, Filipe Gonçalves, Sandra Pais e Sara Santos, a quem deixo um obrigado, do fundo do coração.

Estou igualmente grato a uma pessoa especial que, sem nada o prever, surgiu na minha vida, apoiando-me da forma mais simples possível e incentivando-me a concluir este trabalho. O meu profundo obrigado a essa pessoa.

Ao meu orientador, Professor Alexandre Luís, agradeço os ensinamentos, a dedicação e a forma como sempre me tratou, quase como um filho, dedico estas palavras de gratidão, apreço e profunda amizade.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo  
Constitucional (1987-1991)**

## Resumo

Esta dissertação de mestrado em Ciência Política apresenta como objetivo nuclear o estudo da obra realizada pelo XI Governo Constitucional (1987-1991), liderado por Aníbal Cavaco Silva, e o seu reflexo na evolução da democracia portuguesa. Com efeito, ultrapassadas as fases da transição e da consolidação democrática, inicia-se um novo ciclo, de forte estabilização política, com Cavaco Silva e o PSD a centrarem a sua atenção na melhoria da eficiência e da qualidade da democracia, sustentando que essa melhoria depende, expressivamente, da prossecução do processo de modernização do país e da obtenção de um crescimento económico duradouro, as quais implicam a concretização de uma série de reformas estruturais e o aproveitamento das condições vantajosas resultantes da adesão de Portugal à CEE.

## Palavras-chave

Transição; Consolidação; Democracia; XI Governo Constitucional; PSD; Cavaco Silva.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo  
Constitucional (1987-1991)**

## Abstract

This master degree dissertation in Political Science has as main purpose the study of the work performed by XI Constitutional Government (1987-1991), led by Aníbal Cavaco Silva, and its reflection in the evolution of Portuguese democracy. Indeed, outdated stages of transition and democratic consolidation, begins a new cycle of strong political stabilization, with Cavaco Silva and PSD focusing their attention on improving the efficiency and quality of democracy, arguing that this improvement depends, significantly, on the continuation of the modernization process of the country and achieving a sustainable economic growth, which involve the implementation of a series of structural reforms and the use of the advantageous conditions resulting from the accession of Portugal to the EEC.

## Keywords

Transition, Consolidation, Democracy, XI Constitutional Government; PSD; Cavaco Silva.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

# Índice

INTRODUÇÃO.....	1
<b>Capítulo Primeiro</b>	
TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: O CASO PORTUGUÊS.....	5
Enquadramento.....	5
1.1. TRANSIÇÃO POLÍTICA NO PÓS 25 DE ABRIL.....	8
1.2. A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO .....	18
<b>Capítulo Segundo</b>	
A ASCENSÃO AO PODER DE ANÍBAL CAVACO SILVA.....	33
Enquadramento.....	33
2.1. ANÍBAL CAVACO SILVA: PERCURSO ACADÉMICO.....	34
2.2. CAVACO SILVA: O HERDEIRO DE SÁ CARNEIRO.....	38
2.3. CHEGADA A PRIMEIRO-MINISTRO: X GOVERNO CONSTITUCIONAL.....	48
<b>Capítulo Terceiro</b>	
A PRIMEIRA MAIORIA ABSOLUTA DE UM SÓ PARTIDO: XI GOVERNO CONSTITUCIONAL.....	58
Enquadramento.....	58
3.1. A CONQUISTA DA MAIORIA ABSOLUTA: ELEIÇÕES DE 1987.....	59
3.2. XI GOVERNO CONSTITUCIONAL .....	63
3.2.1. UM MODELO DIFERENTE DE GOVERNAÇÃO.....	65
3.2.2. REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1989.....	69
3.2.3. REFORMAS ESTRUTURAIS.....	70
3.2.4. FOCOS DE CONTESTAÇÃO E DESGASTE DO GOVERNO.....	84
3.2.5. DIMENSÃO INTERNACIONAL: POLÍTICA EXTERNA.....	91
CONCLUSÃO.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	103

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

## Lista de Tabelas

Resultados Eleitorais de 1975 para a Assembleia Constituinte	15
Resultados Eleitorais de 1976 para a Assembleia da República	25
Resultados Eleitorais de 1980 para a Presidência da República	30
Resultados Eleitorais de 1979 para a Assembleia da República	39
Resultados Eleitorais de 1980 para a Assembleia da República	42
Resultados Eleitorais de 1983 para a Assembleia da República	45
Resultados Eleitorais de 1985 para a Assembleia da República	50
Resultados Eleitorais de 1986 (1ª e 2ª volta) para a Presidência da República	55
Resultados Eleitorais de 1987 para a Assembleia da República	62
Resultados Eleitorais das Autárquicas de 1989	87

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo  
Constitucional (1987-1991)**

## Lista de Siglas e Acrónimos

**AD** - Aliança Democrática

**APEC** - Asian Pacific Economic Cooperation

**APU** - Coligação partidária PCP; MDP; CDE; PEV

**AR** - Assembleia da República

**CC** - Comissão Coordenadora

**CDS** - Centro Democrático Social

**CEE** - Comunidade Económica Europeia

**CGTP** - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

**CIA** - Central Intelligence Agency

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CR** - Conselho da Revolução

**EMGFA** - Estado-Maior General das Forças Armadas

**EPDP** - Empresa Pública do Jornal Diário Popular

**EUA** - Estados Unidos da América

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**GOP** - Grandes Operações do Plano

**GP** - Governo Provisório

**IRC** - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

**IRS** - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

**ISCEF** - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

**JSD** - Juventude Social Democrata

**JSN** - Junta de Salvação Nacional

**LDNFA** - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

**MDP** - Movimento Democrático Português

**MDP/CDE** - Movimento Democrático Português

**MFA** - Movimento das Forças Armadas

**M-L** - Marxista-leninista

**MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola

**MRPP** - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PCP** - Partido Comunista Português

**PPD** - Partido Popular Democrático

**PPM** - Partido Popular Monárquico

**PR** - Presidente da República

**PRD** - Partido Renovador Democrático

**PS** - Partido Socialista

**PSD** - Partido Social Democrático

**RAU** - Regime do Arrendamento Urbano

**RECRIA** - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

**RTP** - Rádio Televisão Portuguesa

**SME** - Sistema Monetário Europeu

**UDP** - União Democrática Popular

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo  
Constitucional (1987-1991)**

**UGT** - União Geral de Trabalhadores

**ZIRA** - Zona de Intervenção da Reforma Agrária

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo  
Constitucional (1987-1991)**

## Introdução

Um trabalho desta natureza, que procura abordar a evolução da democracia portuguesa à luz da influência do XI Governo Constitucional (1987-1991), liderado por uma figura deveras marcante no seio da nossa história política, Aníbal Cavaco Silva, implica o cruzamento de diversos dados e está, compreensivelmente, sujeito a diferentes ritmos de leitura. Seja como for, independentemente das afetações ou simpatias partidárias de cada um, o certo é que o mencionado político, em particular fruto das reformas que concretizou, acabou por desempenhar um papel de extrema importância no que diz respeito ao amadurecimento da democracia portuguesa, ao seu aprofundamento qualitativo e quantitativo, à sua ocidentalização, daí o nosso interesse quer por esta temática quer por esta figura.

Não obstante, é bom que se diga que desde a transição para a democracia assistimos, no seio do panorama político português, ao surgimento de várias personalidades de expressiva influência e protagonismo. Todavia, e apesar da conjuntura favorável a certas revelações, por assim dizer, poucas foram as que, como Cavaco Silva, figura que angariou, não esqueçamos, as duas primeiras maiorias absolutas de um só partido no pós 25 de Abril, realmente emprestaram um contributo tão determinante ao alinhamento da nossa democracia pelo modelo consagrado na Europa Ocidental ou que conseguiram, inclusive, vingar politicamente durante tanto tempo em Portugal. Por outro lado, devemos ainda confessar que o facto de os estudos em torno desta personalidade serem ainda pouco consistentes torna o nosso trabalho mais aliciante, mas acaba, igualmente, por elevar a fasquia do desafio que nos propomos levar a cabo a um patamar mais exigente, posto que implica um constante desbravar de novos caminhos.

Sendo o XI Governo Constitucional liderado por Aníbal Cavaco Silva o assunto base desta investigação, torna-se crucial enunciarmos algumas das questões de partida a que este estudo procura responder. Com efeito, a nossa missão mais ambiciosa, por assim dizer, será procurarmos evidenciar a importância e os contributos do referido governo, que ostenta intensamente a bandeira das reformas ditas estruturais, no âmbito da modernização do país e seu reflexo na própria evolução da democracia portuguesa. Tendo em mente a entrada, em 1986, do país na CEE, marco reconhecido no exterior da consolidação da democracia lusa, torna-se ainda imperioso compreender de que forma um só partido (PSD - 1987) obtém uma maioria absoluta, quando antes a realidade doméstica era pautada por momentos tão conturbados a nível político. Como se sabe, até 1985/87, a vida política nacional caracterizou-se pela queda de sucessivos governos e, portanto, por uma grande instabilidade governativa.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Depois de identificados os objetivos primordiais, importa tecer algumas considerações em torno da figura em destaque, Aníbal Cavaco Silva, debruçando-nos, particularmente, sobre o seu estilo governativo e a sua “forma de estar” a nível político. Em termos partidários, importa aqui expor de forma clara que, com o XI Governo Constitucional, se assistiu a uma espécie de “instrumentalização” do PSD por parte do Chefe de Governo e respetivo Presidente do partido. Essa mesma forma de utilização do PSD por parte do Governo surge na medida em que existiram, em determinados momentos, sérias dúvidas relativamente ao propósito do partido nesse período governativo.

Como é sabido, toda e qualquer investigação deve ter um ponto de partida, um objeto de estudo, procurando responder a um leque mais ou menos vasto de questões, dependendo da complexidade das matérias em causa. Ademais, como é compreensível, não poderíamos olvidar a definição de alguns conceitos básicos e vitais à execução de tal cometimento. E, neste caso concreto, visto que o presente trabalho aborda traços da evolução da democracia em Portugal, devemos obrigatoriamente refletir um pouco acerca deste conceito. Assim, o termo em causa possui três tradicionais definições históricas<sup>1</sup>. Do ponto de vista da teoria clássica, mais concretamente da teoria aristotélica, existem três formas de governo, sendo a Democracia o Governo do povo, de todos os cidadãos, isto é, daqueles que gozam do direito da cidadania, distinguindo-se, por seu turno, da Monarquia (Governo de um só) e da Aristocracia (Governo de poucos). Relativamente à teoria medieval, “de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior”. Por fim, de acordo com a teoria moderna, conhecida como a teoria de Maquiavel, prosperam essencialmente duas formas de Governo, ou seja, Monarquia e República, sendo que a antiga Democracia é uma forma de República. Após esta breve descrição, torna-se possível concluir que, além de bastante antigo, estamos perante um conceito que possui um significado amplo, embora a forma como é presentemente usado deriva sobretudo de vários acontecimentos históricos eclodidos desde os finais de Setecentos até aos nossos dias, contribuindo em muito para a sustentação da liberdade e da igualdade dos homens. Portanto, a palavra democracia remete para regimes políticos vigentes na atualidade um pouco por todo o mundo. Este regime, em termos do legado e da vivência ocidentais, é marcado pelo pluralismo, pela luta competitiva pela conquista do voto, por eleições livres e justas, pelo sufrágio universal, pela soberania popular, pela liberdade, pela igualdade, entre outros aspetos definidos nas várias constituições democráticas dos respetivos países. Mas não poderíamos, igualmente, deixar de definir um outro conceito vital no seio do presente trabalho; referimo-nos ao termo “Governo”. Na verdade, entendemos, basicamente, Governo como o órgão responsável pela condução da política geral do país e entidade superior

---

<sup>1</sup> Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco (2004), *Dicionário de Política*, 12.<sup>a</sup> ed., Brasília: Editora UnB, vol. I, p. 319.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

da Administração. O Governo exerce, no fundo, o poder executivo, sendo esse mesmo poder, no geral, institucionalizado e diretamente ligado ao Estado. Com ligação ao termo “Governo”, há que refletir ainda sobre o vocábulo “Governante”. Este último é, do ponto de vista jurídico, aquele que é legalmente instituído para governar um Estado, ao passo que os “Governados”, constituem, sem surpresa, um conjunto de pessoas sujeitas ao poder do Governo na esfera estatal<sup>2</sup>. Assim, parece-nos claro que “governante” é aquele que governa, logo exerce uma liderança. Essa liderança deve, por conseguinte, ser definida dada a sua importância para o objeto de estudo aqui tratado. Em termos de conceito, o vocábulo “Liderança” tem possuído, não raramente, um significado bastante biológico, quer isto significar que está implicitamente ligado às características de quem é líder. Ou seja, a “liderança” passa por ser uma capacidade de persuasão e de controlo exercida sobre um grupo de homens que advém das próprias qualidades pessoais do governante que é quem lidera<sup>3</sup>. Na atualidade, liga-se crescentemente a noção de liderança a um papel que, entre outros pontos, se desenvolve num contexto específico de interações e traduz em si mesmo a situação desse contexto. Por outro lado, uma “vitória eleitoral” com maioria absoluta de um partido político, como aqui será abordada, remete para uma ocupação maioritária do parlamento por parte dos deputados diretamente ligados ao partido vencedor. O parlamento, à semelhança da democracia, possui uma definição muito ampla e, diríamos mesmo, histórica, ou seja, não possui uma definição universal. Na verdade, a que será mais adequada ao termo “Parlamento” é a de uma assembleia ou conjunto de assembleias baseadas num princípio representativo caracterizado por uma participação direta ou indireta na elaboração e execução de opções políticas correspondentes à “vontade popular”. Não podemos deixar de salientar que, ao falar de “assembleia”, estamos a evidenciar uma estrutura colegial, organizada e assente num princípio igualitário com uma tendência policêntrica<sup>4</sup>. Apesar de já ter sido, por diversas vezes, abordado o conceito de “Partido Político”, e a sua preponderância num sistema democrático, torna-se, pertinente, aclará-lo um pouco mais. E damos início a tal tarefa com base na definição de Weber que o entende como uma associação que visa um fim deliberado, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais. Em termos pessoais, este termo destina-se à obtenção de benefícios, poder e glória. Com esta caracterização, é possível aferir o carácter associativo do “partido político”, bem como a natureza das suas ações que visa essencialmente a conquista do poder político com base na consecução de fins associados ao grupo integrante deste tipo de organização<sup>5</sup>. Em nota final, os partidos políticos, de forma genérica, surgem

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 555.

<sup>3</sup> Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco (2004), *Dicionário de Política*, 12.<sup>a</sup> ed., Brasília: Editora UnB, vol. II, p. 713.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 880.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, pp. 898-899.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

numa sociedade democrática onde a população pode livremente participar na vida política e respetivos atos eleitorais<sup>6</sup>.

Posto isto, passamos de imediato a tecer algumas considerações sobre a metodologia que norteou o presente trabalho. Naturalmente que a execução deste labor académico requereu a utilização do método dedutivo-indutivo, analítico e comparativo. Procurámos, além da análise teórica, em nosso entendimento, indispensável à feitura de um trabalho desta natureza, complementar as informações veiculadas com base em outro tipo de fontes ou documentos, abordados empiricamente, de entre os quais destacamos, por exemplo, as peças jornalísticas, fundamentais a uma melhor perceção do tipo de discursos realizados, bem como da perspectiva da opinião pública, isto no âmbito do período de governação em estudo.

No que diz respeito à estrutura constitutiva, o presente trabalho contém três capítulos, um resumo, uma introdução e uma conclusão. O primeiro capítulo alimenta, forçosamente, uma visão diacrónica, encarada como peça valorizadora da nossa dissertação. No concreto, tem como objetivo evidenciar a transição de um regime autoritário para um regime democrático, assim como enumerar os diversos passos percorridos até à sua consolidação. No segundo capítulo, procede-se à análise do percurso palmilhado por Aníbal Cavaco Silva, salientando os aspetos que contribuíram para a sua ascensão e chegada ao poder. O terceiro e último capítulo foi consagrado ao tema central desta dissertação, designadamente a conquista da primeira maioria absoluta de um só partido que originou o XI Governo Constitucional em Portugal e o conseqüente contributo para o aperfeiçoamento da democracia, isto num quadro de pós-consolidação democrática.

---

<sup>6</sup> Relativamente aos conceitos chave aqui enumerados anteriormente, ver também as definições e explicações dadas dos mesmos em: Belchior, Ana Maria (2010), *Democracia e Representação Partidária: A elite parlamentar e os cidadãos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Della Porta, Donatella (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa: Editorial Estampa; Pinto, Ricardo Leite; Correia, José de Matos e Seara, Fernando Roboredo (orgs.), (2009), *Ciência Política e Direito Constitucional: Teoria Geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Partidos Políticos*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

# Capítulo Primeiro - Transição e Consolidação Democrática: o caso português

## Enquadramento

Neste primeiro capítulo, procuramos analisar a génese da transição de um regime autoritário, vigente durante 48 anos em Portugal, para uma democracia e o processo de consolidação desta.

A transição democrática em Portugal, passagem de um regime autoritário para um regime democrático, provocou várias mudanças no país, transformando também a política externa portuguesa. Assim, a política ultramarina deu lugar a uma política de integração europeia vocacionada para um “europeísmo regionalizador” que substituiu o nacionalismo típico do Estado Novo, com aspetos multirraciais e pluricontinentais<sup>7</sup>. De entre uma diversidade de elementos característicos da transição política portuguesa, a descolonização acabaria por ser o mais determinante. Na verdade, esta descolonização poderia ser entendida como uma transição política revolucionária, mediante a existência de guerras em África, devido à incapacidade de se apresentar uma solução política eficaz.

Uma vez terminado o processo de transição política, surgiram uma série de problemas relacionados com a consolidação democrática através da institucionalização das liberdades e da implementação de um novo sistema político e social, assim como de reconstrução económica. Segundo Manuel Braga da Cruz, a visão da própria Igreja sobre o curso da transição e consolidação política portuguesa acabaria por se revelar importante e acertada. Na verdade, a Igreja defendia o estabelecimento de um novo equilíbrio social fundado na liberdade e mobilidade do trabalho, no investimento económico e social, na justiça entre os parceiros económicos; questão sem a qual não seria, de todo, possível a reconstrução da economia e da comunidade portuguesa<sup>8</sup>. Importa referir que a ação consolidadora da democracia, ainda que numa fase inicial, originou traços já característicos e semelhantes às democracias consolidadas. A título de exemplo, em termos de sindicalismo, assiste-se à liberdade de organização e de ação sindical como direito inalienável dos trabalhadores<sup>9</sup>. Como é sabido, as eleições para a Assembleia Constituinte ocorreram no dia 25 de Abril de 1975. O PS acabou por vencer estas mesmas eleições com cerca de 37,87% de votos

---

<sup>7</sup> Cruz, Manuel Braga da (1996-1997), “A igreja na transição democrática portuguesa”, in: *LUSITANIA SACRA*, 2ª série, 8/9, p. 519.

<sup>8</sup> Cf. os comentários de algumas figuras importantes da vida política portuguesa, como José Barreto, relativamente à importância da Igreja na transição in: Rosas, Fernando (coord.), (1999), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, org. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: Edições Colibri.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, pp. 529-530.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

favoráveis, contra cerca de 26,39% do PPD; 12,46% do PCP e cerca de 7,61% do CDS<sup>10</sup>. Nesse mesmo dia, mas do ano de 1976, entrou em vigor a Constituição da República<sup>11</sup>, ainda hoje em funcionamento, elaborada pela Assembleia Constituinte ao longo do ano de 1975. Realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia da República, também vencidas pelo PS, marcando, digamos assim, o fim da transição e o início da consolidação de um regime democrático em Portugal, cujo desenvolvimento ocorre num contexto pautado pela instabilidade, como muito bem demonstra António Telo. É pertinente mencionar estas duas eleições mediante o contributo que emprestaram à criação e consagração da ainda atual Constituição, bem como devido ao facto de constituírem as primeiras eleições livres em Portugal, pelo que marcaram um avanço importante rumo à consolidação democrática. Desde logo, a Revisão Constitucional de 1982<sup>12</sup> acabou por marcar uma significativa evolução na política portuguesa a caminho de um sistema democrático por excelência. Esta mesma revisão não foi obtida facilmente, tendo em conta, como será evidenciado mais à frente, o período conturbado, em termos políticos, que Portugal atravessava. Numa época agitada com sucessivos Governos, na sua maioria de Iniciativa Presidencial nomeados e escolhidos através dos poderes que a Constituição atribuía ao então Presidente da República, Ramalho Eanes, esta Revisão Constitucional acabou por redefinir e limitar a ação do Presidente junto do Governo, estabelecendo definitivamente o sistema semipresidencialista em vigor até hoje<sup>13</sup>. Importa referir, também, que para além da redefinição dos poderes presidenciais que a Revisão Constitucional implementou, esta permitiu ainda abolir definitivamente o Conselho da Revolução, instituído em março de 1975, pela Assembleia das Forças Armadas e parte integrante da Constituição da República, de 1976, com vista a atingir rapidamente os objetivos de reconstrução nacional, firmando a transição de um Presidente militar para um Presidente civil e submetendo as forças armadas à ação política civil<sup>14</sup>. Perante os sucessivos Governos que o nosso país conheceu entre 1976 e 1985, fica claro que uma maioria absoluta de um só partido era, naquela altura, praticamente impossível e somente mediante coligações partidárias muito complicadas de obter é que se chegava a uma maioria parlamentar, como é o caso da Aliança Democrática, que aqui será referida pela sua ação política tanto na Revisão Constitucional de 1982 como em termos de consolidação democrática<sup>15</sup>. Portugal atravessou finalmente, a partir de 1985, cujas legislativas de 6 de

---

<sup>10</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1975 para a Assembleia Constituinte”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar>.

<sup>11</sup> Carvalho, Manuel Proença de (2008), *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, Lisboa, Quid Juris - Sociedade Editora, p. 315.

<sup>12</sup> Assembleia da República, “Revisões Constitucionais”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>.

<sup>13</sup> Cruz, Manuel Braga da, “A Evolução da Democracia Portuguesa”, in: *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Ediciones Sequitur, pp. 132-134.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, pp. 320-321.

<sup>15</sup> Ver as relações entre os partidos e a forma como estes agiram relativamente à Revisão Constitucional de 1982 em Sousa, Marcelo Rebelo de (1980), *A revisão constitucional e os partidos políticos*, Lisboa: Inst. Democracia e Liberdade.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

outubro formam uma “espécie de prefácio às de 1987”, explica Alexandre Luís<sup>16</sup>, um período de assinalável estabilidade política, beneficiando, entre outros aspetos, da nossa adesão à CEE e de um ritmo elevado de desenvolvimento económico até ao fim do século XX. Com a integração, a 1 de janeiro de 1986, e com base no que foi dito anteriormente, foram-se paulatinamente reunindo as condições necessárias à obtenção de uma maioria absoluta de um só partido, o que viria a acontecer com o PSD em 1987. Em todos os sistemas democráticos, os partidos políticos, tanto pelas suas estratégias como pelas suas ações, acabam por ser predominantes na consolidação da democracia bem como na sua sobrevivência. Portugal não foge à regra e as estratégias políticas levadas a cabo no espaço temporal entre 1974 e 1985 pelo CDS, PS, PSD e PCP acabaram por ser importantes para a institucionalização definitiva do sistema político referido.

A democracia em Portugal acabou por se consolidar definitivamente em 1985, após vários anos de grande instabilidade política. A Revolução levada a cabo no dia 25 de Abril de 1974 veio colocar um ponto final num regime autoritário que prevaleceu durante largas décadas em Portugal e, finalmente, marcou a mudança para a democracia. Os indicadores de análise tornar-se-ão teoricamente cruciais, podendo, ou não, comprovar a perspetiva que acalentamos de que 1985 será, *grosso modo*, o ano do encerramento da fase de consolidação da democracia portuguesa, visão que segue de perto António Telo<sup>17</sup>. A escolha deste ano coincide exatamente com a assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia, celebrada a 12 de junho pelo então designado “Bloco Central”, composto pela coligação PS-PSD que viria a ser desfeita logo no dia seguinte à celebração do citado ato<sup>18</sup>, e com o triunfo de Cavaco nas legislativas de 6 de outubro. A adesão à CEE só foi possível, uma vez que Portugal reunia as condições políticas, sociais e económicas exigidas, bem como dispunha de um regime democrático consolidado e vigente, com as regras e recursos das instituições democráticas de base suficientemente cimentados para enfrentar eventuais oscilações internas e externas. Sem as devidas modernizações nos diversos setores da sociedade anteriormente referidos e uma democracia consolidada, Portugal não poderia vir a integrar a CEE, portanto, e, na nossa perspetiva, o ano de 1985 acaba por ser o ano da consolidação declarada da democracia portuguesa. Posto isto, toda a nossa argumentação ao longo do presente capítulo, focando os vários indicadores (alguns já evidenciados), procurará fundamentar a presente ideia.

---

<sup>16</sup> Apontamento obtido nas aulas de História Política Contemporânea.

<sup>17</sup> Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, Lisboa: Editorial Presença, vol. I, p. 246.

<sup>18</sup> Diário de Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 65, n.21781, 12 de Junho de 85. Página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=06845.195.30265&bd=IMPrensa](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06845.195.30265&bd=IMPrensa).

## 1.1. Transição Política no Pós 25 de Abril

Como é sabido, prevaleceu em Portugal durante quase meio século um regime autoritário, que ficou conhecido por “Estado Novo” ou ainda por “Salazarismo” (isto, decorrente do nome do seu fundador). António de Oliveira Salazar destacou-se na Presidência do Conselho de Ministros e foi o maior responsável pela instalação em Portugal de um regime apertado, autoritário, castrador da tão almejada liberdade de expressão.

A designação de “Estado Novo” surge devido a fundamentos ideológicos e propagandísticos que procuravam marcar a transição para uma nova era política, social e económica, proporcionada pela Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926. Este regime político veio marcar o fim da Ordem Liberal em Portugal e caracterizava-se, entre outros aspetos, pelo seu carácter corporativista, antiparlamentar e antipartidário, pela concentração de poderes à volta de Salazar, Presidente do Conselho de Ministros, bem como pela censura. Salazar acabaria por abandonar o poder em 1968, por motivo de doença, sendo substituído por Marcelo Caetano, como líder do regime, até à Revolução dos Cravos, ocorrida a 25 de Abril de 1974, marcando assim o termo do regime autoritário aqui evidenciado. Em 1961, e ainda durante o regime autoritário que se vivia em Portugal, iniciou-se a Guerra Colonial que opôs as Forças Armadas Portuguesas às forças organizadas dos movimentos pela independência das províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique sob a alçada de Portugal. Este conflito terminou em 1974 e ficou marcado por várias perdas humanas.

Após 48 anos de “Estado Novo” e com uma Guerra Colonial sem fim e sem resolução à vista, na manhã do dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA como ficou conhecido) coloca um ponto final no regime, contando com o apoio e uma presença muito significativa da população que se mostrava desgastada com a repressão autoritária do regime. Toda a operação de derrube do regime iniciou-se na véspera da mencionada data, no dia 24 de Abril de 1974, e foi liderada pelo Capitão Otelo Saraiva de Carvalho. Foram postas em marcha ações estratégicas como a ocupação de Rádios, para que todos os envolvidos neste golpe militar tomassem conhecimento do exato momento em que se iniciaria o MFA. A transmissão da música “E depois do Adeus”, de Paulo de Carvalho, pelos Emissores de Lisboa e também da histórica música “Grândola Vila Morena”, de José Afonso, emitida pela Rádio Renascença, foram astuciosamente escolhidas como forma de comunicação entre as partes envolvidas, acionando e sinalizando o início das movimentações. Como tal, a ação militar com vista ao derrube foi diligentemente planificada e concertada ao longo de todo o país, recaindo sobre Escola Prática de Cavalaria de Santarém, comandada pelo Capitão Salgueiro Maia, a missão mais importante, ou seja, a ocupação do Terreiro do Paço. Após a ocupação deste último local, Salgueiro Maia move parte das suas forças militares para o Quartel do Carmo, onde se encontrava o Chefe do Conselho de Ministros. Marcelo Caetano, perante tal movimento revolucionário, decide abandonar o Quartel do Carmo, mediante a condição de

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

que o poder fosse entregue ao General António de Spínola<sup>19</sup>, visto que não integrava o MFA. Marcelo Caetano foi escoltado pelo Capitão Salgueiro Maia até ao aeroporto, de onde viajou para o Brasil e por lá ficou exilado até 26 de outubro de 1980, dia em que faleceu<sup>20</sup>.

O golpe militar ocorrido no dia 25 de Abril de 1974, dadas certas características peculiares que envergou, ficou conhecido por diversos nomes, que vão desde a “Revolução dos Cravos” até aos “Capitães de Abril”. Esta última designação é utilizada pelo simples facto de que a maioria dos oficiais envolvidos, neste movimento de tomada do poder em 1974, ocupavam o posto de capitães na hierarquia militar da época em questão. De resto, diga-se de passagem que todos estes oficiais tinham experiência no comando de operações no terreno (Guerra Colonial). Assim, dada a envolvimento do movimento que abraçou no geral todos os setores militares das Forças Armadas Portuguesas, não é de admirar que estas não tenham entrado em confronto mútuo, devido à consonância de ideias e objetivos relativamente ao movimento em marcha. Podemos, por conseguinte, concluir que isto acabou por se revelar uma mais-valia fundamental ao sucesso da operação, à fidelidade ao movimento por parte de todos os envolvidos. O MFA, ocorrido em Abril de 1974, saiu exclusivamente do Exército, sendo que a Armada e a Força Aérea tiveram uma participação reduzida. Por outro lado, tratou-se apenas exclusivamente de um movimento militar sem qualquer envolvimento civil e das forças políticas. Todavia, alguns dos oficiais militares integrantes do MFA eram militantes de partidos políticos como o PS e PCP e acabariam por informá-los, a título particular, o desenrolar dos acontecimentos<sup>21</sup>. Podemos caracterizar o MFA do 25 de Abril como um movimento original e diferente de outros golpes militares ocorridos em Portugal. O movimento é planeado de forma a criar um efeito surpresa e psicológico através do domínio de emissoras de rádio e da própria televisão. António José Telo, no primeiro volume do seu livro *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, compara o 25 de Abril, um movimento patriótico das Forças Armadas e um movimento militar de salvação nacional, a outros três movimentos de características idênticas, a saber: a revolução liberal de agosto de 1820, o movimento da Regeneração de 1851 e o 28 de Maio de 1926. Para Telo do MFA de 1974 pode concluir-se o seguinte: este movimento, como já referimos, foi exclusivamente militar, sem envolvimento civil e político; reuniu a quase totalidade das Forças Armadas, tendo como oficiais de operação, na sua maioria, capitães e alguns majores participantes na Guerra Colonial; não encontrou qualquer tipo de resistência em nenhum setor da sociedade, seja civil ou militar, com a exceção das quatro vítimas mortais causadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (como era designada), após o assalto à sua sede por civis; este movimento reveste-se de alguma simbologia como uma espécie de marcha

---

<sup>19</sup> Presidência da República, “António de Spínola”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=6>.

<sup>20</sup> Diário de Lisboa. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 54, n. 18439, 25 Abril de 74. Página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=06819.169.26703&bd=IMPrensa](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06819.169.26703&bd=IMPrensa).

<sup>21</sup> Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. 1, pp. 28-31.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

da província sobre a capital, ou seja, uma forma de assalto convergente às instituições do poder central em Lisboa; procura encontrar-se uma solução política para as longas guerras sem fim à vista e a vontade de aproximar Portugal das instituições democráticas da Europa Ocidental, sendo que do 25 de Abril, surge como órgão máximo a Junta de Salvação Nacional; outros golpes militares levados a cabo em Portugal acabariam por falhar. Porém, o 25 de Abril, por reunir uma unidade mais ampla de participação, acabaria por ter sucesso: as crises tanto económicas como sociais e políticas acabam por ser um dos motivos para que decorra um golpe militar e o 25 de Abril não fugiu à regra, ou seja, o abalo económico causado pelo choque petrolífero de 1973 na Europa, que se traduziu em falências, austeridade em Portugal, acabaria por desencadear, um ano mais tarde, a “Revolução dos Cravos”. Por fim, importa ainda ressaltar que, no geral, os movimentos militares de tomada de poder revestem-se de reivindicações corporativas e, em 1974, surge o decreto que, como uma forma de incentivo para que de modo amplo todos aderissem ao movimento<sup>22</sup>, permite a promoção de sargentos e milicianos a oficiais de quadros permanentes. Os movimentos militares de “salvação nacional”, como aquele que se desenrolou em 1974, surgem pouco frequentemente e os períodos de transição do poder político, sob o domínio militar para o domínio civil, acabam por ser algo demorado. Para que essa mesma transição do domínio militar para o civil suceda, é necessário, desde logo, ter em conta a forma como a cadeia hierárquica militar é respeitada; depois a força do núcleo central que organiza o movimento e o programa que pretende ser levado a cabo, no caso do 25 de Abril, o núcleo central é representado pelas duas comissões do movimento (militar e a de elaboração do programa); a evolução económica e financeira deve ser avaliada, pois começa a ganhar contornos muito importantes no que concerne ao restabelecimento dos equilíbrios internos e externos que garantam essa mesma estabilização, permitindo uma consolidação da democracia amplamente desejada no caso português<sup>23</sup>. Depois do 25 de Abril, a estabilidade do modelo democrático implementado só foi assegurado com a assinatura do tratado de adesão à CEE em junho de 1985 e, finalmente, a integração final a 1 de janeiro de 1986. Deste modo, podemos concluir que o processo de consolidação democrática em Portugal foi bastante demorado. Este processo moroso deveu-se a inúmeras situações adversas, no entanto, e após a “Revolução dos Cravos” em 1974, convém ter em conta dois momentos primordiais na evolução política, a saber: o primeiro diz respeito à transição de um poder militar para um poder civil, com a clarificação dos pontos essenciais do programa unitário em marcha até Novembro de 1976, e o segundo momento correspondente à evolução de um novo modelo político e económico estável de acordo com os reajustes que a integração na CEE exigiu.

As ideias anteriormente expostas permitem atestar a nossa conceção no que se refere ao período pós-autoritarismo em Portugal. De facto, as dificuldades para estabelecer um regime democrático foram substancialmente muitas pela falta de um programa de transição rígido e

---

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, pp. 31-40.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, pp. 40-42.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

adequado à realidade deste naquele período. Só foi possível garantir um modelo democrático adequado e consolidado dez anos após a revolução e mais concretamente em 1985 com a assinatura final da adesão à CEE. Todavia, a nossa fundamentação não se limita apenas ao que até aqui foi referido, mas continuará em seguida para que seja possível, com uma análise mais profunda e ampla ao conteúdo em apreço, justificar o porquê da escolha de 1985 como o ano da confirmação da consolidação da democracia em Portugal.

Após o derrube do regime em 1974, o MFA não possuía uma ideia clara e bem definida do que se deveria fazer, sendo que o único consenso estava na democratização do país. Contudo, o caminho a percorrer para o estabelecimento de um regime democrático não estava de todo bem estipulado no que diz respeito ao processo em si. Assim, acabou por acontecer algo inevitável: formaram-se múltiplos centros de poder com uma divisão clara das competências e sem que nenhum tivesse uma legitimidade credível. A única ideia clara sobre o que fazer advinha do Programa do MFA apesar de algo impreciso e inconsequente.

A primeira lei do novo regime (Lei 1/74), segundo Telo, era a que reunia maior unanimidade e consistia em destituir o Presidente da República e o Governo; dissolver a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado, passando todos os poderes para a Junta de Salvação Nacional (JSN), criada depois dos acontecimentos do 25 de Abril. É de referir ainda que se exoneraram os Governadores-gerais de Angola e Moçambique, tal como os Governadores Cívicos do continente e ilhas, os reitores das Universidades e das Escolas Superiores, deixando, por fim, um vazio de poder em termos legais. A JSN seria formada por apenas oficiais superiores e era presidida pelo General António de Spínola a quem Marcelo Caetano entregou o poder<sup>24</sup>. Este organismo acabaria por ser o centro do poder dos antigos órgãos dissolvidos. No entanto, após a recusa do General Spínola em integrar parte dos oficiais que preparou e executou o movimento, estes decidem manter em vigor o MFA como um centro efetivo de poder não colocando sequer a hipótese da sua dissolução após a vitória. Emerge, assim, um poder dividido, à partida, com um centro oficial sem coerência (JSN) e um outro com um programa demasiado vago e impreciso (MFA). A imprecisão do programa do MFA residia no facto de este evidenciar a necessidade de uma transição rápida e de uma democratização do país. Contudo, este não abordava as características mais importantes de um regime democrático, nomeadamente a questão dos partidos políticos. Em termos de democratização, os únicos aspetos evidenciados diziam respeito à composição do Governo Provisório e à nomeação do Presidente da República por parte da JSN num prazo máximo de três semanas. Todos os envolvidos no movimento de derrube do autoritarismo tinham pressa em restabelecer a normalidade com a formação de um Governo, um Presidente da República e uma alta hierarquia das Forças Armadas, mas pareciam esquecer que o importante não era o formalismo de cargos, mas sim as reais relações de poder. Deste modo, podemos afirmar que os oficiais que fizeram o 25 de Abril tinham como principal missão o derrube do poder existente, devendo criar-se, num prazo

---

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, pp. 43-44.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

máximo de três semanas, um governo civil onde se concentravam todas as responsabilidades não militares bem como todas as correntes de opinião, ou seja, os vários partidos políticos.

O período de transição, marcado por alguma adversidade, acabou por demorar apenas três semanas onde se verificou uma pulverização do poder. O General Spínola acabou por se impor na definição do Primeiro Governo Provisório, visto que dos três nomes apresentados pela Comissão Coordenadora para Primeiro-Ministro nenhum acabou por ser eleito. O novo Primeiro-Ministro escolhido por Spínola viria a ser Adelino da Palma Carlos, professor universitário de direito. No que concerne à composição deste governo, convém salientar que o PS possuía cerca de três ministros, sendo um deles Mário Soares, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, um cargo que lhe possibilitou obter algum protagonismo devido às ações diplomáticas necessárias. Quanto ao PPD, PCP e MDP ficaram cada um com dois ministros neste mesmo Governo. O I GP toma posse a 16 de maio de 1974, porém com pouca experiência política, sobretudo nas áreas económicas e financeiras, onde se concentrou tudo num só ministério, algo inédito e confuso simultaneamente. Por fim, o Programa de Governo viria a ser redigido por Diogo Freitas do Amaral que não integrou o Governo, tendo este mesmo Programa sido elaborado sem que todos os Ministros tomassem conhecimento do seu conteúdo<sup>25</sup>. As semanas que se seguiram ao 25 de Abril ficaram marcadas pelo surgimento de várias organizações políticas onde se destacavam partidos políticos, movimentos, núcleos ou centros. Devemos ainda evidenciar e analisar, embora de forma sucinta, as suas características sendo que alguns destes organismos viriam a desempenhar um papel importante em termos da evolução e consolidação da democracia em Portugal.

Começando pela Extrema-Esquerda, heterogénea e multifacetada, com vários setores importantes, desde dos grupos formados pelos marxistas-leninistas (M-L) e MRPP a um dos setores um pouco mais de base social onde se inseria o PCP. São vários os grupos ligados à Extrema-Esquerda com designações diversas sendo que, na sua maioria, se fundiram entre si. O PCP, por seu lado, emerge como o único partido organizado em 1974 com uma estrutura, um programa e um núcleo de quadros significativamente bem definido. Distinguiu-se dos restantes partidos comunistas da Europa bem como possuía alguma influência (que durou apenas até ao 25 de Novembro de 1975) no seio das Forças Armadas pela existência de alguns militares filiados ao partido. O seu líder, Álvaro Cunhal, apostava forte numa estratégia de frente antifascista para derrubar o regime. A política inicial do PCP centrou-se na necessidade de garantir uma democratização e consolidação política no país acabando por mais tarde procurar utilizar a máquina do Estado como forma de, através de uma ação concertada junto do MFA, conseguir aliciar e controlar os seus principais nomes de forma a obter o poder. O MDP/CDE surge com as eleições realizadas por Marcelo Caetano em 1969 e em 1973. Este era um movimento unitário onde participavam vários partidos e organizações tais como o PCP, PS e até surpreendentemente o PPD após a sua formação. Com o 25 de Abril, o MDP/CDE apercebe-

---

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, pp. 49-51.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

se da possibilidade de se estabelecer na cena política portuguesa porque para além do PS e PCP, não existia outros partidos verdadeiramente estruturados. Esta organização política viria a integrar o I GP sendo a que tomava em regra as decisões mais radicais sobre determinados assuntos políticos. A partir de julho de 1974, o MDP/CDE entra numa nova fase visto que se assiste progressivamente à saída do PS e do PPD. Apesar da tentativa de se legalizar como partido ainda em 1974, a verdade é que a partir de 1976 o MDP/CDE tinha perdido grande parte do seu prestígio e a razão da sua existência deixou de fazer sentido tendo acabado por se dissolver. O PS nasceu a 19 de Abril de 1973 na República Federal da Alemanha onde o seu fundador, Mário Soares, defendia a ideia de que era necessário criar o partido visto que o regime de Marcelo Caetano iria ser derrubado. Importa ainda salientar que, Soares acabou por encontrar alguma resistência aquando da sua criação por parte de membros integrantes na altura do grupo político ainda não designado por PS. O grande crescimento do partido ocorre a seguir ao 25 de Abril com a adesão de vários membros militares, coletivos ou particulares, bem como a preocupação em recrutar nos meios sindicais e nos movimentos liberais para que fosse possível ganhar alguma credibilidade diante da força tradicional que o PCP possuía. Nos primeiros tempos após este vasto crescimento, o PS apresentava um discurso algo incoerente e uniforme dada à rapidez de adesão de vários membros oriundos de diferentes setores regionais onde existia sempre uma preocupação generalizada em criar uma imagem atrativa para o sector laboral dominado pelo PCP. Numa fase inicial, o PS procurou uma cooperação com o PCP para que fosse possível acabar com o dito estado “fascista”, consolidar o poder emergente e aceitar oficialmente a autodeterminação das colónias. Esta cooperação prolongou-se até fins de 1974 contudo, no início de 1975 acabaria por ser rompida devido a divergências sindicalistas entre os dois partidos tendo como pano de fundo o poder. A grande preocupação do partido era assegurar a realização de eleições que possibilitassem uma consolidação e afirmação partidária. Isso acabaria por acontecer com as eleições livres de 1975 onde o PS surge como vencedor. O PPD não existia antes do 25 de Abril de 1974, este nasce a 6 de maio de 1974, após a comunicação feita na RTP por parte de Francisco Sá Carneiro. O PPD viria mais tarde a alterar a sua designação para PSD e rapidamente afirmar-se como o segundo maior partido político em Portugal. Spínola, interessado em que fossem criados partidos à direita do PS, incentivou Sá Carneiro para que criasse o PPD. A sua crença acabou por acontecer, o fundador histórico do atual PSD sentiu a necessidade de criar um partido capaz de integrar o I GP de forma a participar em igualdade de circunstâncias com as organizações de esquerda. As duas grandes vantagens do PPD nos meses iniciais após a sua criação foi, desde logo, o facto de ser o único partido representado no I GP que não reclamava ser da esquerda, mas sim do centro ou do centro-esquerda com uma ideologia liberal e uma corrente social-democrata. Por fim, a segunda e última vantagem residiam no apoio do *Expresso* dirigido por Francisco Pinto Balsemão cuja sede do jornal viria a ser a sede inicial do partido. Em termos de crescimento, o partido denotou uma adesão excelente um pouco por todo o país e acabou por crescer de uma forma bem significativa. Finalmente, à direita do PPD era um deserto político aquando do 25 Abril. Isto acabou por ser um dos

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

motivos da criação do CDS por parte de Diogo Freitas do Amaral e de Adelino Amaro da Costa. O CDS foi formado tendo por base a recusa do socialismo à esquerda e à direita a aceitação da democracia. Pelo facto de este partido político ter sido criado mais tarde, ele não seria parte integrante do I GP<sup>26</sup>.

Depois da queda do regime, não existia uma verdadeira direita política. Os últimos dois partidos aqui evidenciados que atualmente incorporam essa mesma direita, referindo-nos ao PPD (atualmente PSD) e ao CDS, não se diziam de direita e ambos faziam questão de se mostrarem algo ligados ao “socialismo”. As dificuldades de se imporem, tanto em termos financeiros como em termos de uma forte liderança carismática capaz de garantir a devida estabilidade e oposição aos restantes partidos já estruturados e com uma base forte, caso do PS e do PCP, era pois uma das razões para que tanto o PPD como o CDS, nos primeiros tempos após o 25 de Abril, moderassem um pouco as suas intervenções e as decisões a tomar. Concluindo, é sabido que a direita política em Portugal, depois do fim do autoritarismo, nunca desapareceu verdadeiramente. Pelo contrário, ela continuou bem viva no seio de partidos com capacidade para estar no poder e assumirem-se verdadeiramente de direita, casos do CDS, PPD e até do PS.

Spínola, nomeado Presidente da República em 1974, procurou evitar a institucionalização do MFA como um centro de poder paralelo através da criação do Conselho de Estado composto por alguns membros da JSN, sete personalidades de nomeação presidencial e, por fim, por membros da Comissão Coordenadora do MFA (CC). Com a criação deste órgão, a continuação da CC do MFA deixava de fazer sentido. Todavia, os desejos de Spínola foram contrariados pelo General Costa Gomes<sup>27</sup> com uma maior capacidade de percepção de detetar onde o poder real se inseria, ou seja, tinha consciência da necessidade de domínio das unidades operacionais mais significativas dedicando especial ênfase à política de colocação de oficiais e de distribuição de meios operacionais. O controlo destas unidades sectoriais permitiram, a Costa Gomes e ao MFA, deter o poder real e aproveitar inteligentemente a força obtida com a Revolução do 25 de Abril. Spínola foi progressivamente perdendo o controlo e o poder, sendo que o seu maior erro foi apoiar a proposta de Palma Carlos no reforço dos poderes do Primeiro-Ministro e na antecipação das eleições presidenciais para que fosse possível aprovar um referendo de uma constituição provisória para que os poderes do Presidente fossem aumentados. Esta dupla proposta tinha como grande objetivo criar um sistema presidencialista onde os partidos apenas desempenhariam um papel secundário na vida política. Palma Carlos apresenta a sua demissão e posteriormente Sá Carneiro decide não integrar o II GP que tomou posse no dia 17 de julho de 1974, liderado pelo Coronel Vasco

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, pp. 51-71.

<sup>27</sup> Presidência da República, “Costa Gomes”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=25>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Gonçalves, impulsor do designado “Gonçalvismo” que iria profundamente deixar marcas negativas nos sectores económico, social, político, entre outros<sup>28</sup>.

No dia 25 de Abril de 1975 e depois de um recenseamento eleitoral efetuado pela população portuguesa, realizaram-se, pela primeira vez em Portugal, eleições legislativas por sufrágio universal. Estas eleições acabariam por dar a vitória ao PS, com 37,87% dos votos, elegendo cerca de 116 deputados. O PPD surge como o segundo partido mais votado, com cerca de 26,39% dos votos e 80 deputados eleitos, o PCP seria a terceira força política, com 12,46% dos votos e 30 deputados eleitos e, por fim, o CDS emerge como o quarto partido, com 7,61% dos votos e 17 deputados eleitos<sup>29</sup>.

1ª Eleição - Assembleia Constituinte 25 de Abril de 1975			
Eleitores		6 177 698	
Votos		5 666 696	91,7%
Branco e Nulos		393 164	6,9%
PS	37,87%	116 Deputados	2 162 972
PPD	26,39%	80 Deputados	1 507 282
PCP	12,46%	30 Deputados	711 935
CDS	7,61%	17 Deputados	434 879
MDP	4,14%	5 Deputados	236 318
UDP	0,79%	1 Deputado	44 877
FSP	1,16%	0 Deputados	66 307
MES	1,02%	0 Deputados	58 248
FEC	0,58%	0 Deputados	33 185
PPM	0,57%	0 Deputados	32 526
PUP	0,23%	0 Deputados	13 138
LCI	0,19%	0 Deputados	10 835
ADIM	0,03%	0 Deputados	1 622
CDM	0,02%	0 Deputados	1 030

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Estas eleições para a Assembleia Constituinte tinham como principal objetivo criar as bases necessárias para a redação da Constituição da República Portuguesa, publicada no mesmo dia do ano seguinte. O PS, como partido mais votado, ficou encarregue da vanguarda do processo de criação da Constituição. Depois das eleições de 1975, o PS sai reforçado por ter sido o partido mais votado e acaba por ganhar uma maior legitimidade democrática que ninguém poderia contestar. Por fim, importa mencionar os erros crassos da arrogância do “gonçalvismo”, posto que em vez de manter uma unidade ao centro e recuar, decide avançar.

<sup>28</sup> Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, pp. 75-76.

<sup>29</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1975 para a Assembleia Constituinte”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Interessa também ressaltar que as eleições para a Assembleia Constituinte vieram desferir um rude golpe no “gonçalvismo”, sendo, para além daqueles que serão de seguida aqui explicitados, um dos motivos do seu derrube.

Recapitulando, Vasco Gonçalves foi Primeiro-Ministro desde o II Governo Provisório, iniciado em julho de 1974, até ao V GP, em setembro de 1975. Além do “Gonçalvismo”, evidenciado anteriormente, inicia-se um período da história política portuguesa denominado por alguns autores como “Deriva Comunista”. Esta expressão acaba por exprimir um desvio da rota política inicialmente estabelecida relativamente ao programa do MFA, bem como um afastamento gradual de uma transição para uma democracia pluralista do tipo ocidental<sup>30</sup>. O PCP procurou, através da coletivização da sociedade portuguesa, com base numa via “socialista”, criar um regime antidemocrático semelhante ao das democracias populares do Leste Europeu. No seio do MFA era cada vez mais notória a infiltração do PCP de forma a conseguir ter algum controlo no seio deste movimento como forma de manutenção do poder, destacando-se o próprio Vasco Gonçalves. Importa ainda mencionar que, no caso português, a sociedade evoluiu em termos sociais, políticos e económicos, a par das restantes sociedades da Europa do Sul, contudo esta evolução primou, de certa forma, pela diferença e até se tornou praticamente singular no contexto da transição política. Samuel Huntington defende mesmo Portugal como o primeiro caso da 3ª vaga das revoluções democráticas, que viria abarcar com a implosão da URSS passados 16 anos, prolongando-se, depois, por sociedades da África e da América Latina<sup>31</sup>.

O termo “gonçalvismo”, como já aqui foi citado, dizia respeito ao período em que Vasco Gonçalves foi Primeiro-Ministro, concretamente desde o II GP até ao V GP. No entanto, esse conceito tornou-se mais notório aquando do V GP, considerado logo à “nascença” como morto, dadas as dificuldades que assolavam o país em termos da descolonização, recuperação económica e de desenvolvimento da democracia. O próprio Presidente da República Costa Gomes, não desejava que Gonçalves integrasse o V GP, mas isso acabaria por se verificar mesmo sem o apoio do próprio PCP ao então Primeiro-Ministro. Revoltados pelo facto do país estar cada vez mais sob a alçada de Vasco Gonçalves e se continuar a afastar politicamente do previsto no programa do MFA, rumo a um tipo de democracia popular semelhante às sociedades da Europa de Leste, foi criado o Documento dos 9 por parte de alguns oficiais militares que viriam a dar a machada final no “gonçalvismo”. Esse documento acabaria por ser redigido por Melo Antunes, contando com a adesão de outros oficiais do Movimento das Forças Armadas e do próprio Conselho da Revolução. O seu teor era crítico e opunha-se claramente às políticas levadas a cabo pelos governos de Vasco Gonçalves que foi-se, ao longo do tempo, afastando do que tinha sido previamente definido no programa do MFA, após o 25 de Abril de 1974. O Documento dos 9 defendia a clarificação do quadro político, um modelo

---

<sup>30</sup> Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, pp. 92-93.

<sup>31</sup> Nunes, Filipe Abreu (2003), “Transição e Consolidação Democráticas”, in: *PENÉLOPE*, n.º 28, p. 107.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

de socialismo inseparável da democracia política e o fim do anarquismo e populismo. Este documento foi tornado público no dia 6 de agosto de 1975, sendo rejeitado pelo Presidente da República com base naquilo que ele considerava uma violação das normas militares. Poucos dias após a divulgação do Documento dos 9, Otelo Saraiva de Carvalho (nunca apoiou o V GP) divulga um documento designado por “Autocrítica Revolucionária do Comando Operacional do Continente”, dando início às negociações com o grupo dos 9, representando assim os elementos antigonçalvistas<sup>32</sup>. Face a esta escalada de críticas e oposições e mediante um Processo Revolucionário em Curso, iniciado em 1974, que viria a ser concluído em 1976, o Presidente Costa Gomes não teve outra hipótese a não ser demitir Vasco Gonçalves e nomear o Almirante Pinheiro de Azevedo como Primeiro-Ministro do VI GP colocando um ponto final no período do “gonçalvismo”.

Apesar dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975, onde esteve em marcha um novo Golpe de Estado que acabaria por não se concretizar, essa mesma data tornar-se-ia crucial para que se caminhasse definitivamente, e a passos largos, na tão almejada transição para a democracia. O 25 de Novembro permitiu encetar o processo de implementação de uma democracia pluralista do tipo Ocidental, acabar de vez com os Governos Provisórios, sendo que a legitimidade da Assembleia Constituinte, eleita nas eleições do 25 de Abril de 1975, foi reposta. Passou-se, então, a discutir a criação de um Estado-Providência que deveria zelar pelo bem-estar e segurança dos cidadãos. Além disto, permitiu finalmente a revisão do Pacto MFA/Partidos pedido desde 1975. Esta revisão trouxe significativas alterações à organização política da época. Desde logo, o MFA desaparece enquanto movimento organizado, mas com órgãos reconhecidos constitucionalmente, sendo que o poder militar deixa de estar representado na Presidência da República, apesar de se manter um poder paralelo com o Conselho da Revolução que se manteria no ativo como órgão de soberania não eleito até a Revisão Constitucional de 1982, já que fosse possível fazer regressar a instituição militar às suas práticas tradicionais. Relativamente ao Pacto do MFA/Partidos, cabe salientar a legitimação do Presidente da República pelo voto popular caminhando assim gradualmente para a submissão do poder militar ao poder civil. Estas alterações no estatuto de eleição do PR permitem uma instituição de um sistema semipresidencialista em Portugal<sup>33</sup>. Finalmente, convém ainda expor que, após a instabilidade causada pelos sucessivos GP, o VI e último GP, chefiado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, garantiram a legitimidade da Assembleia Constituinte e possibilitaram a solidez política necessária para que fosse possível publicar, no

---

<sup>32</sup> Correia, Pedro (2005), “O Documento que pôs fim ao consulado Gonçalvista”, in: *Diário de Notícias*. Página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=618748](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=618748).

<sup>33</sup> Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, pp. 176-180.

dia 25 de Abril de 1976, a Constituição da República, dando, por conseguinte, início ao processo de consolidação da democracia em Portugal<sup>34</sup>.

## 1.2. A Consolidação do Regime Democrático

Para Philippe Schmitter, a consolidação da democracia deve ser entendida como um processo que permite tornar possível competição regular, incerta e circunscrita por cargos e posições de influência<sup>35</sup>. As próprias alterações que o processo de consolidação impõe no espaço público tendem a reduzir a importância dos atores que anteriormente desempenhavam um papel fundamental e a reforçar a de outros que, por prudência ou impotência, não estiveram envolvidos no derrube do anterior regime e na respetiva transição política. Em termos sociais, devemos ter em conta que o processo de consolidação, apesar de os conceitos poderem ter um significado semelhante, baseia-se na estruturação, institucionalização e estabilização como uma forma de expressão diferente. A estruturação de um género específico de regime revela-se fundamental, sendo que a consolidação procura transformar padrões *had hoc* em estruturas estáveis, por forma a se desenvolverem canais de acesso, inclusão/exclusão de atores, recursos/estratégias de ação e regras de decisão, tendo em vista obedecer a um dos princípios orientadores da democracia que é o da cidadania<sup>36</sup>. A justificação para o que acabamos de referir é mencionada por Robert Dahl que afirma que, para ocorrer uma consolidação democrática, é necessário ter em conta as características mínimas processuais necessárias à institucionalização do sistema político em questão<sup>37</sup>. Essas características não são mais do que requisitos essenciais à consolidação, assentes numa série de mudanças estruturais tais como: liberalização económica; constitucionalização de direitos e liberdades; uma administração pública; partidos políticos capazes de articularem interesses e socializarem com os eleitos e, por fim, a subordinação dos militares e forças de segurança ao poder civil característica fundamental<sup>38</sup>. A realização de uma primeira legislativa livre é o melhor fator para indicar que a consolidação se iniciou, sendo que, como já foi evidenciado, em Portugal as eleições de 1975 e, principalmente, as de 1976 refletem o início dessa consolidação, como veremos mais à frente. Para que esse ato eleitoral ocorra é necessário que as diversas instituições de representatividade democrática, como os partidos políticos, possuam uma ligação quer com o eleitorado quer entre si no parlamento. A legitimação dos partidos e outras associações de interesse dependerá da sua eficácia, eficiência e justiça em termos políticos. Vejamos o seguinte; um dos pressupostos da teoria partidária da democracia é que os cidadãos conferirão legitimidade a um sistema desde que, a identidade daqueles que

---

<sup>34</sup> Ver as opiniões pessoais de Mário Soares e Jorge Sampaio relativamente ao processo de transição em Portugal in: *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*.

<sup>35</sup> Schmitter C., Phillippe (1999), *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 296.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, pp. 300.

<sup>37</sup> Figueiredo, Rui Paulo (2004), *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, Lisboa: Hugin Editores, pp. 37-40.

<sup>38</sup> Nunes, Filipe Abreu (2003), "Transição e Consolidação Democráticas", p. 108.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

governam continue a depender da preferência coletiva através de eleições justas e regulares. O desenvolvimento dos processos que conduzem ao reforço da legitimidade da democracia, em fase de instauração, contribui para uma maior estruturação partidária e para a consolidação do sistema político<sup>39</sup>. Só através dessa garantia de legitimidade, é possível que um ato eleitoral num pós autoritarismo se realize, dando assim início ao processo de consolidação democrática. Quando o ato eleitoral se realizar, os partidos políticos terão já dado um forte contributo para que a consolidação democrática decorra. Analisemos seguidamente a consolidação através dos partidos políticos que se caracterizam pela progressiva organização e expansão das estruturas partidárias, bem como pelo reconhecimento por parte dos cidadãos da importância da existência de partidos como uma forma de cultura política no país. Todo o processo de consolidação de uma democracia tem como componente essencial o reforço do sistema partidário, tanto dos partidos enquanto organizações, como da existência de uma imagem forte de identidades destes e do respetivo papel. No caso português, apesar dos partidos não terem estado presentes na raiz do processo de transição, vieram posteriormente a atuar como atores fundamentais na implementação de mecanismos favoráveis à consolidação, desde a realização de eleições até ao funcionamento legítimo das instituições democráticas. Na realidade, os partidos revelam-se os atores políticos mais ativos e relevantes na questão da implementação democrática, visto que, com uma minimização da sua participação no processo de consolidação, a própria legitimação da democracia estaria fragilizada<sup>40</sup>. À semelhança da importância dos partidos políticos como sendo importantes na consolidação, as próprias elites sociais (minorias étnicas, grupos religiosos e associações de estudantes) auferem relevância. As elites devem, desde o momento que decorra o processo de transição, negociar entre si compromissos, evitando conflitos que coloquem em causa a estabilidade. Os novos grupos sociais devem estar organizados e liderados pelas elites para não se degenerarem, mas, importa dizê-lo, devem promover a dissolução da democracia<sup>41</sup>.

À semelhança da forma como os partidos se relacionam, com o eleitorado e entre si no parlamento, devemos também em termos de legitimidade, referir a forma como as instâncias democráticas interagem entre si e com a população, ou seja, as assembleias legislativas, os órgãos administrativos (civis, militares e paraestatais) e as associações de interesse. Este regime de relacionamento define-se com base em duas dimensões: a primeira mais vertical e baseada na estrutura de poderes; a segunda, uma dimensão horizontal assente no processo de formação do Governo. Um outro aspeto considerado crucial, e, por conseguinte, a ter em conta na consolidação de um sistema político idêntico ao aqui tratado, é a questão da existência de uma Constituição. Para que a sua elaboração seja possível deve existir, no seio

---

<sup>39</sup> Antunes, Miguel Lobo (1989), "A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal", in: *Análise Social*, vol. XXIV, p. 78.

<sup>40</sup> Stock, Maria José (1988), "A imagem dos partidos e a consolidação democrática em Portugal - resultados dum inquérito", in: *Análise Social*, vol. XXIV, p. 153.

<sup>41</sup> Nunes, Filipe Abreu (2003), "Transição e Consolidação Democráticas", p. 120.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

da elite política, dois partidos capazes de numa competição eleitoral que cooperarem na definição das regras e das instituições democráticas<sup>42</sup>. O processo constitucional divide-se, basicamente, em dois tipos: um processo alargado e assente num consenso alargado entre todos os setores da elite política ou numa maioria vitoriosa que estabelece uma constituição mais clara do ponto de vista programático mesmo contra a vontade da minoria derrotada<sup>43</sup>. Esta última procura, em primeiro lugar, definir a essência futura da política, excluindo alguns direitos sociais e económicos da incerteza democrática; em segundo lugar, as novas constituições, para serem credíveis, têm de vincular não só aqueles que as elaboram, mas também as gerações futuras. Posteriormente, a Constituição tem de proclamar os princípios eternos difíceis de alterar e tem de atribuir poderes a instituições específicas, conferindo-lhes independência de forma a assegurar que os princípios sejam aplicados. No caso português, e em termos de consolidação democrática, refira-se também que será o constitucionalismo a subordinar o instrumento militar ao poder político.

Já aqui foram enunciadas algumas etapas e características essenciais à consolidação política, contudo é necessário enfatizar que a rapidez, a sequência e o momento exato da ocorrência de determinados eventos são decisivos na determinação precisa duma consolidação política. A rapidez refere-se à transformação dos padrões sociopolíticos em estrutura; a sequência de eventos remete para a criação das bases onde irá assentar o regime democrático desde logo a formação de um sistema partidário, a formação de associações de interesse, a elaboração da Constituição e a sujeição do controlo militar ao controlo civil. Os momentos de ocorrência de eventos que remetem para a transição política rumo à democracia são: a formação de um Governo Provisório; a negociação de um pacto de origem militar de um pacto entre partidos, entre outros. Ao averiguar se o impacto da consolidação democrática foi positivo ou negativo é importante saber se realmente aconteceu uma correta democratização do sistema e, mediante essa análise, conclui-se se o regime foi ou não consolidado. De forma a comprovar o que acabamos de expor, basta explanar a conclusão partilhada por Richard Gunther e Nikiforos Diamandouros. Quanto a Gunther e Diamandouros consideram que um regime democrático está consolidado quando todos os grupos politicamente relevantes consideram as suas instituições mais importantes como o único quadro legítimo da contestação política e aderem às regras democráticas do jogo. A institucionalização das instituições democráticas, bem como os atos e organismos fundamentais ao seu funcionamento serão a prova de que a democracia se encontra implementada numa sociedade<sup>44</sup>.

Existe uma preocupação teórica central na trajetória adotada pelas sociedades rumo ao processo de democratização. De uma análise feita aos países do Sul da Europa (Itália, Grécia, Portugal e Espanha) conclui-se que os processos de consolidação podem ser,

---

<sup>42</sup> Figueiredo, Rui Paulo, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, p. 45.

<sup>43</sup> Nunes, Filipe Abreu (2003), “Transição e Consolidação Democráticas”, p. 121.

<sup>44</sup> Figueiredo, Rui Paulo, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português* (2004), pp. 47-51.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

fundamentalmente, diferentes de caso para caso. Estes processos podem envolver diferentes instituições e grupos de atores em vários estádios de cada processo, embora as elites costumem ser predominantes; o tempo necessário para a consolidação pode variar consideravelmente; o progresso no sentido da consolidação não é inevitável nem linear; no mesmo país pode haver períodos de rápido progresso em direção à consolidação seguidos da estagnação, crises ou recuos<sup>45</sup>. No que concerne a Portugal, Schmitter sublinha que não existe um modelo único de consolidação democrática, já que a institucionalização da democracia é um processo pela história, pela estrutura social, pela composição étnica e pelos contextos internacionais. De referir ainda que, para Schmitter, a experiência portuguesa contraria os estudos académicos feitos até hoje, na medida em que foi possível uma transição democrática sem a eliminação física das elites autoritárias, sem a mobilização de massas e sem um elevado desenvolvimento económico<sup>46</sup>.

Após a consolidação de uma democracia, e com um efeito de persistência nesse mesmo sistema, assistimos, gradualmente, a benefícios a longo prazo em termos da distribuição de rendimentos, na procura agregada, educação, produtividade dos trabalhadores, bem como ao nível da sua criatividade individual, sendo que tudo isto acaba por levar a uma melhoria dos resultados económicos e sociais. Porém, é preciso evidenciar que todos estes aspetos positivos não se fazem sentir no imediato, mas, sim, de forma sequencial e gradativa. Finalmente, e após a consolidação do regime democrático, começa-se a entrar na já referida fase da persistência da democracia, sendo que a trajetória política pode evoluir para a continuação dessa mesma persistência ou acaba-se por se assistir ou a um colapso ou reequilíbrio do sistema. No fundo, a desconsolidação será irreversível e incapacitando o salvamento do sistema político, geradora um alastramento da conflitualidade e a instauração de um regime autoritário. Em termos de reequilíbrio do sistema democrático, os cuidados a ter passam essencialmente por operarem um novo arranjo institucional, conferindo à democracia, uma segunda oportunidade<sup>47</sup>.

Posto isto, podemos concluir que a persistência surge numa fase já mais adiantada da consolidação democrática no seio de uma sociedade. Essa mesma persistência está intimamente ligada à natureza e qualidade do regime democrático. Depois do derrube de um qualquer regime autoritário, a fase mais importante de um sistema político de uma determinada sociedade será a transição que irá decorrer. Se a transição for feita corretamente e obedecendo aos critérios exigidos para uma institucionalização de um sistema democrático, a própria consolidação democrática decorrerá nos parâmetros definidos. Uma vez chegados ao ponto crucial do presente capítulo, procuramos, nos próximos parágrafos,

---

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, p. 56.

<sup>46</sup> Nunes, Filipe Abreu, “Transição e Consolidação Democráticas”, p. 110.

<sup>47</sup> Figueiredo, Rui Paulo, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português* (2004), pp. 63-67.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

abordar e aplicar o exposto no ponto anterior, relativamente ao caso português, direcionando a nossa perspectiva para a consolidação da democracia.

Para Huntington, a transição política em Portugal representou o início da “terceira vaga” de democratizações, isto é, de um grupo de transições de regimes não democráticos para regimes democráticos ocorridos num determinado período de tempo, que superam significativamente as transições em sentido contrário. A transição em Portugal é definida como o modelo ideal das transições ocorridas por rutura, ou seja, um processo de fim abrupto das estruturas políticas do regime autoritário existente<sup>48</sup>. No caso português, a rutura com o regime autoritário deveu-se a um golpe de Estado, iniciado e concretizado por um grupo de jovens capitães, numa ação militar não hierárquica, sendo que, este ato, esteve diretamente ligado à questão das Guerras Coloniais. A transição portuguesa foi tripartida (1974 a 1976) e obedeceu a três fases como analisaremos em seguida. A primeira fase da transição política em Portugal iniciou-se com o derrube do regime autoritário que vigorava no nosso país e estendeu-se do dia 25 de Abril de 1974 ao dia 30 de setembro de 1974. Os jovens capitães que depuseram o regime estavam organizados em torno do Movimento das Forças Armadas tendo como principais objetivos a democratização do país e o fim da Guerra Colonial. Depois do golpe de Estado, ocorrido em Abril de 1974, o país ficou mergulhado numa enorme agitação militar, à qual se juntou, posteriormente, uma maior dinâmica no setor político com o surgimento de novos partidos até a data inexistentes e como já foi anteriormente citado. Ideologicamente e, em termos políticos, para além da grande diversidade partidária surgida, os dois partidos que detinham maior hegemonia eram de esquerda, mais concretamente o PCP liderado por Álvaro Cunhal, com uma enorme fonte de legitimidade pela sua oposição ao regime de Salazar e, claro, o PS liderado pelo seu prestigiado líder, Mário Soares. Com o aumento da agitação social o general Spínola mantinha ainda algumas divergências com o MFA relativamente à questão da Guerra Colonial. A nomeação de Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro aumentou a força do MFA dentro da estrutura do poder existente. Em setembro de 1974 e mediante a conjugação de alguns fatores tais como a crescente influência do PCP e das alas mais radicais do MFA provocaram a demissão de Spínola do cargo de Presidente da República a 30 de setembro de 1974<sup>49</sup>. A demissão do general Spínola originou a segunda fase da transição portuguesa (30 de setembro de 1974 - 11 de março de 1975). No início do Outono de 1974, iniciou-se o debate em torno das eleições para a Assembleia Constituinte com o PPD e o PS, a pressionarem o MFA a cumprir os compromissos assumidos com o 25 de Abril, devolvendo o poder ao Povo. Como podemos verificar, toda esta situação não era de todo pacífica e de ser solucionada facilmente pela instabilidade que se vivia inclusive no seio dos partidos políticos. No momento em que todos estes debates políticos ocorriam, novos desenvolvimentos militares tinham lugar com uma tentativa de golpe de Estado no dia 11 de março de 1975 para retomar o poder e colocar um fim em todas as conquistas revolucionárias

<sup>48</sup> Fernandes, Jorge Miguel Alves (2009), *O Conselho da Revolução na fiscalização da constitucionalidade (1976-1982)*, Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais, pp. 19-20.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, pp. 22-24.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

de Abril de 1974. A consequência mais evidente de tal ação foi o afastamento político completo de Spínola e das pessoas à sua volta. Convém ainda evidenciar que os acontecimentos do 11 de março permitiram, ao governo em funções, reforçar o seu capital interventivo dando início ao processo de nacionalização de empresas, seguradoras, bancos e da respetiva Reforma Agrária. Com base nos eventos ocorridos, conseguiu-se finalmente a realização do ato eleitoral, tão desejado pelos partidos políticos, e a respetiva institucionalização do MFA que, por seu lado, permitiu a criação do Conselho da Revolução que prevaleceria durante praticamente todo o período de consolidação democrática em Portugal, sendo extinto com a Revisão Constitucional de 1982<sup>50</sup>. As consequências do 11 de março de 1975 vieram possibilitar que a transição política portuguesa chegasse à sua terceira e última fase (11 de março 1975 - 25 de Novembro 1975). O MFA, já subordinado ao CR, retomou e concluiu as negociações com os partidos políticos para que fosse possível a realização de uma plataforma, tendo em vista ao Acordo Constitucional. O Pacto assinado entre o MFA e os partidos provocou uma materialização e redistribuição do poder dos atores políticos. Este mesmo Pacto garantia ao MFA que os trabalhos para a elaboração da Constituição fossem acompanhados de perto por uma comissão, enquanto as eleições se destinariam apenas à Constituinte, mantendo-se os órgãos de soberania transitórios até às primeiras eleições legislativas. Por fim, os partidos políticos comprometiam-se a não pôr em causa a institucionalização do MFA e os poderes atribuídos ao CR no Pacto. Instituiu-se como órgãos de soberania o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia do MFA, o Governo, a Assembleia Legislativa e os Tribunais. As eleições marcadas para o dia 25 de Abril de 1975 contaram com a presença do PS, PPD, CDS, PCP, MDP/CDE, MES, UDP. Estas eleições, como já aqui foi apontado algumas vezes, culminaram na vitória do PS e tiveram uma participação de cerca de 91% da população. A realização deste ato eleitoral constituiu um ponto crucial na transição política em Portugal que, segundo Linz e Stepan, permitiram a criação de novos atores políticos democráticos; a criação de novas instituições democráticas; a legitimação democrática de forças políticas que não tiveram um papel predominante no derrube do anterior regime e, por fim, a oportunidade dos portugueses se manifestarem livremente e democraticamente sobre o curso do ato de transição. Após a vitória socialista, em 1975, os partidos sentiram-se legitimados para definir a relação de poderes dentro da Assembleia Constituinte, enquanto a estrutura governativa e a escolhas dos ministros continuavam a ser da inteira competência do Presidente da República. O período que sucedeu ao ato eleitoral de 1975 acabou por se tornar num período bastante conturbado e complexo, onde se assistiu a confrontos na celebrações do 1 de maio de 1975 entre o bloco “anticomunista”, liderado pelo PS-PSD-CDS, apoiado pelo Norte Católico e pelos Açores e Madeira preconizando uma solução económica e política pluralista com uma economia de mercado social-democrata. Em contrapartida, o bloco comandado pelo PCP apresentava-se com uma base popular de apoio fundamental entre os trabalhadores agrícolas do Alentejo e na cintura industrial de Lisboa e Setúbal. Este bloco lutava pela instauração de um regime

---

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, pp. 24-27.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

político de democracia popular com pluralismo limitado, uma economia planificada e um alinhamento claramente Soviético. A influência militar no seio destes organismos políticos permitiu uma melhor compreensão da complexa dinâmica deste mesmo período em análise. Nos meses seguintes, os eventos sucederam-se a um ritmo alucinante culminando na tentativa de golpe da extrema-esquerda com graves contornos ainda por elucidar relativamente ao 25 de Novembro de 1975. Um contra-golpe, liderado por Ramalho Eanes, acabaria por travar os ímpetus da extrema-esquerda, permitindo, assim, regressar ao modelo político e económico definido por parte dos partidos mais votados para a Assembleia Constituinte tal como, restaurar a cadeia de comando hierárquica das Forças Armadas<sup>51</sup>. O processo de criação e elaboração da Constituição da República, iniciado com as eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte, foi demorado e teve de ultrapassar vários obstáculos políticos, como já foi referido anteriormente. Após os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975, os partidos políticos definiram como crucial, renegociar o Pacto firmado entre eles e o MFA. As negociações para o Segundo Pacto MFA-Partidos iniciaram-se em dezembro de 1975, sendo que cada partido com assente parlamentar definiu o que pretendiam e exigiam em compensação, o CR em termos militares, propunha-se a ser o conselho do PR; garantir o funcionamento e cumprimento da Constituição e, por fim, ser um órgão com competências militares e políticas<sup>52</sup>. Este Segundo Pacto acabaria por ser assinado no dia 26 de fevereiro de 1976, definindo, assim, um conjunto de linhas orientadoras para a Constituição. No entanto, apesar das dificuldades na sua criação, a Constituição da República Portuguesa acabou por ser publicada no dia 25 de abril de 1976, dia esse também marcado pela realização das primeiras eleições legislativas para a Assembleia da República. Esta mesma Constituição definia o sistema político português como sendo semipresidencialista, visto que aliava a existência de um Presidente eleito por sufrágio universal e direto e um governo eleito com dupla responsabilidade, perante o Presidente e Assembleia da República. As exigências feitas pelo CR, aquando das negociações do Segundo Pacto entre MFA-Partidos, acabariam por ser reconhecidas e estar presentes nesta mesma Constituição. Manuel Braga da Cruz acabaria por classificar e caracterizar o que aqui acabou de ser evidenciado como “um arranjo institucional como uma consubstanciação da natureza castrense da transição democrática portuguesa” e como “as necessidades conjunturais de reforçar com legitimidade política o poder militar, para desse modo disciplinar as forças armadas, remetê-las aos quartéis, afastando-as progressivamente da cena política e submetendo-as ao governo civil”<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, pp. 27-30.

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, p. 28.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, p. 32.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

1ª Eleição para a Assembleia da República - 25 de Abril de 1976			
Eleitores		6 564 667	
Votos		5 483 461	83,5%
PS	34,9%	107 Deputados	1 912 291
PPD	24,3%	73 Deputados	1 335 381
CDS	15,9%	42 Deputados	876 007
PCP	14,4%	40 Deputados	788 830
UDP	1,7%	1 Deputado	91 690
FSP	0,77%	0 Deputados	42 162
MRPP	0,66%	0 Deputados	36 200
MES	0,57%	0 Deputados	31 332
PDC	0,54%	0 Deputados	29 874
PPM	0,52%	0 Deputados	28 320
LCI	0,30%	0 Deputados	16 269
PCP (ML)	0,29%	0 Deputados	15 830
AOC	0,29%	0 Deputados	15 778
PRT	0,09%	0 Deputados	5 171

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

As primeiras legislativas para a AR foram vencidas pelo PS com cerca de 34,89% das intenções de voto, elegendo 107 deputados; por seu lado; o PPD reuniu cerca de 24,35% dos votos elegendo 73 deputados; o CDS surge como a terceira força política com 15,98% dos votos e cerca de 42 deputados eleitos; por fim, o PCP com um resultado de 14,39% e 40 deputados eleitos<sup>54</sup>. Com esta vitória, Mário Soares tornar-se-ia, no dia 23 de julho de 1976, Primeiro-Ministro de Portugal e Chefe do I Governo Constitucional<sup>55</sup>. Assim termina a fase da transição política em Portugal, descrita no primeiro ponto e se inicia com a Constituição da República, bem como com as legislativas para a AR em 1976, o processo de consolidação democrática que durará até 1985. O ano de 1985, como poderemos perceber mais à frente, coincide com a assinatura do tratado de adesão à CEE e com base nos critérios de adesão só as democracias consolidadas poderiam aderir.

Os dois primeiros atos eleitorais (1975-1976) em Portugal, após o fim do regime autoritário, permitiram ter uma exata noção do sistema partidário ainda hoje em vigor. Este sistema é caracterizado por dois grandes partidos políticos; um mais à esquerda o PS e um mais à direita o PSD, alternando entre si o poder individualmente ou através de coligações com partidos de menor dimensão. Como é sabido e como teremos a oportunidade de constatar, o PS ocupou até 1985 o topo da hierarquia do poder, no entanto, em 1985, com a ascensão de

<sup>54</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1976 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1976&eleicao=ar>.

<sup>55</sup> Diário de Lisboa. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 56, n. 19110, 23 julho de 76. Página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.fmssoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome\\_da\\_pasta=06825.175.27595&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmssoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06825.175.27595&numero_da_pagina=1).

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Aníbal Cavaco Silva à liderança do PSD, a hegemonia do PS foi posta em causa ao ponto de esta ser transferida para o PSD, que ocupou o poder até 1995 com duas grandes vitórias eleitorais que lhe concederam duas maiorias absolutas conseguidas em 1987 e 1991, tendo estas maiorias absolutas de um só partido sido as primeiras depois do 25 de Abril. Só a partir de 1985, e com a adesão à CEE, é que a democracia se consolidou e tornou possível que um partido político, mediante a realidade política, económica e social daquele período, obtivesse uma maioria absoluta. A fundação do sistema partidário foi crucial na estruturação e consolidação democrática em Portugal, estando intimamente ligado a criação da Constituição da República em 1976, levada a cabo pela Assembleia Constituinte eleita em 1975. A Assembleia Constituinte não dispôs de uma total liberdade na elaboração da Constituição em determinados setores do poder político, limitando-se a redigir o que os militares e partidos lhe incumbiram. O direito das pessoas, a organização económica e a organização administrativa foram áreas onde a Constituinte também encontrou algumas limitações, devido à realidade política, económica e social que a sociedade portuguesa atravessava<sup>56</sup>. Contudo, a Constituição resultou de um amplo compromisso entre militares e partidos que, apesar de provisório em alguns pontos, tem perdurado em determinados traços como Estado de direito democrático; regime semipresidencialista; sistema económico misto; Estado Regional em que até ao 25 de Abril o poder local era apenas um prolongamento do poder central do Estado, após a queda do regime assiste-se gradualmente com a Constituição a uma descentralização de poderes onde o poder local através das juntas de freguesia e autarquias (dotados de autonomia administrativa e financeira) exercem o poder administrativo, mas sempre em sintonia com o poder central já que, o Estado é unitário; fomenta e garante as nacionalizações de empresas que ficam sob a tutela e monopólio do Estado, possibilita uma reforma agrária e uma transição para o socialismo com uma “sociedade sem classes”<sup>57</sup>. No que concerne ao setor público, Rui Paulo Figueiredo refere que com a Constituição e a Legislação de 1977 criou-se um vasto sector público com a nacionalização de mais de 244 empresas, sob o monopólio estatal e as relações empresariais com o Governo dividiram-se em duas fases, numa primeira fase até 1985 com uma oposição aos aspetos mais radicais do novo regime e numa segunda fase já com o PSD no poder e respetiva adesão à CEE, assiste-se à formação de acordos através do Conselho de Concertação Social. Face a estes desenvolvimentos no sector produtivo, nasceram os sindicatos, CGTP ligado ao PCP e a UGT mais ligado ao PS e PSD<sup>58</sup>. Apesar de Figueiredo concluir que a consolidação se deu em 1982, julgamos que será um pouco contraditório, pois convém não esquecermos que a assinatura do acordo de adesão à CEE deu-se em 1985 e acabou por ser o culminar de todo um processo de evolução política, rumo à implementação de uma democracia reconhecida internacionalmente, num processo de adesão iniciado ainda em março de 1977. Foi necessário

<sup>56</sup> Antunes, Miguel Lobo, “A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal”, pp. 79-80.

<sup>57</sup> Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, pp. 181-182.

<sup>58</sup> Figueiredo, Rui Paulo, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, pp. 117-118.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

cumprir criteriosamente o exigido pela CEE desde março de 1977 até junho de 1985, para que Portugal fosse reconhecido pelos restantes parceiros europeus como uma democracia consolidada na sua plenitude. Com base no que Figueiredo nos apresenta sobre a relação do Estado, com a sociedade em termos de consolidação democrática aferimos que os partidos políticos possuem uma relação clássica e estável com os diferentes setores sociais, assegurada através de um desenvolvimento organizacional dos próprios partidos e das suas organizações auxiliares. As relações entre partidos e grupos, ainda segundo Figueiredo, podem ser exploradas através de três domínios específicos: relações entre partidos e organizações de empresários/agricultores; relações entre partidos e sindicatos; relações particulares e políticas relativas aos indivíduos<sup>59</sup>. Importa ainda mencionar as elites e grupos sociais na forma como se relacionam entre si e com o poder político numa sociedade em fase de democratização, como foi indicado no ponto anterior relativamente a este sector. Por fim, o CR, como órgão militar sem legitimidade democrática, fica com a função de garantir o cumprimento da Constituição. A Constituição da República é aprovada no dia 2 de abril de 1976, com os votos contra do CDS e, com a sua entrada em vigor, inicia-se o processo de consolidação do regime nela consagrado como já aqui foi evidenciado. Desta forma, procuramos enfatizar a data de aprovação da Constituição como sendo um marco politicamente histórico em Portugal, na medida em que se inicia a consolidação da democracia em Portugal. Um outro marco importante para que o processo de consolidação se iniciasse, foi a eleição de António dos Santos Ramalho Eanes<sup>60</sup>, contando já com a participação eleitoral do povo, como Presidente da República em junho de 1976. É certo que a presença militar nos órgãos do poder político, numa primeira fase após a aprovação da Constituição, impediu que se falasse em democracia plena, todavia, a Constituição não só estava em vigor, como todos os seus princípios fundamentais encontravam-se a ser cumpridos no geral. A presença militar nunca foi uma presença “antidemocrática”, mas, sim, uma forma de democratização gradual do sistema político a ser implementado<sup>61</sup>. Esta presença das Forças Armadas no poder político foi-se apagando gradualmente, após a entrada em vigor da Constituição, culminando num afastamento e submissão ao poder civil com a Revisão Constitucional de 1982 e respetiva eleição presidencial de um civil em 1986, Mário Soares, ano da entrada na CEE.

O sistema partidário, após a aprovação da Constituição em 1976, ficou definido como um sistema quaternário, com dois grandes partidos de centro esquerda (PS) e centro direita (PPD/PSD), reunindo cerca de 60% dos votos e mais de 2/3 dos deputados, alternando o poder, e outros dois, relativamente mais pequenos, nos extremos opostos (PCP e CDS) totalizando juntos 30% dos votos bem como 1/3 dos deputados. Seria com estes dois partidos

---

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 117.

<sup>60</sup> Presidência da República, “António dos Santos Ramalho Eanes”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=24>.

<sup>61</sup> Antunes, Miguel Lobo, “A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal”, pp. 81.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

mais pequenos que os dois maiores formariam coligações governamentais até à maioria absoluta de um só partido em 1987. Este sistema quaternário acabaria por se revelar instável pelos motivos já evidenciados, pois tinham dificuldade em se manterem no poder sem ser através de coligações. Marcelo Rebelo de Sousa caracterizou o sistema partidário saído das eleições de 1976 como um sistema multipartidário imperfeito, na medida em que só existia um partido dominante (PS) pelos resultados eleitorais que viria a obter sistematicamente tornando-se, num sistema multipartidário sem dominância a partir do momento em que o PS e CDS formam uma coligação governamental em 1977<sup>62</sup>.

Relativamente às tendências de volatilidade eleitoral, os números que dizem respeito a Portugal são próximos das restantes democracias consolidadas na Europa. Vejamos que a participação eleitoral nas primeiras legislativas, entre 1975 e 1979, foi bastante elevada e constituiu um elemento forte de consolidação do novo regime. Contudo, a partir de 1980 inicia-se um aumento dos níveis de abstenção, ultrapassando os 20% em 1983, motivado pela crise política e económica do país que levaria a formação do designado “Bloco Central” e recurso a nova intervenção do FMI. Porém, em termos comparativos, e apesar do aumento da abstenção, a partir de 1980, o país ocupa uma posição intermédia nessa matéria face aos restantes países europeus ditos democráticos<sup>63</sup>. Joaquim Aguiar evidencia mesmo que o aumento da abstenção entre 1975 e 1991 viria a ser benéfico para o PSD, possibilitando-lhe obter as duas maiorias absolutas consecutivamente entre 1987 e 1991<sup>64</sup>. Com a assinatura do tratado de adesão à CEE em 1985, ano do reconhecimento da consolidação democrática portuguesa em termos internacionais, a estabilidade é conseguida e garantida. Os acordos entre partidos, bem como um maior consenso e legitimação entre os atores políticos, estiveram na origem também da estabilidade do sistema político em Portugal<sup>65</sup>. Depois de 48 anos de autoritarismo, o sentimento generalizado no seio da sociedade era o de que a democracia era o regime político desejado por todos os diversos setores. Em termos de eleições, e com base no estudo que André Freire realizou, os pequenos e médios partidos obtêm resultados positivos nas eleições de segunda ordem, ou seja, autárquicas e europeias. Os partidos de maior dimensão e face a sua organização têm por hábito conseguir excelentes resultados em termos das eleições de primeira ordem, tais como as legislativas e presidenciais<sup>66</sup>.

Depois da queda do I Governo Constitucional, o então PR Ramalho Eanes, pressiona Mário Soares a formar um governo de maioria parlamentar, para que fosse possível concluir as

---

<sup>62</sup> Cruz, Manuel Braga da, “A Evolução da Democracia Portuguesa”, pp. 127-128.

<sup>63</sup> Freire, André (2000), “Participação e Abstenção nas Eleições Legislativas Portuguesas, 1975-1995”, in: *Análise Social*, vol. XXXV, p. 26.

<sup>64</sup> Aguiar, Joaquim (1994), “Partidos, Eleições e Dinâmica Política (1975-1991)”, in: *Análise Social*, vol. XXIX, pp. 182-184.

<sup>65</sup> Ver também os sistemas eleitorais em Portugal desde 1976 em Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação política e democracia: o caso Português (1976-2000)*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

<sup>66</sup> Freire, André (2005), “Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004”, in: *Análise Social*, vol. XL, p. 842.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

negociações com o Fundo Monetário Internacional de forma a evitar a bancarrota financeira a curto prazo. A formação do II GC passou por uma coligação entre PS-CDS que viria a tornar possível o empréstimo financeiro do FMI, mas que viria a revelar-se insustentável, levando à própria queda do Governo em 1978, dando, assim, início ao período dos Governos de Iniciativa Presidencial. A partir de 1978, com a formação dos governos presidenciais, o sistema de partidos fragiliza-se porque os partidos e o Parlamento são relegados para segundo plano, no decurso do processo político, em favor da intervenção presidencial e do CR. Estes mesmos tipos de Governo só se compreendem na conjuntura particular intercalada entre 1978 e 1979, isto depois do descontentamento provocado pela política de austeridade, perante a divisão dos principais partidos e numa situação onde o poder militar ainda tinha peso. Sucederam-se cerca de três governos de Iniciativa Presidencial, chefiados respetivamente por Alfredo Nobre da Costa, Carlos Mota Pinto e Maria de Lurdes Pintassilgo, mas todos eles derrubados pela oposição mediante uma insustentável realidade política que assolava o país. Todas as críticas dos principais atores políticos, como Francisco Sá Carneiro e Mário Soares, centravam-se em Ramalho Eanes pelas suas decisões em termos de definição dos diversos governos. A principal preocupação generalizada no seio dos partidos políticos era a possibilidade de um destes Governos de Iniciativa Presidencial vir a consolidar-se, reunindo os dividendos a favor de uma melhoria da situação económica, permitindo também ao PR obter ainda maior protagonismo no seio do sistema político. O sistema de Governo, consagrado pela Constituição de 1976, é um sistema caracterizado pela dupla legitimidade do Parlamento e da Presidência da República e pela dupla responsabilidade do Governo, perante esses dois órgãos daí a designação de sistema de governo semipresidencialista. Mais parlamentarista numas fases, mais presidencialistas noutras, o sistema de governo português tem vacilado entre uma mais visível e uma mais apagada presença do Presidente da República. No período anteriormente exposto, a ação de Eanes enquanto PR caracterizou-se por ser muito ativa e presencial procurando ganhar protagonismo<sup>67</sup>. O Presidente Eanes procurou ser o ator principal no sistema político português e isso traduzia-se não apenas nas nomeações dos já referidos “governos presidenciais”, mas também com as suas sucessivas intervenções permanentes na vida política nacional o que levava à conformação do poder presidencial como partilhando o poder executivo. Manuel Braga da Cruz caracterizou de duas formas o protagonismo presidencial entre 1976 e 1979 da seguinte forma: primeiro, assistiu-se a um intervencionismo mitigado para depois, num segundo momento, transitar-se para um intervencionismo mais ativo<sup>68</sup>. Após vários anos de luta política para conseguir chegar ao poder, Sá Carneiro, com a formação da Aliança Democrática composta pelo então PSD-CDS-PPM, vence as eleições legislativas de 1979, chegando finalmente a Primeiro-Ministro. A vitória da AD em 1979 significou uma decidida e crescente afirmação do Governo face ao Presidente. O Governo, constituído na sequência desta vitória eleitoral, foi formado fora da influência do PR, sendo que o próprio Ministro da Defesa passou a ser civil, deixando os militares próximos a Eanes

---

<sup>67</sup> Cruz, Manuel Braga da, “A Evolução da Democracia Portuguesa”, p. 130.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, pp. 133.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

fora do novo governo então constituído. As eleições de 1980 vieram de novo confirmar uma maioria da AD, fomentando a cada vez maior afirmação “parlamentarista” do sistema face ao sistema “presidencialista” de Eanes. Sá Carneiro exprimiu, nesse momento, as ainda históricas palavras que passamos, de imediato, a reproduzir: “um governo, uma maioria, um presidente” definindo como candidato a apoiar nas presidenciais de 1986, o General Soares Carneiro também apoiado por Adelino Amaro da Costa, líder do CDS e parceiro de coligação governamental. Posto isto, Eanes teve de procurar apoio junto do PS de forma a conseguir ter hipóteses de reeleição nas eleições que se avizinhavam. Em novembro de 1980, o PS e Eanes assinam um acordo de apoio mútuo, onde o PS comprometia-se a apoiar a candidatura do ainda então PR e a não diminuir o conteúdo semipresidencial do sistema na futura revisão constitucional. Em contrapartida, Eanes apresentaria uma candidatura em termos civilistas; abandonaria depois de eleito o cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e, por fim, não apresentaria uma proposta própria relativamente à revisão constitucional<sup>69</sup>. Com este acordo, caminhava-se gradualmente para o que viria a acontecer e a ser definido na Revisão Constitucional de 1982. Após a trágica morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, num acidente de avião em Camarate no dia 4 de dezembro, a AD, o Governo, os respetivos partidos e Soares Carneiro ficaram órfãos do apoio destas figurantes influentes da vida política portuguesa. O resultado eleitoral das presidenciais de 1980 dera uma vitória a Eanes, com cerca de 56,44% das intenções de voto face a Soares Carneiro, com cerca de 40,23%<sup>70</sup>

2ª Eleição para a Presidência da República - 7 de dezembro de 1980		
Eleitores	6 920 480	
Votos	4 881 125	75,5%
Ramalho Eanes	56,4%	3 262 250
Soares Carneiro	40,2%	2 325 481
Otelo Saraiva de Carvalho	1,5%	85 896
Galvão de Melo	0,8%	48 468
Pires Veloso	0,8%	45 132
Aires Rodrigues	0,2%	12 745

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Face a esta vitória e com a falta de um Primeiro-Ministro capaz de exercer uma forte oposição a Eanes, este continuou a intervir no sentido de contrariar a bipolarização que a AD introduzira no sistema partidário. As suas interferências passaram por algumas importantes áreas de decisão política como a política externa, revisão de leis do sector público e privado, pela nova Lei da Defesa Nacional e na nova Lei do Tribunal Constitucional. A vitória de Mário Soares face ao Ex-Secretário Geral que apoiava Eanes no interior do PS, veio possibilitar a

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, pp. 133-134.

<sup>70</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados das eleições de 1980 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=07&mes=12&ano=1980&eleicao=pr>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

maioria tão desejada pela AD no Governo de forma a tornar possível uma Revisão Constitucional capaz de colocar um ponto final nas interferências da Presidência no Governo e respetivamente nas decisões tomadas pela Assembleia da República<sup>71</sup>.

A Revisão Constitucional de 1982 permitiu o nascimento do modelo semipresidencialista, com a diminuição e delimitação dos poderes presidenciais, permitindo a transição para um parlamentarismo mais racionalizado. Além destas alterações, esta mesma revisão veio extinguir de vez o Conselho da Revolução, submetendo o poder militar ao poder civil; condicionou a capacidade presidencial de demitir o Primeiro-Ministro fazendo com que a responsabilidade do Governo face ao Presidente da República fosse meramente institucional; a Lei da Defesa Nacional reduzia ainda mais os poderes do Presidente até aí em vigor, impossibilitando-lhe de nomear os membros do Conselho Superior de Defesa Nacional; este mesmo conselho seria apenas constituído por Ministros, Ministros e dois deputados. A Revisão Constitucional acabou por colocar um fim nas aspirações presidenciais e impulsionou de uma forma marcante a consolidação democrática em Portugal<sup>72</sup>.

Contudo, contrariamente ao que a maioria dos autores procuram dar a entender, 1982 é o ano da consolidação democrática em Portugal. Só com a entrada na CEE e depois de esta ter sido feita progressivamente, desde a apresentação da candidatura de integração, em 1977, e com sucessivas negociações, chegamos finalmente ao dia 12 junho de 1985, onde foi assinado o tratado de adesão e respetivo reconhecimento internacional de Portugal como democracia consolidada. O papel da CEE foi, de facto, decisivo na consolidação da democracia em Portugal. Na fase da consolidação, os fatores estruturais, como a inserção geopolítica e a pertença a determinadas organizações internacionais, adquirem maior relevo. Se concebermos esta consolidação num sentido positivo de uma fase do desenvolvimento do regime democrático, com base no desempenho dos governos e seus efeitos no sistema político e partidário, a entrada na CEE acaba por ser o momento chave e final de um processo que durou cerca de 9 anos, iniciado com a Constituição em 1976 e concluído com a CEE. A estabilidade política que esta instância internacional proporciona aos seus membros constitui um dos aspetos fundamentais para uma consolidação política, visto que o processo de integração europeia acaba por ser, antes de mais, um projeto geopolítico com o objetivo de assegurar uma maior segurança em termos de possíveis conflitos, segurança ideológica, política e económica. O respeito pelas instituições comunitárias contribuiu para uma evolução ideológica da esquerda socialista e atenuar o antiamericanismo entre as elites e massas. Esta mesma integração era vista pelas elites tecnocráticas e democráticas como a garantia da proteção de liberdades cívicas e políticas, bem como a concretização de reformas necessárias à modernização dos países mais pobres como Portugal e às exigências que daí advinham em termos das políticas monetárias, fiscais, de segurança e de defesa, conduziram a profundas

---

<sup>71</sup>Cruz, Manuel Braga da, "A Evolução da Democracia Portuguesa", pp. 134-135.

<sup>72</sup>Idem, *ibidem*, pp. 135-136.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

transformações na organização e cultura política das administrações políticas que agora cooperam num espaço de democracia consolidada. Apesar da oposição da extrema-esquerda e do PCP em Portugal, a entrada na CEE que coincidiu com a chegada a Primeiro-Ministro de Aníbal Cavaco Silva em 1985, a democracia consolidou-se<sup>73</sup>.

Com tudo isto concluímos que, apesar de ter sido um processo demorado com duração de cerca de 9 anos, Portugal consegue estabelecer um sistema democrático, desde a aprovação da Constituição da República, em 1976, até à entrada na CEE, em 1985. Foram necessárias significativas alterações no sistema político, implementando as medidas adequadas para que a democracia se consolidasse. Apesar das diversas opiniões relativamente à exatidão do ano de consolidação, com tudo o que aqui foi exposto podemos ficar com a correta noção de que, mesmo tendo sido reunidas as condições favoráveis à democracia, faltava o reconhecimento internacional num processo iniciado em 1977 pelo então Primeiro-Ministro Mário Soares. Só depois desse mesmo reconhecimento e adesão se processou o encerramento da fase de consolidação da democracia. Não bastou preparar apenas o terreno à implementação de um regime democrático, era necessário que, mediante um mundo com significativas internacionalizações, Portugal fosse capaz de se afirmar na cena internacional, revelando-se uma democracia organizada e cimentada nas suas rotinas e com uma política externa séria e verdadeira.

---

<sup>73</sup> Nunes, Filipe Abreu, “Transição e Consolidação Democráticas”, pp. 115-117.

# Capítulo Segundo - A Ascensão ao Poder de Aníbal Cavaco Silva

## Enquadramento

Neste capítulo, iniciamos o estudo e análise da personalidade política e figura central da presente dissertação, Aníbal Cavaco Silva. Como já foi referido, Cavaco Silva, e especificamente o XI Governo Constitucional (1987-1991) chefiado por ele enquanto Primeiro-Ministro e suportado pelo PSD, será o “coração” do presente trabalho académico. Como se compreende, não se abordará ainda o XI Governo Constitucional propriamente dito, mas, sim, o percurso de vida de Cavaco Silva, desde o seu nascimento, a obtenção do grau de Doutor em York, passando pela filiação partidária ao PSD e pelo período enquanto Ministro das Finanças e do Plano do Governo de Francisco Sá Carneiro, não olvidando o tempo em que esteve, após o falecimento de Sá Carneiro, na oposição aos líderes do PSD, nem a sua chegada à liderança do partido no Congresso da Figueira da Foz em maio de 1985 e, por fim, a ascensão a Primeiro-Ministro de Portugal e Chefe do X Governo Constitucional (1985-1987). Na verdade, a sua vasta formação académica, bem como os vários degraus que palmilhou ao longo do seu trajeto político são determinantes para a sua ascensão ao poder, para além de ter sabido não só tirar proveito do descontentamento popular relativamente ao legado deixado pelo Governo de coligação do Bloco Central com ainda potenciar o seu rosto de grande herdeiro de Sá Carneiro, mediante, por exemplo, a recuperação da conhecida estratégia da bipolarização do antigo líder social-democrata.

Importa referir, de antemão, que o percurso trilhado em direção ao poder fez-se de avanços e recuos. Foi necessário angariar apoios e vencer, contra quase todos os prognósticos, atos eleitorais, conquistando em primeiro lugar o partido e depois o país. No primeiro volume da sua *Autobiografia Política*, Cavaco faz questão de alimentar o discurso da surpresa, do sentimento da incredulidade: “Em 6 de Novembro de 1985, ao meio-dia, no Palácio da Ajuda tomei posse como Primeiro-Ministro (...) tinha ainda dificuldade em convencer-me de que não estava a viver um sonho ou pesadelo e que era eu mesmo que estava ali, ao lado do Presidente da República António Ramalho Eanes (...)”<sup>74</sup>. Na verdade, devemos lembrar que até à sua chegada ao poder, Cavaco Silva era pouco conhecido no seio da população portuguesa, sendo sobretudo associado à figura de Sá Carneiro<sup>75</sup>, concretamente por via dos tempos em que foi seu Ministro das Finanças e do Plano. Contudo, no quadro do PSD, após o falecimento prematuro do líder histórico, as intervenções políticas de Cavaco foram ganhando relevância

<sup>74</sup> Silva, Aníbal Cavaco (2002), *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, Lisboa: Temas e Debates, p. 13.

<sup>75</sup> Ver o contributo dado por Sá Carneiro para a afirmação de Cavaco Silva no seio do PSD em: Manalvo, Nuno (2001), *PSD a marca dos líderes*, Lisboa: Editorial Notícias.

e reconhecimento ao ponto de ser perspetivado como um possível futuro Presidente do partido, prognóstico que se veio a confirmar.

## 2.1. Aníbal Cavaco Silva: Percurso Académico

No dia 15 de julho de 1939, nasceu em Boliqueime (aldeia algarvia) Aníbal Cavaco Silva segundo filho de um pequeno comerciante chamado Teodoro Gonçalves Silva e de Maria do Nascimento Cavaco dona de casa, como era costume na época. Nascido no seio de uma família humilde, Cavaco Silva rapidamente se destaca pela sua vivacidade e curiosidade em aprender, mas também pela sua irrequietação. Aos sete anos, inicia os estudos na escola primária do centro de Boliqueime prolongando-se durante quatro anos aprendendo o normal em termos escolares para a época. Com onze anos, realizou a prova de exame da quarta classe em Loulé e nesse mesmo dia, os seus pais acabariam por inscrevê-lo no exame de admissão à Escola Técnica Elementar Serpa Pinto em Faro. Após efetuar a prova de entrada com sucesso, Cavaco Silva prosseguiu os estudos no chamado ciclo preparatório. As viagens entre Boliqueime e Faro eram feitas de comboio, o único meio de transporte disponível para que o jovem Aníbal pudesse continuar os estudos para além da escola primária. Todo este contato com uma nova realidade, que era a cidade de Faro e as longas viagens de comboio, viriam a prejudicar o sucesso escolar de Cavaco. Porém, o ciclo preparatório foi concluído com uma média de doze valores e deu assim início ao primeiro ano do Curso Geral de Comércio da Escola Comercial e Industrial de Faro onde a relação divertimento/estudo acabou por surtir num resultado previsível, o chumbo escolar<sup>76</sup>. Face a esta reprovação, Cavaco Silva teve de trabalhar na agricultura com o seu avô paterno, Joaquim Gonçalves Silva, durante todo o verão de 1953 ficando impedido de passar um mês de férias na praia Olhos d'Água com o seu grupo de amigos onde se incluía Maria, futura esposa de Cavaco. Este verão acabaria por mudar e muito o pensamento de Cavaco fazendo com que este se focasse por completo na sua formação académica. O próprio, na sua Autobiografia Política I, refere: *“Tenho a sensação de ter crescido e amadurecido muito nesse ano em que reprovei. Ganhei uma fortíssima vontade de lutar por um futuro diferente e arranjei coragem para pedir aos meus pais que me dessem mais uma oportunidade e me deixassem voltar à Escola Comercial e Industrial de Faro. (...) passei, logo a seguir ao ano de reprovação, a ser um dos melhores alunos da turma.”*<sup>77</sup> Ao chegar ao terceiro ano da Escola Comercial e Industrial de Faro, o jovem Cavaco poderia ficar com o Curso Geral de Comércio e procurar emprego, todavia o seu maior desejo era continuar os estudos, sendo que as tarefas que realizava para o seu pai eram trabalhos bastante pesados. Cavaco Silva não se revia a tomar conta do negócio da família ou a trabalhar num emprego semelhante ao do seu pai, desejava apostar nos estudos como uma forma de obtenção de um futuro diferente e mais risonho. Para tal, seria

---

<sup>76</sup>Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, pp. 13-14.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

necessário esforço e dedicação para conseguir triunfar na vida. Após averiguar todas hipóteses existentes para conseguir prolongar a sua formação, conclui-se que a única solução passava pelo Instituto Comercial de Lisboa voltando assim, a contar com o apoio dos pais.

Em setembro de 1956, e aos 17 anos, Cavaco passou no exame de admissão e partiu para Lisboa para dar continuidade à sua formação académica. No Instituto Comercial de Lisboa, teve de decidir entre a escolha do Curso de Contabilidade, com duração de três anos, e/ou a frequência de dois anos preparatórios de acesso à universidade. Com o receio de que a sua estadia em Lisboa fosse relativamente curta, dada as parcas possibilidades financeiras da sua família, a escolha recaiu no Curso de Contabilidade, contudo foi frequentando simultaneamente cadeiras exigidas para o acesso ao ensino superior, que ingressaria mal tivesse oportunidade. Cavaco soube aproveitar, e bem, a possibilidade de estudar em Lisboa oferecida pelos seus pais e acabaria por se afirmar como um bom aluno no Instituto Comercial, tendo completado o Curso de Contabilista com média de quinze valores, encarando o diploma como uma apólice de seguro na procura de um emprego. No entanto, o desejo e ambição de entrar no ensino superior eram maiores. Depois de mais um esforço parental, e após completar o Curso de Contabilidade, Cavaco Silva realizou, no Liceu D. João de Castro, o exame do 7º ano de Filosofia em falta para aceder ao ensino superior. Em 1959 e com 20 anos de idade, o acesso ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, mais concretamente ao Curso Superior de Finanças, encontrava-se cumprido. Depois de um primeiro ano de licenciatura, os resultados escolares foram substancialmente elevados e Cavaco tinha a consciência de que conseguiria se licenciar. O caminho para o sucesso requereu dedicação, ambição e trabalho árduo e Cavaco Silva, como é natural, decidiu investir, com sucesso, na sua formação escolar<sup>78</sup>.

No ano de 1962, Cavaco Silva recebeu a notícia de que, em agosto desse mesmo ano, se deveria apresentar na Escola Prática de Cavalaria em Santarém para fazer a recruta. A caminho dos 23 anos, tinha acabado de completar o 3º ano da licenciatura apenas lhe faltavam dois para a concluir. Numa fase inicial, a ideia de não ser capaz de completar o curso pairou no ar, mas acabaria por o conseguir terminar como mostraremos de seguida. Após uma recruta intensa em Santarém e de um curso de especialização em Contabilidade e Pagadoria, foi colocado como oficial aspirante miliciano na repartição de contabilidade do Instituto dos Pupilos do Exército em Benfica entre 1962 e 1963. Ainda nesse espaço temporal, Cavaco conseguiu concluir todas as disciplinas do 4º ano de Economia e Finanças em conjugação com o cumprimento do serviço militar. Contudo, este não escaparia a uma comissão militar de cerca de dois anos no ultramar, mais propriamente em Moçambique. A aventura pelo continente africano iniciou-se a 31 de outubro de 1963, na altura já casado, desde o dia 20 de outubro de 1963, com Maria Cavaco Silva. A chegada a Moçambique ocorreu no dia 16 de Novembro de 1963, onde desembarcaram antigo porto Lourenço Marques, hoje

---

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, pp. 18-19.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

designado de Maputo. A estadia do casal Cavaco Silva no ultramar teve uma duração de dois anos que correspondiam ao período que durava a comissão militar de Cavaco. Neste mesmo período, Cavaco Silva teve a oportunidade de encontrar e cruzar-se com o General Francisco da Costa Gomes e outros oficiais militares que estariam na origem do 25 de Abril de 1974. Com a ajuda de colegas de universidade, que lhe enviavam apontamentos e a compreensão dos seus superiores, o estudo das matérias foi possível, permitindo que, em outubro de 1964, viajasse para Lisboa de avião de forma a concluir as disciplinas do 5º ano do ISCEF e, conseqüentemente, obter a licenciatura em Finanças, com a mais alta classificação do curso<sup>79</sup>, diga-se em abono da verdade. Posto isto, é possível evidenciar toda a perseverança, inteligência e força para atingir o sucesso de que se revestiu Cavaco Silva, projetando-se estas mesmas características também na sua ascensão ao poder.

Ainda durante a sua estadia militar no ultramar, nomeadamente em Moçambique, Cavaco Silva refere, nas suas memórias, que recebeu um convite por parte de Carlos Alves Martins, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e diretor do Centro de Economia e Finanças da Fundação Calouste Gulbenkian, para seu assistente, concretamente numa cadeira de Finanças Públicas. Como é do nosso conhecimento, Cavaco antes de político é, acima de tudo, professor universitário e, naquele preciso momento, depois da receção do convite, acabou por aceitar a proposta com a autorização de regressar a Lisboa depois de terminar a sua comissão militar. O regresso a Lisboa ocorreu no dia 5 de novembro de 1965 e a proposta feita pelo professor Martins foi aceite. Cavaco passou a ser bolseiro no Centro de Economia e Finanças da Fundação Calouste Gulbenkian por um ano, onde passaria a receber, naquele tempo, cerca de cinco contos por mês. Esse mesmo centro, albergava economistas de grande qualidade, de entre os quais se encontrava Manuela Ferreira Leite que, mais tarde, viria a ser Ministra da Educação do Governo de Cavaco e, nos tempos mais recentes, Ministra das Finanças do Governo de José Manuel Durão Barroso. Depois de terminada a já referida bolsa, acabaria por entrar para o quadro de investigadores do Centro de Economia e Finanças no início de 1967. O primeiro passo e aquele que acabaria por ser o mais importante, foi dado em março de 1966, aquando a contratação para segundo-assistente do ISCEF para a disciplina de Finanças Públicas I. Como o próprio Cavaco Silva evidencia, todo o seu trabalho no Centro de Economia e Finanças começou por, numa fase inicial, incidir nos mercados financeiros onde se destaca ainda hoje, o importante artigo por si publicado sobre a média Dow-Jones, da Bolsa de Valores de Nova Iorque, bem como o seu primeiro livro intitulado: *O Mercado Financeiro Português em 1966*. A sua investigação voltaria a reorientar-se e centrar-se no domínio financeiro do sector público em conciliação com a atividade de docente. Foi nesse preciso momento, nos finais da década de 60 que, a vontade e desejo de prolongar a carreira académica com um doutoramento pairou na mente de Cavaco Silva. Um doutoramento em

---

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, pp. 21-27.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Economia em Portugal era praticamente impossível e Cavaco decide partir para Inglaterra em busca da concretização desse mesmo objetivo<sup>80</sup>.

Com o apoio do professor Carlos Martins, Cavaco partiu para Inglaterra em setembro de 1971, com 32 anos de idade, mais concretamente para a Universidade de York, de forma a conseguir prosseguir com a sua investigação e tentar obter aí o grau de Doutor. A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu-lhe uma bolsa de estudo e o Ministério da Educação deu-lhe equiparação a bolseiro fora do país. No que à tese de doutoramento diz respeito, Cavaco tinha em mente um trabalho de investigação no domínio da teoria da dívida pública, mas exigia um confronto de ideias com investigadores de elevada capacidade científica. Para seu supervisor, Cavaco contou com o professor Alan Peacock, diretor do Departamento de Economia e um dos especialistas de finanças públicas internacionalmente mais conhecidos. Ao fim de dois anos, a tese de dissertação intitulada *A Contribution to the Theory of the Macroeconomic Effects of Public Debt* estava finalizada. Em novembro de 1973, e acompanhado pela sua esposa, Cavaco Silva foi de York a Londres, onde, numa sala da London School of Economics e perante um júri, defendeu a sua tese e conseguiu obter o grau de Doutor.

Obtido o grau de doutor em Economia, o regresso a Lisboa não aconteceu no imediato, visto que, apesar de ter declinado o convite para lecionar na Universidade, faltavam os ajustamentos finais à sua tese para que a mesma pudesse ser publicada em livro. O retorno a Portugal ocorreu no dia 15 de abril de 1974 e dez dias depois do regresso da família Cavaco Silva, deu-se a Revolução dos Cravos. O período imediatamente a seguir à Revolução dos Cravos acabou por ser um tempo de dificuldades profissionais para Cavaco. Como se sabe, o já mencionado Centro de Economia e Finanças da Fundação Calouste Gulbenkian foi extinto. Todavia, Cavaco Silva continuou a sua atividade profissional num gabinete de trabalho no edifício da Avenida de Berna. Nesse mesmo local, acabou por publicar diversos artigos em revistas, no estrangeiro e em Portugal, bem como um livro sobre a *Política Orçamental e Estabilização Económica*. Para além destas publicações, é importante salientar que a função de docente não foi esquecida, ou seja, continuou a lecionar nos cursos de pós-licenciatura com os quais foi convidado a colaborar. Posteriormente, e depois do exposto, Cavaco Silva foi integrado no Centro de Economia Agrária que a Fundação Gulbenkian mantinha em funcionamento em Oeiras, ficando por lá até que, após os convites formulados pelo governador Dr. José da Silva Lopes e pelo vice-governador Dr. Vítor Constâncio do Banco de Portugal, Cavaco viria, em setembro de 1977, a tornar-se diretor do Departamento de Estatística e Estudos Económicos. Apesar do grau de Doutor, obtido em Inglaterra, Cavaco Silva teve dificuldade em vê-lo reconhecido em Portugal, porque não existia realmente ninguém capaz de o reconhecer, seja no Ministério dos Negócios Estrangeiros ou no Ministério da Educação. Contudo, depois de resolvidas todas estas particularidades algo complexas, o

---

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, pp. 27-28.

então futuro Primeiro-Ministro de Portugal conseguiu lecionar no designado Instituto Superior de Economia, nome que veio substituir o antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Em maio de 1978, Cavaco demitiu-se de professor do instituto, passando a exercer funções de docente na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e, finalmente, em Novembro de 1979, acabaria por se tornar professor de Economia Pública da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa<sup>81</sup>.

## 2.2. Cavaco Silva: o herdeiro de Sá Carneiro

Depois dos acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974, reinava em Portugal uma vasta desordem política, económica e social, com uma verdadeira ausência de autoridade do Estado o que causou apreensão em Cavaco Silva sobre os destinos da política portuguesa. Num dia em que Cavaco visionava televisão, Francisco Sá Carneiro fez um discurso que marcou em muito o futuro do então professor de Economia. Relativamente a esse discurso, Cavaco Silva refere nas suas memórias o seguinte: “Francisco Sá Carneiro entrou-me pela casa dentro através da televisão. Dele conhecia apenas as intervenções corajosas feitas na Assembleia Nacional enquanto deputado e tinha uma natural simpatia pela «ala liberal». Tinha por ele uma admiração especial pela coragem revelada ao renunciar ao lugar de deputado em 1973. Quando o vi falar na televisão escutei-o com atenção e revi-me na maioria das suas ideias e preocupações.”<sup>82</sup> Coincidência ou não, pouco tempo depois de assistir ao discurso televisivo de Sá Carneiro e mais concretamente em maio de 1974, Cavaco foi convidado por Alfredo de Sousa (seu colega de universidade) para participar numa reunião de economistas próximos da área do PPD<sup>83</sup>. Poucas semanas depois, inscreveu-se como militante e como o próprio evidencia na seguinte passagem: “Para mim, a motivação fundamental era ajudar a construir uma força partidária que pudesse travar a onda de loucura que o país parecia mergulhado e defender ideias e políticas do tipo das que dominavam os países da Europa democrática, adaptadas à realidade portuguesa.”<sup>84</sup> Com esta afirmação, concluímos que, neste momento, o mote e interesse pela política havia despoletado no seu espírito, fazendo com que Cavaco passasse gradual e ativamente a participar na política portuguesa. O primeiro comício nacional do PPD a que Cavaco Silva viria a assistir ocorreu no atual Pavilhão Carlos Lopes. De facto, na presença de grandes personalidades ligadas ao partido, deixou-se “contagiar pelo entusiasmo que envolveu os oradores”. Progressivamente, Cavaco acabaria por participar um pouco em todas as ações do partido desde reuniões em que Ministros do PPD ou dirigentes do partido faziam a análise a realidade política portuguesa, a pequenas sessões de esclarecimento relativamente as questões económicas. A vida de docente foi sendo conciliada com a vida levada a cabo no domínio político, porém o grande objetivo de Cavaco Silva foi sempre o exercício das funções enquanto professor, daí ter rejeitado a proposta de integrar a

---

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, pp. 28-38.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, pp. 41.

<sup>83</sup> Cunha, Adelino (2005), *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, Edeline, p. 34.

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, p. 42.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

lista dos candidatos do PPD à Assembleia Constituinte nas eleições de 1975. Apesar dessa recusa, as suas aparições no seio do partido continuaram até que, numa dessas reuniões de trabalho, conheceu Sá Carneiro. Foram apresentados por Loureiro Borges, vice-governador do Banco de Portugal, num local conhecido para Cavaco onde já lá tinha trabalhado como diretor do gabinete de estudos. Dada a sugestão de Loureiro Borges, Sá Carneiro começou a chamar Cavaco para escutar as suas opiniões especializadas, participando inclusive em sessões de esclarecimento e reuniões do restrito grupo de trabalho de Sá Carneiro.

A maior participação de Cavaco, na vida política do partido, coincidiu com a criação do código genético do PPD. Este programa genético e ideológico ficou pronto para ser submetido aos militantes, no I Congresso Nacional, e Cavaco foi nomeado como representante do gabinete de estudos do partido. A sua cooperação teve uma vertente técnica e incidiu principalmente nas áreas da política económica adquiridas durante a sua passagem por Inglaterra despertando grande interesse em Loureiro Borges e Sá Carneiro. Convém ainda salientar que, o contributo económico de Cavaco, não escapava às nacionalizações e coletivismos<sup>85</sup>.

No dia 2 de dezembro de 1979, a designada Aliança Democrática formada pelo PSD, CDS e PPM, venceu as eleições legislativas intercalares com a maioria absoluta dos votos, ou seja, cerca de 42,52% dos votos, contra os 27,33% do PS e 18,8% da APU (aliança eleitoral entre o PCP e MDP)<sup>86</sup>.

2ª Eleição para a Assembleia da República - 21 de dezembro de 1979			
Eleitores	7 249 346		
Votos	6 007 453		82,9%
AD	42,5%	121 Deputados	2 554 458
PSD ilhas	2,4%	7 Deputados	141 227
PS	27,3%	74 Deputados	1 642 136
APU	18,8%	47 Deputados	1 129 322
UDP	2,2%	1 Deputado	130 842
PDC	1,21%	0 Deputados	75 514
PCTP/MRPP	0,89%	0 Deputados	53 268
UEDS	0,72%	0 Deputados	43 325
PSR	0,62%	0 Deputados	36 978
CDS ilhas	0,39%	0 Deputados	23 523
POUS	0,21%	0 Deputados	12 713
OCMLP	0,06%	0 Deputados	3 433

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, pp. 35-37.

<sup>86</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1979 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=02&mes=12&ano=1979&eleicao=ar>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Sá Carneiro via finalmente os seus esforços recompensados, numa batalha pela afirmação do então PPD iniciada em maio de 1974. Dois meses antes da realização das eleições legislativas intercalares, mais concretamente em outubro de 1979, Cavaco Silva foi chamado ao gabinete de Sá Carneiro. Nessa mesma reunião e, como o próprio Cavaco deixa explícito nas suas memórias, Sá Carneiro acabaria por convidá-lo para ser seu Ministro das Finanças caso a AD vencesse as eleições. Cavaco Silva não se mostrou interessado dado o facto de procurar se afirmar e conseguir superar o concurso de professor extraordinário da Faculdade de Economia da Universidade Nova remetendo a discussão do assunto para depois das eleições. Os grandes objetivos de Sá Carneiro passavam por reforçar a maioria parlamentar; vencer as eleições presidenciais através de um candidato próprio; criar condições para que a revisão constitucional se realizasse por referendo e impor uma lei eleitoral mais favorável à AD. Depois da vitória da AD e, apesar da relutância inicial de Cavaco, este acabaria por, no dia 11 de dezembro de 1979, aceitar o convite de Sá Carneiro depois de ver as suas reivindicações aceites pelo então novo Primeiro-Ministro. Para conseguir convencer Cavaco, Sá Carneiro teve de ceder face às suas exigências e desde logo reivindicou competências exclusivas em matéria de investimento público e planeamento em acumulação com as finanças; todos os colegas de Governo deveriam ficar obrigados pelo Primeiro-Ministro a restringir atividades sectoriais à política económica global; o Governo tinha de ter definido como objetivo prioritário funcional, o controlo da inflação e o relançamento da atividade económica pela via do investimento; Sá Carneiro garantiu a preservação de José Silva Lopes no cargo de governador do Banco de Portugal e, por fim, o Governo deveria resistir à tentação de sanear os conselhos de administração de inúmeras empresas públicas com base em critérios partidários. A defesa de Silva Lopes, por parte de Cavaco para governador do Banco de Portugal, gerou alguma polémica sobretudo no CDS parceiro de coligação. Essa polémica provinha de Silva Lopes, já que este tinha sido Ministro do governo de Mário Soares. Mostrando-se intransigente, Diogo Freitas do Amaral (número dois do governo) e Sá Carneiro acabariam por aceitar esta escolha. Silva Lopes sempre mostrou alguma antipatia pelo CDS e apesar da forte amizade que o unia a Cavaco Silva, este acabaria por declinar o convite sendo no futuro, um forte crítico da política económica do Governo de Sá Carneiro com a exceção de Cavaco a quem chegou inclusive a aconselhar em determinadas matérias. Face à recusa de Silva Lopes, Cavaco acabaria por nomear Manuel Jacinto Nunes, administrador da Caixa Geral de Depósitos, como governador do Banco de Portugal<sup>87</sup>.

Cavaco Silva começou o seu trabalho enquanto Ministro das Finanças e do Plano por nomear alguns secretários de Estado como José António Silveira Godinho, Miguel Cadilhe, António Tavares Moreira, Alípio Dias, António Figueiredo Lopes e, por fim, Rui Carp que conhecera Cavaco em Inglaterra e viria a assumir a subsecretaria de Estado do Orçamento. Um mês depois de assumir funções, Cavaco anunciou uma série de quinze medidas para controlar a inflação e encetar a recuperação da economia, contudo todas estas medidas rapidamente

---

<sup>87</sup> Cunha, Adelino, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, pp. 67-72.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

geraram uma elevada contestação por parte de alguns membros do Governo que apelidaram toda esta Ação de Cavaco como uma verdadeira “ditadura financeira”. Na procura de evitar que estas medidas de austeridade fizessem com que a AD perdesse votos nas próximas eleições, Cavaco Silva deixou vincado que a promoção do crescimento e a manutenção do rigor financeiro seria o caminho a seguir. Face a todas as críticas de que era alvo, Cavaco redigiu uma carta a Sá Carneiro, no dia 18 de junho de 1980, onde pediu o seu apoio na execução das medidas de consolidação financeira necessárias, mas estando disponível para se demitir caso fosse necessário. Em todo o período em que Cavaco foi Ministro das Finanças, uma das medidas que mais satisfiz a população foi o aumento das pensões. Todavia, este mesmo aumento acabaria por ser corrigido aquando a sua chegada a Primeiro-Ministro. Em Conselho de Ministros, o então Ministro das Finanças conseguiu aprovar um pacote de medidas para manter a dieta nos ministérios. O controlo orçamental implicava a limitação das despesas e dos subsídios a fundo perdido transferidos para as empresas do Estado, incentivando os ganhos através da produtividade<sup>88</sup>. Vejamos, Cavaco Silva não era de todo um político capaz de se expressar verbalmente e motivar as massas, era sim um verdadeiro tecnocrata com grandes conhecimentos e formação económica como o académico americano John Williamson o apelidava num dos seus livros editados em 1994<sup>89</sup>.

Os dois grandes objetivos da política económica de Cavaco Silva passavam por, em primeiro lugar, alargar a expansão do investimento com o aumento da capacidade produtiva e a modernização estrutural, tendo em vista a adesão à CEE e, como vetor fundamental, o relançamento do investimento privado. Em segundo lugar, o incentivo ao poder de compra, sobretudo das classes mais pobres. Tudo isto passava pelo aumento real dos salários e das pensões e pela redução da taxa de inflação. No programa Anti-inflacionista de 9 de fevereiro de 1980, Cavaco anunciara uma revalorização do escudo em seis por cento, medida pela qual se pretendia romper o círculo vicioso inflação-desvalorização em que Portugal vivia. O país estava no rumo certo e a política levada a cabo pelo austero Ministro das Finanças (como também era apelidado) começava a ter efeitos práticos. Os investimentos internos e externos cresceram, a produção nacional aumentou acima da tendência verificada nos restantes países da OCDE, o desemprego caiu, os preços no consumidor congelaram e os salários reais cresceram. A taxa de inflação diminuiu dos 24,2% de 1979 para 16,6%, registando assim, uma quebra de 7,6%<sup>90</sup>. Em 1980, novo ano de eleições legislativas, Cavaco avisou que se iria demitir caso Sá Carneiro não cumprisse as suas cinco exigências. Primeiro, queria ter opinião

---

<sup>88</sup> Ver a relação e a opinião de Aníbal Cavaco Silva sobre os políticos, os burocratas, os economistas e quais desses três seriam os verdadeiros atores políticos em: Silva, Aníbal Cavaco (1979), *Políticos, burocratas e economistas*, Coimbra: Gráf. Coimbra.

<sup>89</sup> Cunha, Adelino, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, pp. 72-77.

<sup>90</sup> Relativamente à política económica seguida por Cavaco Silva durante o tempo em que foi Ministro das Finanças e do Plano do Governo de Sá Carneiro, ver também: Silva, Aníbal Cavaco (1982), *A política económica do governo de Sá Carneiro*, Lisboa: D.Quixote; Portugal, Ministro das Finanças e do Plano, 1980 (Aníbal Cavaco Silva), *Address / by Professor Doctor Aníbal Cavaco e Silva Minister of Finance and Planning on the occasion of the 59th session of the Institut International d'Etudes Bancaires*, Lisbon : Banco Português do Atlântico, 1980.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

decisiva na política orçamental, salarial, de preços e investimento; em segundo lugar queria que os orçamentos dos departamentos militares para 1981 fossem sujeitos à sua aprovação; em terceiro queria que o Governo revisse os preços dos bens e serviços públicos, nomeadamente no caso dos transportes e água; em quarto lugar queria que os diplomas envolvendo aumento de despesa passassem pelo seu crivo prévio e a última exigência consistia em querer impedir a criação de novos fundos autónomos, como o Fundo de Desemprego do Ministério do Trabalho já em estruturação<sup>91</sup>. Estas exigências não foram aceites no imediato, já que as eleições se realizavam brevemente e a decisão de Sá Carneiro foi, por isso, sempre adiada. No dia 5 de outubro de 1980, a AD voltava a vencer as eleições com um resultado de cerca de 44,91% das intenções face à Frente Republicana e Socialista de Mário Soares que se quedou por 26,65% dos votos e por seu lado, a APU com cerca de 16,75%<sup>92</sup>.

3ª Eleição para a Assembleia da República - 5 de outubro de 1980			
Eleitores	7 179 023		
Votos	6 026 395		83,9%
AD	44,9%	126 Deputados	2 706 667
PSD ilhas	2,45%	8 Deputados	147 664
FRS	26,65%	72 Deputados	1 606 198
PS ilhas	1,11%	2 Deputados	67 081
APU	16,8%	41 Deputados (2 do MDP)	1 009 505
UDP	1,38%	1 Deputado	83 204
POUS	1,38%	0 Deputados	83 095
PSR	1,00%	0 Deputados	60 496
PT	0,65%	0 Deputados	39 408
PCTP/MRPP	0,59%	0 Deputados	35 409
PDC/MIRN	0,40%	0 Deputados	23 819
CDS ilhas	0,23%	0 Deputados	13 765
UDA/PDA	0,14%	0 Deputados	8 529
OCMLP	0,06%	0 Deputados	3 913

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

No entanto, no dia 11 de outubro de 1980, Cavaco enviou uma carta ao então Primeiro-Ministro colocando de vez o seu lugar à disposição caso as suas exigências não fossem cumpridas. Essa mesma carta, segundo Cavaco e, tendo por base a sua Autobiografia, nunca chegou às mãos de seu fiel amigo Eurico de Melo, Ministro da Administração Interna. Ao tomar conhecimento da existência dessa carta escrita, Eurico de Melo pressionou Sá Carneiro a promover Cavaco na hierarquia do Governo satisfazendo de vez, os seus pedidos. Essa

<sup>91</sup> Cunha, Adelino, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, pp. 78-82.

<sup>92</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1980 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=05&mes=10&ano=1980&eleicao=ar>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

promoção passaria por colocar Freitas do Amaral, Ministro dos Negócios Estrangeiros, no lugar de Vice-Primeiro-Ministro ao passo que, o então Ministro das Finanças, viria a ocupar o terceiro lugar da hierarquia do executivo. Apesar do que foi descrito, acabaria por ser cumprido, uma vez que Sá Carneiro acabaria por falecer num desastre de avião no dia 4 de dezembro de 1980, juntamente com a sua companheira Snu Abecassis e o seu Ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa (ligado ao CDS). Por seu turno, Cavaco Silva acabaria por se demitir de Ministro das Finanças, em 1981, devido à escolha do novo Primeiro-Ministro recair em Francisco Pinto Balsemão, personalidade sobre a qual Cavaco sempre foi muito crítico por não ver nele um verdadeiro líder. Eurico de Melo sempre defendeu a ascensão imediata de Aníbal Cavaco Silva, porém a mesma só viria a acontecer com o Congresso do PSD na Figueira da Foz em maio de 1985. Cavaco viria a ficar um pouco na “sombra” mas sempre participando de forma ativa e muito crítica relativamente às ações políticas de Pinto Balsemão como poderemos verificar no próximo ponto<sup>93</sup>.

Com a morte de Francisco Sá Carneiro, assistiu-se a uma degradação profunda e progressiva do Governo da AD pelo vazio existente em termos de liderança. Como foi dito anteriormente, Eurico de Melo foi propondo constantemente o nome de Cavaco Silva para novo líder do PSD, contudo, essa possibilidade remota não viria a acontecer visto que, o dono do Jornal *Expresso*, Francisco Pinto Balsemão, assumiu os destinos da AD e do partido. Com a chegada de Pinto Balsemão a Primeiro-Ministro e líder do PSD, Cavaco Silva viria a resignar ao lugar de deputado para o qual foi eleito nas legislativas do dia 5 de outubro de 1980 bem como, ao cargo que ocupava no Governo da AD<sup>94</sup>. Podemos concluir que, o futuro Primeiro-Ministro emergiu desta experiência como Ministro das Finanças e do Plano com um capital redobrado e uma excelente capacidade de intervenção política.

Após chegar ao poder, Pinto Balsemão querendo manter Cavaco e Eurico de Melo por perto, endereçou-lhes um convite para um almoço que tinha como principal objetivo, convencer estes últimos a integrar o governo já que, eram potenciais candidatos à liderança do partido. O resultado final deste encontro acabou por ser o esperado, Eurico de Melo recusou integrar o governo tal como Cavaco deixando assim Pinto Balsemão numa posição de isolamento. Depois de declinar o convite de Balsemão, Cavaco aceitou ser delegado ao primeiro congresso nacional do PSD que teve lugar em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos em fevereiro de 1981. Encabeçou uma lista com Eurico de Melo obtendo um terço dos votos do congresso. A partir deste congresso e deste momento, Cavaco viria a participar mais ativamente na vida partidária reunindo o apoio de vários militantes que viam nele uma alternativa à liderança de então. As políticas do Governo bem como a sua degradação e perda de credibilidade levaram a que, muitos militantes de renome, trocassem diversas impressões com Cavaco. Desses militantes destacam-se nomes como Helena Roseta, Pedro Santana Lopes, Mário Montalvão

---

<sup>93</sup> Cunha, Adelino, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, pp. 84-88.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, pp. 95-103.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Machado, Eurico de Melo entre outros. Este grupo de militantes ficou conhecido como sendo o “Grupo dos Críticos” à liderança de Balsemão. Além de Pinto Balsemão, um dos alvos das críticas de Cavaco era o então Ministro das Finanças Morais Leitão que tinha sido Ministro dos Assuntos Sociais no Governo de Sá Carneiro ao mesmo tempo que Cavaco Silva e esteve na origem de grandes divergências entre ambos como a questão do aumento extraordinário das pensões. Em abril de 1981, Cavaco Silva teve uma dura intervenção no Congresso das Atividades Económicas onde demonstrou toda a sua sabedoria em termos económico-financeiros dando uma verdadeira lição aos seus opositores. Esta mesma intervenção iria marcar o início da queda de Francisco Pinto Balsemão. As maiores críticas de Cavaco centravam-se essencialmente nas políticas económicas levadas a cabo pelo Governo de Balsemão, desde a elevada inflação, visto que a política monetária não poderia ser expansionista, mas também não poderia ser interpretada como uma arma de combate a essa mesma inflação, até à perda de competitividade da economia portuguesa que atravessava um período de elevado decréscimo<sup>95</sup>. Convém ainda salientar que todas estas ideias transmitidas por Cavaco, relativamente à política económica do Governo de Balsemão, viriam a ser publicadas em dezembro de 1981, pouco antes da tomada de posse do VIII Governo Constitucional, liderado pelo então dono do *Expresso*. Pinto Balsemão, sem margem de manobra, decide apresentar a sua demissão ao Conselho Nacional do PSD em agosto de 1981. Todavia, esta rutura não ficou consumada, visto que, depois da apresentação desta mesma demissão e perante a inexistência de candidatos à presidência do partido, o PSD voltaria a nomear Francisco Pinto Balsemão como Presidente do partido e respetivamente Primeiro-Ministro no dia 16 de agosto de 1981<sup>96</sup>. A degradação do Governo da AD era cada vez maior, arrastando consigo as próprias bases do partido e o “Grupo dos Críticos” tinha noção disso, principalmente Cavaco e Eurico de Melo que receavam a perda de identidade do PSD. Já debilitado e isolado em termos políticos, Balsemão não iria resistir à carta publicada no jornal do *Tempo* por Cavaco Silva e Eurico de Melo em julho de 1982, onde acabou por ser exposto o que era dito em privado entre militantes e até membros do Governo, relativamente à governação em curso, bem como fortes críticas às políticas económicas do governo que deterioraram a economia, levando à intervenção do Fundo Monetário Internacional em 1983. Esta carta acabaria por provocar reações violentas no seio e nos órgãos do partido, contudo por mais surpreendente que seja, vários militantes mostraram-se do lado de quem a publicou, pedindo inclusive a Cavaco para se candidatar à liderança do PSD. Porém, Cavaco Silva não avançou com nenhuma candidatura, à semelhança de Eurico de Melo<sup>97</sup>. Ramalho Eanes, o então Presidente da República, acabaria por dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas para abril de 1983. No X Congresso Nacional do PSD, que decorreu em fevereiro de 1983, em Montechoro, definiu-se que seria o vice-presidente da Comissão Política Nacional, Carlos Mota Pinto, como candidato a Primeiro-Ministro nas eleições

---

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, pp. 113-122.

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*, pp. 136-140.

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, pp. 152-158.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

legislativas de Abril de 1983<sup>98</sup>. Aníbal Cavaco Silva acabaria por não estar presente, nem neste mesmo Congresso, nem na campanha eleitoral para as legislativas (apesar de ter um bom relacionamento pessoal com Mota Pinto), devido à forma como foi tratado por alguns elementos do partido durante a governação de Pinto Balsemão.

As eleições legislativas de 1983 acabariam por dar a vitória ao Partido Socialista de Mário Soares com cerca de 36,11% das intenções de voto, enquanto o Partido Social Democrata encabeçado por Mota Pinto quedou-se pelos 27,24% dos votos. Relativamente aos restantes partidos, a APU (coligação entre o PCP;MDP/CDE;PEV) reuniu cerca de 18,07% dos votos e, por fim, o CDS com cerca de 12,56%<sup>99</sup>.

4ª Eleição para a Assembleia da República - 25 de Abril de 1983			
Eleitores	7 337 064		
Votos	5 707 695		77,8%
PS	36,1%	101 Deputados	2 061 309
PSD	27,2%	75 Deputados	1 554 804
APU	18,1%	44 Deputados	1 031 609
CDS	12,6%	30 Deputados	716 705
PDC	0,69%	0 Deputados	39 180
PPM	0,48%	0 Deputados	27 653
UDP	0,48%	0 Deputados	27 260
UDP/PSR	0,44%	0 Deputados	25 222
PCTP/MRPP	0,37%	0 Deputados	20 995
POUS	0,34%	0 Deputados	19 657
PSR	0,23%	0 Deputados	13 327
LST	0,20%	0 Deputados	11 500
OCMLP	0,11%	0 Deputados	6 130
PDA	0,10%	0 Deputados	5 523

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

A derrota do PSD nas legislativas de 1983 deveu-se essencialmente ao período de grande instabilidade política e económica que o país atravessava, bem como à elevada degradação que o Governo da AD liderado por Pinto Balsemão tinha sido sujeito após o desaparecimento de Sá Carneiro. No dia 7 de maio de 1983, o Conselho Nacional do PSD incumbiu Mota Pinto de negociar com o PS a formação de um governo de coligação sob o pretexto de que o Partido Social Democrata assumia uma “obrigação patriótica” como solução nacional para os problemas que o país atravessava. No dia seguinte ao do Conselho Nacional do PSD, Mário Soares convida formalmente o PSD a encetar negociações tendo em vista uma coligação governamental. Na Comissão Política Nacional do dia 2 de junho de 1983, o PSD viu aprovada

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*, pp. 169-171.

<sup>99</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1983 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1983&eleicao=ar>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

a proposta de coligação com o PS e sete dias depois, mais concretamente no dia 9 de junho de 1983, Mário Soares tomou posse como Primeiro-Ministro do IX Governo Constitucional onde Mota Pinto ficou como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional; Rui Machete como Ministro da Justiça e Ernâni Lopes como Ministro das Finanças. De salientar ainda que, neste governo designado de “Salvação Nacional”, existiam mais cinco ministros do PSD. Com esta coligação, dá-se início ao período de governação conhecido como o “Bloco Central”<sup>100</sup>.

A coligação governamental entre PS-PSD gerou enorme descontentamento no seio do partido fundado por Sá Carneiro e um dos movimentos contestatórias era o da “Nova Esperança” onde se incluía personalidades do partido como Pedro Santana Lopes, Marcelo Rebelo de Sousa, José Miguel Júdice e José Manuel Durão Barroso. A “Nova Esperança” como veremos já de seguida, acabaria por apresentar Aníbal Cavaco Silva como candidato a Presidente do PSD no Congresso da Figueira da Foz em maio de 1985. A criação do “Bloco Central” entre PS-PSD deveu-se a diversos fatores, mas os mais importantes foram sem dúvida a crise política, económica e social que o país vivia e que viria a resultar numa intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal de forma a conseguir controlar a deterioração financeira. O controlo financeiro era crucial para que as negociações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia com vista à integração no seio desta instância internacional, não fossem postas em causa. Politicamente estavam reunidas as condições para que fossem implementadas as reformas necessárias e tão desejadas em Portugal já que estávamos perante a maior maioria parlamentar de sempre de um executivo. Perante este executivo, Cavaco pronunciou-se no dia 6 de maio de 1983 referindo a importância de manter um diálogo social entre todos os agentes políticos para que a situação complicada que o país evidenciava fosse resolvida. Todavia, com o passar do tempo a situação crítica do país foi se agudizando com o aumento da austeridade e isso ficou bem patente em determinados artigos publicados pelos meios de comunicação ingleses como a revista *The Economist* que salientava o facto de que: “a miséria de muitos portugueses é o preço de alguma melhoria dos indicadores económicos.”; além do diário *Financial Times* que destacava 1984 como o ano mais crítico para a Indústria Portuguesa<sup>101</sup>. Cavaco voltaria a fazer-se ouvir em 1985 destacando que muitas das novas dificuldades que surgiam advinham da perda de credibilidade do governo e da sua política financeira. Mário Soares exercia cada vez mais pressão sobre o seu parceiro de coligação para honrar o compromisso assinado e também tendo em vista um apoio partidário do PSD à sua candidatura a Belém em 1986. No entanto, as críticas no seio do próprio PSD eram cada vez maiores e Mota Pinto decidiu pressionar Soares para que fossem feitas as reformas estruturais necessárias, algo que veio a esbarrar na intransigência de Soares. De baixo de intensa pressão, Mota Pinto viria a não resistir e em fevereiro de 1985 demitia-se do Governo e da liderança do PSD. Rui Machete acabaria por substituir Mota Pinto no governo do “Bloco Central”, bem como na liderança do PSD até ao Congresso da Figueira da Foz, marcado

<sup>100</sup> Cunha, Adelino, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, p. 177.

<sup>101</sup> Lima, Fernando (2004), *O meu tempo com Cavaco Silva*, Bertrand Editora, pp. 31-33.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

para maio de 1985, onde se decidiria quem seria o próximo Presidente do partido e que acabaria por ser um ponto de viragem histórico tanto no Partido Social Democrático como em termos políticos em Portugal<sup>102</sup>.

O XII Congresso do PSD, ocorrido na Figueira da Foz em maio de 1985, realizou-se, como foi focado anteriormente, num período conturbado em termos da vida política portuguesa e sobretudo num momento de crise profunda no próprio partido. Não existia uma liderança forte e incontestável, não existia inclusive nenhum candidato à liderança do partido depois da saída inesperada de Mota Pinto e do seu falecimento a 11 de maio desse mesmo ano, ele que era visto como o mais bem posicionado candidato à liderança do PSD nesse XII Congresso. Depois de muita vez ser apontado como previsível candidato à presidência do partido, Cavaco Silva decide finalmente aceitar candidatar-se satisfazendo assim, os apelos de inúmeros militantes e da própria ala da “Nova Esperança” que viria a apoiá-lo em todo o congresso. A disputa pela liderança do partido fez-se de uma forma muito renhida com João Salgueiro que por seu lado defendia um candidato militar às presidenciais de 1986, a sua escolha recaía no General Mário Firmino Miguel para derrotar Mário Soares. Rui Machete avançou ainda que de forma tímida para essa disputa, mas rapidamente decidiu desistir. Por seu lado, Aníbal Cavaco Silva o mais recente candidato ao poder, defendia um corte com o passado militar e decide apresentar o seu apoio à candidatura de Diogo Freitas do Amaral às eleições presidenciais. Cavaco via em Freitas do Amaral o candidato mais bem colocado para conseguir derrotar Soares nas eleições de 1986, porém essa proposta não foi de todo bem aceite pela maioria dos militantes ali presentes. Com esta proposta de apoio, criaram-se as condições para uma clivagem política e uma nova vida para o partido já que, o PSD liderado por Cavaco, acabaria por estar no poder cerca de dez anos seguidos como é do nosso conhecimento. Cavaco Silva acabaria por ser o grande vencedor deste congresso, essa vitória começou desde logo a ser construída na forma como discursava, na forma de estar, nos gestos, nos apoios entre outras coisas. Deixava transparecer a imagem de um verdadeiro homem de estado, disciplinado, sério e direto. Acabaria por ser ao longo do congresso muita vez criticado pelo seu opositor, João Salgueiro, por querer subalternizar o partido. Essas críticas foram subscritas pelos apoiantes de João Salgueiro onde se destacavam Alberto João Jardim e Francisco Pinto Balsemão<sup>103</sup>. O apoio de Fernando Nogueira, vice-presidente da Comissão Política Nacional naquele período, viria a ser determinante no desfecho do congresso e da vitória de Cavaco. Nogueira estava inicialmente incluído na lista de João Salgueiro, contudo, devido a várias divergências entre si, este acabaria por dar o seu apoio a Cavaco empurrando-o para a vitória. Com o apoio de Fernando Nogueira, Cavaco conseguiu reunir o apoio das distritais mais indecisas do partido e acabaria por derrotar João Salgueiro<sup>104</sup>. O resultado final seria o seguinte: 422 votos a favor da lista A encabeçada por Cavaco e 365 votos a favor da lista B de João Salgueiro. No seu discurso de vitória, Cavaco Silva apelou à necessidade do

<sup>102</sup> Cunha, Adelino, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, pp. 177-193.

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*, pp. 276-288.

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*, pp. 288-290.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

partido se unir e fazer face às adversidades, não ceder perante a oposição, não se bipolarizar com a ligação ao PS e, cada vez mais, fazer valer os seus pontos de vista lutando por se fazer ouvir<sup>105</sup>.

Depois desta vitória de Cavaco Silva, Mário Soares, enquanto Primeiro-Ministro, quis ter a certeza que o novo líder do partido de coligação honraria o acordo assinado pelo seu antecessor e defendia a necessidade de Cavaco assumir funções no Governo. Todavia, Cavaco acabaria por dizer que o mais importante era apresentar ao PS as medidas mais importantes para que se pudesse fazer as reformas que o país necessitava e não o integrar o Governo. Os encontros realizados entre si viriam sempre a ter o mesmo desfecho, ou seja, críticas de ambos os lados e a rutura do acordo estava cada vez mais próxima. António Barreto justificou esta necessidade de rutura: “Cavaco Silva não pode colaborar com o Governo que denunciou (...) deve distinguir-se dos seus antecessores e fazer aprovar as suas leis...”. No dia 4 de junho de 1985, o PSD comunica ao PS o rompimento da coligação e que os seus ministros abandonariam as suas funções no dia 13 de junho, o dia seguinte à assinatura do acordo de adesão à CEE. Ramalho Eanes, o então Presidente da República, acabaria por demitir o Governo e convocar eleições antecipadas para o dia 6 de outubro de 1985. A decisão do Presidente em dissolver a Assembleia deveu-se a dois motivos. O primeiro motivo tinha a ver com a rivalidade que Eanes tinha contra Mário Soares e viu nesta oportunidade, uma forma de infligir uma pesada derrota aos socialistas. Em segundo lugar, embora o Partido Renovador Democrático não possuía uma base ideológica bem definida, estas eleições antecipadas seriam uma forma do partido se afirmar no espetro político português com a capacidade de atrair para si, votos provenientes da esquerda e diretamente ligados ao PS<sup>106</sup>. Um mês depois de Eanes demitir o Governo, o PS comunica o apoio a Mário Soares nas eleições presidenciais de 1986.

### 2.3. Chegada a Primeiro-Ministro: X Governo Constitucional

Desde a chegada a Presidente do PSD, por parte de Aníbal Cavaco Silva, a vida política portuguesa conheceu um andamento de tal forma positivo e impressionante que isso viria a refletir no fim da coligação governamental estabelecida com o Partido Socialista e na consequente vitória eleitoral em outubro de 1985. Relativamente ao período consequente ao fim do “Bloco Central”, esse acarreta consigo elementos decisivos e de grande importância não só para o PSD como também para o país. O PSD subia em flecha desde os seus militantes e simpatizantes até as sondagens eleitorais do partido sobem significativamente e isto tudo era o resultado da nova liderança implementada por Cavaco num ciclo de mudança da vida política partidária e do país. A liderança de Cavaco Silva criara uma tal onda de entusiasmo que não se vira desde os tempos de Francisco Sá Carneiro e isso era fruto de uma forte

---

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*, p. 290.

<sup>106</sup> Frain, Maritheresa (1996), “O PSD como partido dominante em Portugal”, in: *Análise Social*, vol. XXXI, p. 976.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

personalidade, de um forte carisma e uma transparência enorme nos seus discursos (próprio de um novo estilo de Homem de Estado) feitos através da Imprensa, da Rádio e da Televisão. As suas palavras eram tecidas sem qualquer tipo de promessa nem caça ao voto. Faltava apenas definir a data certa para a realização das eleições legislativas antecipadas de 1985. Ramalho Eanes, Presidente da República, acabaria por definir o dia 6 de outubro de 1985 como o dia das eleições legislativas<sup>107</sup>.

O candidato a Primeiro-Ministro por parte do PS era Almeida Santos visto que Mário Soares seria candidato às eleições presidenciais de 1986. Almeida Santos chegaria inclusive a pedir uma maioria absoluta afirmando que o programa eleitoral do partido socialista se adequava às necessidades do país visto que, era o único capaz de resolver os problemas económicos e sociais vividos na época. Todavia, como qualquer bom programa é necessário um bom líder capaz de o implementar e a figura de Almeida Santos estava já desgastada, enquanto do lado do PSD a figura de Cavaco surgia magistralmente aliada a um programa onde só uma liderança forte e carismática o poderia implementar. O programa eleitoral do Partido Social Democrata debruçava-se em áreas importantes desde a política económica, às obras públicas, à produtividade agrícola, habitação, saúde entre outras áreas que exigiam uma forte intervenção do estado com as devidas reformas estruturais a terem de ser feitas<sup>108</sup>. Durante o período eleitoral, Cavaco chegaria a contactar o então líder do CDS-PP, Lucas Pires, tendo em vista uma coligação governamental pós eleições, mas isso viria a ser apenas uma jogada política de Cavaco visto que o PSD ficaria sozinho no governo. Durante negociações entre ambos os partidos foram surgindo várias divergências pelo que, ainda antes de se encetarem contatos entre si, as bases e as elites ligadas aos sociais-democratas sempre defenderam a ideia de afirmação individual do partido como força dominante<sup>109</sup>. Os discursos diretos, sem demagogia por parte de Cavaco Silva, arrastavam multidões consigo e muitas pessoas viam nele como um líder com ideias próprias do que o país precisava e aproximando-se muito de Sá Carneiro. Durante todo o mês de junho, Cavaco deslocava-se a várias zonas do país procurando satisfazer todos os convites endereçados pelas bases do partido. Num desses discursos eleitorais, o então candidato a Primeiro-Ministro e Presidente do PSD acabaria por referir por diversas vezes que mesmo defendendo a realização de eleições antecipadas, não temia o juízo do povo. Isto vinha de encontro aos constantes ataques da oposição e mais concretamente do PS, que acusava o PSD de irresponsabilidade por ter motivado uma crise política desnecessária. Todavia, estas eleições antecipadas eram desejadas pelos portugueses dada as condições de vida deploráveis em que viviam sem que, o Executivo em função, fosse capaz de dar sinais de melhorias. O tão aguardado dia 6 de outubro de 1985 chegaria e viria a definir o que já era esperado, o PSD e o inesperado novo Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva, venceria as eleições com cerca de 29,87% dos votos; o PS sofreria uma tremenda derrota ficando-se por cerca de 20,77% dos votos e sendo este o resultado mais baixo de

<sup>107</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 40-41.

<sup>108</sup> PSD (1985), *Programa do X Governo Constitucional*.

<sup>109</sup> Frain, Mariteresa, “O PSD como partido dominante em Portugal”, p. 977.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

sempre do partido socialista; por seu lado o PRD surgiria como a terceira força política dado o seu resultado eleitoral, cerca de 17,92% dos votos e, por fim, a APU cerca de 15,49% dos votos e o CDS com 9,96%<sup>110</sup>.

5ª Eleição para a Assembleia da República - 6 de outubro de 1985			
Eleitores	8 025 166		
Votos	5 789 166		72,2%
PPD/PSD	29,9%	88 Deputados	1 732 288
PS	20,8%	57 Deputados	1 204 321
PRD	17,9%	45 Deputados	1 038 893
APU	15,5%	38 Deputados	898 281
CDS	9,6%	22 Deputados	577 580
UDP	1,2%	0 Deputados	73 401
PDC	0,7%	0 Deputados	41 831
PSR	0,61%	0 Deputados	35 238
PCTP/MRPP	0,34%	0 Deputados	19 943
POUS	0,33%	0 Deputados	19 085
PC(R)	0,22%	0 Deputados	12 749

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Os anos subsequentes, desde logo de óbvia estabilização política, demonstram que, em 1985, o país estava a iniciar um novo ciclo graças, em boa medida, à liderança de Cavaco Silva, que ficaria no poder como Primeiro-Ministro durante dez anos seguidos, como veremos ao longo deste trabalho de investigação.

Após vencer as eleições legislativas de outubro de 1985, o PSD surgia como o partido mais votado destas eleições, contudo não reunia os votos necessários para uma maioria absoluta e mesmo formando uma coligação com o CDS isso não seria possível. Aníbal Cavaco Silva, novo Primeiro-Ministro de Portugal, a convite do Presidente Eanes, decide avançar para a formação do seu governo sem qualquer tipo de coligação. Este governo estaria dependente da capacidade de negociação e de afirmação de Cavaco com uma oposição sensata na medida dos possíveis de forma a resolver os problemas sociais e económicos que assolavam o país. Para integrar o X Governo Constitucional que tomaria posse no dia 6 de Novembro de 1985, Cavaco convidou essencialmente pessoas da sua confiança onde as suas capacidades para integrar o executivo eram já mais do que conhecidas por parte do chefe de governo. Os ministros que viriam a integrar o executivo liderado por Cavaco Silva eram eles Eurico de Melo como Ministro de Estado e Ministro da Administração Interna; Álvaro Barreto como Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação; Leonardo Ribeiro de Almeida como Ministro da Defesa Nacional; João de Deus Pinheiro como Ministro da Educação e Cultura; Fernando Santos

<sup>110</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1985 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=06&mes=10&ano=1985&eleicao=ar>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Martins como Ministro da Indústria e Comércio; Mário Raposo como Ministro da Justiça; Leonor Beleza como Ministra da Saúde; Miguel José Ribeiro Cadilhe como Ministro das Finanças; João Oliveira Martins como Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Luís Valente de Oliveira como Ministro do Plano e da Administração do Território; Luís Mira Amaral como Ministro do Trabalho e da Segurança Social; Pedro Pires de Miranda como Ministro dos Negócios Estrangeiros e, por fim, Fernando Nogueira como Ministro-adjunto e para os Assuntos Parlamentares<sup>111</sup>.

Como Fernando Lima refere no livro por si publicado, Cavaco Silva partiu para a formação do X Governo Constitucional com uma forte determinação em operar as mudanças necessárias para modernizar o país e fazer as devidas reformas estruturais que no seu entender, seriam cruciais ao crescimento do país. Estava também dado o mote para um novo tipo e estilo de governação diferente de todos os outros estilos impostos pelos anteriores Chefes de governo, um género específico de valorização da figura do Primeiro-Ministro, como um símbolo de eficácia e de comunicação direta com o povo por cima de qualquer máquina partidária. O seu discurso de tomada de posse foi na sua maioria, ao encontro do que tinha sido dito aquando da campanha eleitoral, todavia este novo estilo de liderança e de governação galvanizava multidões pela frontalidade, transparência e ausência de ataques verbais. Um reflexo próprio dos princípios de Sá Carneiro na luta pela renovação. Era urgente combater a inflação, recapitalizar o aparelho produtivo em virtude da enorme queda de investimento, fomentar o crescimento económico de forma a gerar emprego e para que tudo isto fosse possível, o rigor e a disciplina financeira deveriam ser dois aspetos primordiais e a terem em conta por todos os intervenientes no executivo que então tomava funções. O governo de Cavaco vir-se-ia ainda confrontado com o importante e imediato desafio da adesão às Comunidades Europeias a acontecer no dia 1 de janeiro de 1986. Esta mesma adesão era para o novo Primeiro-Ministro um verdadeiro desafio que não recusava abraçar, mas que, não seria de todo a solução para resolver tudo o que por si foi proferido no discurso de tomada de posse<sup>112</sup>. Relativamente ainda a este estilo de governar, o mesmo também ficou patente no Programa de Governo do X Governo Constitucional apresentado e debatido em Novembro de 1985. O cariz autoritário e disciplinador de Cavaco sobressaía em cada palavra proferida por si neste discurso permitindo identificar os principais traços caracterizantes desta nova forma de governar. Perante um governo formado com base numa maioria relativa, muito se falava que a Assembleia da República iria desempenhar um papel crucial para a sobrevivência do executivo. Todavia, para Cavaco a Assembleia da República estaria à semelhança do Governo, sujeita ao julgamento da opinião pública em que todos os interesses pessoais ou partidários deveriam ser colocados de lado para os interesses nacionais se sobrepusessem ao resto<sup>113</sup>. O parlamento tornar-se-ia claramente o centro da cena política portuguesa e como já foi dito

---

<sup>111</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, pp. 103-110.

<sup>112</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 46-47.

<sup>113</sup> Figueira, João Costa (1987), *Cavaco Silva: Homem de Estado*, Editora Gráfica Portuguesa, p. 303.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

aqui, Cavaco teria de negociar com a oposição e sobretudo com o PRD e o CDS a cedência para que as suas propostas de lei fossem aprovadas devido ao fato de ser um governo minoritário<sup>114</sup>.

O programa de governo debruçava-se em todas as áreas consideradas vitais no que tocava às reformas estruturais há muito tempo ambicionadas pelo PSD. Iria operar inclusivamente algumas mudanças na própria orgânica do presente executivo em comparação com os anteriores. Ao nível de secretarias de Estado, apenas existiriam dois casos em que haveria uma orientação direta por parte do Primeiro-Ministro, ou seja, a do Turismo e a da Juventude. As mudanças não se ficariam por aqui, perante a necessidade de haver uma gestão comum entre setores da administração com inter-relações e complementaridades próximas onde se inseriam as áreas do planeamento, desenvolvimento e administração local e regional, recursos naturais, ambiente e recursos hídricos todas estas áreas geridas até aquela data pelo Ministério das Obras Públicas, passariam no imediato a estar sob a tutela de um novo ministério, o Ministério do Plano e da Administração do Território. Relativamente ainda a este ministério, ele serviria essencialmente para a coordenação das vertentes espaciais das diferentes políticas que integram a política de desenvolvimento a prosseguir pelo Governo para alcançar os objetivos definidos como importantes: reforço do poder local, mobilização dos recursos endógenos, a atenuação dos desequilíbrios regionais, a proteção e valorização dos recursos naturais, abertura de novos domínios para a atividade coletiva de forma a preparar o perfil económico dos anos futuros. O Ministério das Finanças acabaria por perder a função do planeamento mas ganharia em operacionalidade com três áreas bem mais diferenciadas da orgânica governativa no passado: uma primeira que trataria sobretudo das Despesas Públicas e que incluiria a gestão dos efetivos da função pública; a segunda cuidaria das receitas de natureza fiscal; a terceira seria a do financiamento do setor público e da modernização e animação do sistema financeiro. No que toca ao Ministério da Administração Interna, este vir-se-ia privado da tutela sobre as autarquias locais. O Ministério dos Negócios Estrangeiros viu alargado o seu raio de ação à área da integração europeia. Os Ministérios da Educação e da Saúde ficaram sem a decisão dos setores das obras de construção de novas escolas e hospitais<sup>115</sup>.

O X Governo Constitucional tinha ainda como um dos seus principais objetivos, uma estratégia de progresso e crescimento económico e essa estratégia passaria pelo combate aos problemas estruturais da economia. Assim sendo, a fonte de crescimento económico deveria passar pela iniciativa privada onde o Governo se propunha a criar as condições básicas para que tal pudesse ocorrer. As interferências do Estado na economia serão reduzidas, criando as condições para o eficiente funcionamento dos mecanismos próprios de um mercado aberto e concorrencial, ao mesmo tempo que se procurará disciplinar o setor público administrativo e

---

<sup>114</sup> Frain, Mariteresa, “O PSD como partido dominante em Portugal”, p. 980.

<sup>115</sup> Figueira, João Costa, *Cavaco Silva: Homem de Estado*, pp. 307-309.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

racionalizar a exploração do sector das empresas públicas. O combate ao défice e à inflação era primordial para Cavaco para que, reduzindo gradualmente as taxas de inflação, fosse possível pôr termo à desvalorização do escudo e repor a solidez externa da moeda. Toda a política económica do Governo era orientada para que em 1986, a subida de preços não ultrapassa-se os 14%. Tornava-se necessário o aumento da produção e do investimento para que se gerasse postos de trabalho e se combatesse o desemprego que segundo o executivo que então tomava funções, era demasiado elevado. Em termos de formação, o governo apostava fortemente numa preparação profissional adequado de forma a melhorar o sistema económico e produtivo do país. Quanto ao setor social, todos os trabalhadores iriam ter o acesso mais facilitado aos subsídios de desemprego. Cavaco tinha plena consciência das elevadas assimetrias económicas e sociais do país se comparássemos por exemplo o litoral ao interior e para tal, era necessário uma maior administração dos direitos económicos e sociais dos cidadãos das diversas regiões do país. A própria administração pública carecia de soluções para conseguir combater as barreiras ao crescimento económico de Portugal e usando célebre palavra frase de Cavaco “Precisemos de menos Estado e de melhor Estado” conseguimos entender a necessidade do executivo em cumprir todas as suas obrigações e proporcionar ao país e aos portugueses, as melhores condições possíveis<sup>116</sup>. A política externa seria um instrumento crucial dada a entrada do país na CEE que lhe garantiria fundos estruturais importantes no desenvolvimento sectorial do país mas que, segundo Cavaco, só seriam importantes se Portugal conseguisse as reformas estruturais necessárias, bem como a resolução dos seus problemas económicos com uma administração adequada de forma a colher os frutos de tal aplicação. Cavaco procurava com isto referir que apesar de não vir solucionar a maioria dos problemas, a adesão viria a proporcionar a Portugal oportunidades únicas por exemplo no setor agrícola e nas suas vertentes principais: a política de mercado (de preços) e a política de estrutura (investimento agrícola). Não seriam estes fundos estruturais que viriam a permitir uma solução definitiva para os problemas<sup>117</sup>. Convém ainda salientar que, depois de já ter focado por diversas vezes ao longo do presente capítulo a questão das reformas estruturais que Cavaco pretendia fazer nos diversos setores da sociedade foi, a partir deste período de vigência do X Governo Constitucional, que isso começou a ser progressivamente feito sendo que, algumas delas só viriam a ser possíveis com um governo de maioria absoluta surgido em 1987. Todavia, é esboçado neste período as grandes linhas de liberalização do sistema financeiro que era pois uma necessidade inerente aos compromissos externos da adesão à CEE de forma a ser possível a reconstituição dos grupos económicos nacionais; começou-se progressivamente a modernizar as vias de comunicação com a criação de redes de autoestradas, principalmente a ligação Lisboa-Porto e Lisboa-Cascais; foi inclusive neste mesmo espaço temporal que, o Ministro João de Deus Pinheiro lança em termos do setor educativo a maior reforma, a Lei de Bases do Sistema Educativo. Por fim, e apesar da adesão à CEE e a um económico e político de elevado

---

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*, pp. 310-313.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*, pp. 314-318.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

desenvolvimento, o programa de Governo de Cavaco Silva reforçava a importância de fazer parte da NATO, sendo que esta aliança proporcionava a Portugal um importante mecanismo de defesa e desenvolvimento das forças armadas<sup>118</sup>.

Depois do programa de Governo, as eleições autárquicas de dezembro de 1985 surgiam como um grande desafio à ainda recente liderança de Cavaco. Contudo, a caminhada triunfal e o espírito de mudança operado pela chegada ao poder de Cavaco Silva não se quedou apenas pela vitória nas legislativas de 1985, as eleições autárquicas seriam vencidas pelo PSD com cerca 35,11% face aos 28,34% do PS; 20,12% da APU; CDS 10,04% e 4,82% do PRD<sup>119</sup>. As autárquicas acabavam por ser mais uma demonstração de força de Cavaco visto que, além da vitória nas eleições, o PSD conquistou Câmaras Municipais derrotando os socialistas por exemplo em Elvas, Covilhã entre outras<sup>120</sup>. Posto isto, Cavaco via reforçada a sua legitimidade para impor ao partido o seu candidato presidencial, Diogo Freitas do Amaral. Apesar da extrema relutância de alguns militantes tais como João Salgueiro e Francisco Pinto Balsemão, Freitas do Amaral viria a ser definido como o candidato presidencial do PSD. Com a conquista de Belém, o Primeiro-Ministro garantiria uma parceria hierárquica capaz de viabilizar a liberalização económica desejada. A cena política nunca se afigurará tão boa com a entrada na Comunidade Económica Europeia e sem obstáculos maiores. As presidenciais serviriam como uma tentativa do PSD obter uma maior coerência entre o executivo e o Presidente fazendo assim, renascer o sonho de Sá Carneiro<sup>121</sup>. Cavaco recebia vários elogios ao seu forte carisma e capacidade de liderança onde até o próprio Mário Soares referia numa entrevista dada ao jornal *Expresso*: “Não vejo que Cavaco Silva seja um fenómeno passageiro; aliás, não tem aparecido no PSD oposição à personalidade do atual líder”<sup>122</sup>. No dia 26 de janeiro de 1986 ocorreram as eleições presidenciais onde não se definiu o vencedor, mas permitiu verificar o elevado resultado eleitoral obtido por Freitas do Amaral que muitos definiram como sendo devido à elevada popularidade de Cavaco. Diogo Freitas do Amaral obteria cerca de 46,31% dos votos; Mário Soares 25,43%; Francisco de Almeida Salgado Zenha 20,88%; Maria de Lurdes Ruivo da Silva Pintassilgo cerca de 7,38%<sup>123</sup>. Face a estes resultados, Freitas do Amaral e Mário Soares viriam a disputar uma segunda volta no dia 16 de fevereiro de 1986 mas, desta

---

<sup>118</sup> Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, pp. 36-37.

<sup>119</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1985 para as Autarquias”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=15&mes=12&ano=1985&eleicao=cm>.

<sup>120</sup> Frain, Maritheresa, “O PSD como partido dominante em Portugal”, p. 982.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, p. 982.

<sup>122</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 48-49.

<sup>123</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1986 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=26&mes=01&ano=1986&eleicao=pr>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

vez Mário Soares acabaria por vencer as eleições com cerca de 51,18% contra 48,52% de Freitas do Amaral<sup>124</sup>.

3ª Eleição para a Presidência da República		
26 de janeiro de 1986 (1ª Volta)		
16 de fevereiro de 1986 (2ª Volta)		
Resultados da 1ª Volta - 26 de janeiro de 1986		
Freitas do Amaral	2 629 597	46,31%
Mário Soares	1 443 683	25,43%
Salgado Zenha	1 185 867	20,88%
Maria de Lurdes Pintassilgo	418 961	7,38%
Resultados da 2ª Volta - 16 de fevereiro de 1986		
Mário Soares	3 010 756	51,18%
Freitas do Amaral	2 872 064	48,82%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Depois da vitória nas presidenciais, Mário Soares tornar-se-ia no primeiro Presidente da República civil e ao contrário do que François Mitterrand fizera em França, este confirmou que ia apoiar o governo minoritário do PSD e não dissolve-lo ao contrário do que tinha acontecido com o seu homólogo francês<sup>125</sup>. Cavaco Silva e o então novo Presidente da República reunir-se-iam no dia 11 de março de 1986 pela primeira vez. A reunião acabaria por decorrer melhor do que se esperava sendo que, ambos estavam determinados em trabalhar juntos para resolver os problemas que o país apresentava. Tanto Presidente como Primeiro-Ministro procuraram levar até onde melhor fosse possível o harmonioso entendimento que existia entre ambos. As elites do PSD rapidamente se aperceberam que Soares iria deixar com que o PSD se tornasse o partido dominante, bem como, por seu turno, o Presidente procurava apenas ser o árbitro institucional sem colocar em causa a inexistência de uma maioria parlamentar como já aqui foi dito e pode agora mais uma vez ser corroborado<sup>126</sup>. Desde que tomou posse como Primeiro-Ministro, uma das principais preocupações de Cavaco Silva era que mediante a elevada austeridade implementada no país, fosse possível dar algum alento aos portugueses permitindo um aumento dos salários reais, mas controlando de forma severa a inflação. O problema do desemprego sobretudo no setores mais jovens da população, foi alvo de um inegável e ousado programa para combater tal situação<sup>127</sup>. O governo de Cavaco procurava resistir ao máximo ao desgaste que lhe era movido pela Oposição mas não dispunha de uma maioria. O governo era constantemente chamado à Assembleia da República e os diplomas na sua maioria eram sujeitos a chumbos ou adiados, o que provocava um sentimento

<sup>124</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais da segunda volta de 1986 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=16&mes=02&ano=1986&eleicao=pr>.

<sup>125</sup> Cruz, Manuel Braga da (1995), “O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português”, in: *Análise Social*, vol. XXIX, p. 253.

<sup>126</sup> Frain, Maritheresa (1995), “Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995”, in: *Análise Social*, vol. XXX, p. 656.

<sup>127</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 50-51.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

de frustração no Primeiro-Ministro. Cavaco decide avançar com uma moção de confiança ao governo de forma a confrontar a oposição. Sabendo que não detinha uma maioria parlamentar, os votos a favor conseguidos juntos do PRD e do CDS tornaram possível a aprovação dessa mesma moção de confiança. Todavia, esta moção viria a ser fundamental de forma a demonstrar junto da opinião pública através do debate parlamentar, a posição de obstrução compulsiva dos partidos da oposição. Cavaco confrontou a oposição de forma dura alegando que o governo esteve presente em 62 das 84 sessões plenárias onde tomou igualmente parte em 110 reuniões das comissões de especialidade além de que, achava um exagero o volume dos requerimentos apresentados pelos deputados ao Executivo. Para além de toda esta forte pressão política, o governo teve de enfrentar uma imensa conflitualidade social liderada pela CGTP além de diversas greves sendo que, algumas de longa duração como as greves levadas a cabo no setor dos transportes. A assinatura do primeiro acordo de rendimentos entre o governo e os parceiros sociais em 29 de julho de 1986 acabaria por ser irrelevante visto que, as manifestações de descontentamento continuariam. Cavaco estava disposto a confrontar a Assembleia com uma estratégia de rutura se necessário para averiguar até que ponto a oposição lhe iria colocar barreiras na aprovação de determinadas leis tal como, a Lei da Reforma Agrária antes defendida pelo PRD e que viria a ser chumbada pelo próprio partido dando uma machada final no relacionamento com o governo. O chumbo dessa Proposta de Lei por parte do PRD deveu-se sobretudo pelo simples facto de que o partido estaria a perder eleitorado para o PS. Apostada no desgaste do governo, a oposição procurou enfrentar e criar barreiras ao Executivo no debate do Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano (GOP). Mediante a falta de apoio do PRD de acordo com o que anteriormente foi referido, Cavaco viu as propostas do GOP serem reprovadas. Cavaco começava cada vez mais a censurar a Oposição pelas dificuldades impingidas no que às reformas setoriais necessárias para uma maior modernização do país. O Primeiro-Ministro continuava a demonstrar ao eleitorado que, para que isso fosse possível, seria necessário governar com uma maioria absoluta<sup>128</sup>. O Orçamento de Estado acabaria por passar e, apesar de toda a oposição e do desgaste imposto ao governo, Cavaco Silva via subir constantemente os seus indices de popularidade. As sondagens davam uma cada vez maior popularidade do PSD face aos restantes partidos e com a entrada do ano de 1987, muito se falava na possibilidade da realização de eleições antecipadas, ideia essa recusada por Mário Soares, PR. Para que o PRD se conseguisse consolidar como partido político, este achava crucial chegar ao poder e para tal aproveitou uma situação algo caricata como foi o cancelamento da visita de uma delegação parlamentar portuguesa à República da Estónia para avançar com uma moção de censura ao governo, apoiada pelo PS. Todas estas movimentações à esquerda eram objeto de uma análise minuciosa por parte do governo. Deveria evitar-se a rutura imediata sob pena de o Presidente não convocar eleições antecipadas<sup>129</sup>. A moção de censura acabaria por ser aprovada com 134 votos a favor (PS, PRD, PCP, MDP-CDE e a deputada dos Verdes) contra 108

---

<sup>128</sup> Frain, Maritheresa, “O PSD como partido dominante em Portugal”, p. 986.

<sup>129</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 52-59.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

(PSD, CDS) e uma abstenção (o deputado independente - Gonçalo Ribeiro Teles) proporcionando assim, a queda do X Governo Constitucional<sup>130</sup>. Após ter ouvido o Conselho de Estado, o Presidente da República fez na noite de 28 de Abril um comunicado ao País para anunciar a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas para 19 de julho. Soares acabaria ainda por evidenciar a falta de alternativas viáveis no quadro parlamentar. A esquerda política (PS e sobretudo PRD) sairia deveras fragilizada desta manobra política como veremos de seguida.

---

<sup>130</sup> *Idem, ibidem*, p. 67.

## Capítulo Terceiro - A Primeira Maioria Absoluta de um Só Partido: XI Governo Constitucional

### Enquadramento

Neste capítulo chegamos ao tema crucial do presente trabalho académico: a análise do XI Governo Constitucional de Portugal. Registando-se um percurso ascendente, Aníbal Cavaco Silva conquistou a liderança do PSD, em 1985, numa inesperada vitória no Congresso da Figueira da Foz. Para essa conquista muito terá contribuído a boa imagem que corria acerca do tempo em que ocupará o marcante e determinante lugar de Ministro das Finanças do Governo de Francisco Sá Carneiro, publicitando-se um Cavaco com aptidão para a liderança, com elevada capacidade de trabalho e com apreciável credibilidade. Posteriormente, a rutura da coligação partidária PS-PSD, denominada de “Bloco Central”, e a realização de eleições antecipadas proporcionaram aquilo que muitos não esperavam: a chegada a Primeiro-Ministro de Aníbal Cavaco Silva. Tal como ficou evidente no capítulo anterior, mesmo durante os dois anos de vigência do X Governo Constitucional chefiado por Cavaco, e apesar de todos os ataques e tentativas de desgaste impostos pela oposição, a popularidade do Primeiro-Ministro não parou de aumentar, medrando ainda mais depois do derrube do seu Governo pela moção de censura de 1987. Essa mesma moção surgiu num momento em que o PRD desejava chegar ao poder, necessitando, para que a mesma fosse aprovada, garantir o apoio do PS. Todavia, e como o próprio Presidente da República tinha consciência, o derrube do Governo vinha apenas permitir que Aníbal Cavaco Silva e o PSD suplantassem toda a oposição e reforçassem a sua maioria nas eleições do dia 19 de julho de 1987, assegurando, assim, como teremos oportunidade de desenvolver já de seguida, a primeira vitória com maioria absoluta de um só partido. A conquista deste triunfo eleitoral resultou, em parte, de uma minuciosa estratégia assente, em boa medida, num discurso que repetia, quase à exaustão, a ideia de que em Portugal singrava uma oposição irresponsável e retrógrada, que teimava em obstruir às projetadas reformas. Note-se também que Cavaco assumiu uma postura de calma política, pois esperou que Mário Soares convocasse eleições antecipadas em vez de procurar uma solução alternativa em termos de governação.

Aníbal Cavaco Silva sabia perfeitamente qual a importância de conseguir arrecadar uma maioria parlamentar, de modo a tornar possível levar a cabo todas as suas pretensões reformistas. Muitas das decisões políticas programadas durante o executivo minoritário de Cavaco não puderam ser implementadas, visto que não possuía uma maioria absoluta. Com esta conquista, o então Primeiro-Ministro viu os seus desejos finalmente realizados. Com efeito, as maiores reformas estruturais da década, há muito ambicionadas, puderam ser finalmente concretizadas, não só no plano político mas também no plano pessoal. A forma de liderança e, conseqüentemente, de governação em muito passou a ser diferente das

anteriores. Este estilo próprio, cultivado por Cavaco, iniciou-se com o X Governo Constitucional e atingiu, cremos nós, o seu auge com o XI Governo, período que pode ser visto como o tempo por excelência do “Cavaquismo”, não só por estar, como nenhum outro, diretamente ligado à grande febre de aplicação de reformas estruturais e ao progresso, mas porque o Governo referente à segunda maioria absoluta (1991-1995) implicou já fortes medidas de austeridade, em virtude dos problemas económicos que emergiam na economia europeia e portuguesa. Todas estas abordagens e outros aspetos específicos da política e das ações governativas do Executivo em apreço, bem como o seu impacto na evolução da democracia, isto num quadro de pós-consolidação do regime democrático, serão expostos e analisados neste capítulo, constituindo, sem dúvida, o cerne do nosso trabalho académico.

### 3.1. A Conquista da Maioria Absoluta: Eleições de 1987

No dia 3 de abril de 1987, após a aprovação da moção de censura na Assembleia da República, o X Governo Constitucional demite-se. Como foi evidenciado, o então Presidente da República, Mário Soares, encontrava-se numa visita presidencial ao Brasil quando ocorreu tal crise política. Depois de regressar, o PR acabaria por ouvir todos os partidos políticos e, não encontrando uma alternativa governativa viável e capaz de manter a estabilidade política que o país necessitava, decidiu dissolver a Assembleia da República e marcar eleições antecipadas para o dia 19 de julho de 1987. Tal decisão viria a desagradar aos partidos da oposição que estiveram na origem da queda do Governo e, como era previsível, quem sairia beneficiado de tal crise política seria claramente o PSD.

Cavaco Silva estava assim confrontado com dois tipos de desafio: em primeiro lugar, e até ao início da campanha eleitoral, a atividade do Governo continuaria a ser determinante para o sucesso do PSD no ato eleitoral de 19 de julho, onde teria que lidar com os ferozes ataques da oposição; em segundo lugar, Cavaco, para conseguir continuar a governar<sup>131</sup>, teria de convencer os portugueses a confiarem-lhe o voto. O então ainda Primeiro-Ministro, numa entrevista concedida ao programa “Primeira Página” da RTP, defendia o seguinte: “Dois dias depois da dissolução do Parlamento, afirmei apenas que o Presidente fora ao encontro da vontade da maioria dos portugueses e procurei vincar a irresponsabilidade dos partidos políticos que derrubaram o Governo e lançaram o país numa crise desnecessária, interrompendo o ciclo de progresso que se tinha iniciado.”<sup>132</sup> Para que tal ocorresse, muito ajudou o estilo peculiar de Cavaco, bem como a forma como soube explorar e aproveitar a seu favor os comportamentos da oposição para conseguir conquistar os votos dos portugueses<sup>133</sup>. O próprio manifesto eleitoral do PSD apelava a que os portugueses dessem

<sup>131</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, p. 70.

<sup>132</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, p. 275.

<sup>133</sup> Ver os diversos discursos tecidos e dados por Cavaco Silva desde a campanha eleitoral e durante o decorrer da legislatura em: Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Construir a*

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

uma nova oportunidade ao Governo social-democrata, para que fosse possível seguir em frente com o projeto de modernização e evolução do país, tendo sido inclusive criadas as condições para que se assistisse a um crescimento salarial, económico, sendo que a própria integração europeia com o Governo PSD revelou-se um sucesso<sup>134</sup>. Cavaco estava decidido a fazer com que o PSD obtivesse uma vitória esmagadora nas eleições de 1987, chegando inclusive a pedir aos próprios Ministros ainda em funções que continuassem a trabalhar com o mesmo sentido de responsabilidade e seriedade demonstrada até ao momento sem qualquer tipo de adoção de medidas mais populares como tentativa de procurarem conquistar votos. No dia 1 de maio de 1987, o Primeiro-Ministro, contra todas as expectativas, principalmente aqueles que o acusavam de eleitoralismo, mesmo sendo alvo de duras críticas no seio do PSD, decide aumentar os preços dos combustíveis.

O CDS-PP fez chegar junto do PSD uma proposta de listas conjuntas para as legislativas, porém o PSD, através de Eurico de Melo, conseguiu negociar com o CDS, a fim de que ambos os partidos concorressem sozinhos às eleições. Importa ainda mencionar que, caso fosse necessário, no período pós-eleitoral, os dois partidos políticos negociariam um acordo de coligação governamental sem nunca se hostilizarem, mesmo durante o período da campanha eleitoral. Continuando uma liderança com um estilo muito peculiar, Cavaco decide que era importante incluir independentes na lista a deputados por parte do PSD, como forma de romper com as tradicionais e ideológicas barreiras entre a esquerda e a direita política. De entre os convidados a integrar as listas do PSD a deputados, destacam-se José Pacheco Pereira, Manuel Braga da Cruz, Durão Barroso, Manuel Villaverde Cabral que integraria a lista de deputados ao Parlamento Europeu, Gilberto Madail, Brochado Coelho, Manuel Coelho dos Santos, José Manuel Casqueiro, o professor Fraústio Silva e o professor Pinto Machado, os escritores Vasco Graça Moura, Alçada Baptista, Augustina Bessa-Luís e os pintores Manuel Cagaleiro, Luís Pinto Coelho, José de Guimarães e Maluda. O Conselho Nacional do PSD aprovaria esta lista de candidatos a deputados no dia 16 de maio de 1987<sup>135</sup>. Portugal vivia um período deveras benéfico em todos os setores da sociedade e o Governo transmitia várias mensagens de esperança aos portugueses, acabando, inclusive, por surpreender, em diversas situações, tal como no caso da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos “Cinco” Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Este acontecimento acabaria por se revelar de enorme pertinência, já que permitiu construir-se relações adequadas com as ex-colónias e, mais tarde, estas viriam a refletir-se em termos da política externa do XI Governo Constitucional, como um fator importante na mediação da Guerra Civil em Angola.

---

*modernidade: discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional / Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1989); Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Ganhar o futuro: discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional / Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1991).

<sup>134</sup> PSD - Manifesto Eleitoral (1987), *Portugal não pode parar*, pp. 3-4.

<sup>135</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, pp. 277-278.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Diga-se, em abono da verdade que as relações com os PALOP estavam a mudar, devido à capacidade política e intervencionista de Cavaco numa matéria tão delicada como esta.

Neste ponto em que nos encontramos, urge colocar-se a seguinte questão: seria Cavaco Silva capaz de ir muito além do que já tinha conseguido nas eleições de 1985 e nos 18 meses de Governação? Pois bem, a resposta a esta pergunta deve ter por base todas as ações ou decisões políticas tomadas por Cavaco que, sem sombra de dúvida, tiveram impacto no resultado eleitoral de julho de 1987. Com a caracterização já descrita conseguiremos perceber de que forma a “Máquina Laranja” do PSD foi, dia após dia, ofuscando a oposição e garantindo um resultado histórico, mas não esqueçamos graças também a Cavaco Silva. Como já foi frisado, Cavaco tinha um estilo próprio de governação e liderança que o distanciava de todos os outros. Na realidade, a sua capacidade para galvanizar e movimentar massas era de uma particularidade incomparável entre todos os outros líderes que o país tinha conhecido, com a exceção de Francisco Sá Carneiro, posto que terá inclusive inspirado o então Primeiro-Ministro. Depois de um Conselho Europeu realizado em Bruxelas em pleno mês de junho e já durante a campanha eleitoral, Cavaco Silva voou diretamente para uma festa da juventude promovida pela JSD, onde discursou o seguinte: “Cabe à minha geração correr o percurso de estafeta. A minha luta é para vos transmitir um testemunho mais próspero e mais feliz para vocês chegarem à meta. (...) a juventude tivera um contributo decisivo para a vitória do PSD e para que eu me tornasse Primeiro-Ministro”. E foi com esta espécie de slogan, “A malta vai ganhar”, que Cavaco termina o seu discurso, provando a capacidade retórica, argumentativa e de movimentação que caracterizava a figura carismática do Presidente do PSD<sup>136</sup>. Na verdade, a pontualidade do líder, o visual, a mensagem, a encenação, a música, a propaganda, a capacidade de mobilização, entre outros, eram características trabalhadas até à exaustão e faziam parte integrante do estilo do chefe de Governo. Assim, o PSD e Cavaco Silva montariam uma máquina eleitoral capaz de surpreender e mobilizar massas, com objetivos claros, meios adequados e uma disciplina operacional perfeita<sup>137</sup>. Ao contrário dos discursos proferidos ao longo da campanha eleitoral de 1985, os discursos para as eleições de julho de 1987 centravam-se e destinavam-se essencialmente àqueles que surgiam nos comícios, sem qualquer tipo de adereço ou artefacto identificativo da preferência partidária. Eram este tipo de pessoas que Cavaco procurava convencer, dirigindo-se certamente a estes indecisos de forma a conseguir angariar mais votos. Apesar de nunca pedir diretamente a maioria absoluta, Cavaco Silva sentia que tal seria possível, até porque, à medida que a campanha eleitoral decorria, assistia surpreendido à mobilização dos portugueses em seu redor<sup>138</sup>. Apesar de ter encontrado alguma oposição e manifestações de desagrado no distrito de Leiria e Setúbal, praças fortes do PCP, Cavaco manteve a mesma postura e o mesmo estilo

<sup>136</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, p. 76.

<sup>137</sup> Ver as relações e negociações interpartidárias levadas a cabo pelo PSD durante a campanha eleitoral de 1987, disponível em Frain, Mariteresa, “O PSD como partido dominante em Portugal”, pp. 995-996.

<sup>138</sup> Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Ganhar o futuro: discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional / Aníbal Cavaco Silva*.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

pujante que viria a adotar ao longo de toda a campanha eleitoral. Alguns meios de comunicação social, como o *Diário de Lisboa* e o *Jornal*, enalteciam e estabeleciam a comparação entre a campanha eleitoral de 1985 e a de 1987. “Que longe está este Cavaco Silva da imagem que se apresentou em 1985! Então aparecia despojado; hoje, com carro blindado, muitos seguranças e total distanciamento, personifica o Poder. Há dois anos uma certa simplicidade e a evidência dos seus medos humanizavam-no; agora a pose de conversão ao espetáculo político gera histerias”<sup>139</sup>, lia-se no *Diário de Lisboa* enquanto no semanário o *Jornal* se poderia ler o seguinte: “O fenómeno Cavaco (...) Quem poderia suspeitar que o tecnocrata rígido e severo de há ano e meio se tornou um “sedutor” das massas? Mas foi o que aconteceu. Cavaco Silva provou ter aprendido a receita para conquistar votos.”<sup>140</sup>

Chegou-se finalmente ao dia 19 de julho de 1987 e o PSD, liderado por Aníbal Cavaco Silva, acabava de vencer as eleições legislativas com um resultado histórico e uma maioria absoluta que não merecia qualquer contestação. O PSD obteve cerca de 50,22% dos votos, o PS cerca de 22,24%, a CDU cerca de 12,14%, o PRD cerca de 4,91% (uma descida acentuada que faria com que o partido desaparecesse do mapa partidário português) e, por fim, o CDS cerca de 4,44%<sup>141</sup>.

6ª Eleição para a Assembleia da República - 19 de julho de 1987			
Eleitores		7 930 668	
Votos	5 676 358		72,2%
PPD/PSD	2 850 784	50,22%	148 Deputados
PS	1 262 506	22,24%	60 Deputados
CDU	689 137	12,14%	31 Deputados
PRD	278 561	4,91%	7 Deputados
CDS	251 987	4,44%	4 Deputados
UDP	50 717	0,89%	0 Deputados
PSR	32 977	0,58%	0 Deputados
MDP/CDE	32 607	0,57%	0 Deputados
PDC	31 667	0,56%	0 Deputados
PPM	22 218	0,41%	0 Deputados
PCTP/MRPP	20 800	0,37%	0 Deputados
PC(R)	18 544	0,33%	0 Deputados
POUS	9 185	0,16%	0 Deputados

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

<sup>139</sup> *Diário de Lisboa*. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 67, n. 22401, 2 de julho de 1987. Página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em [http://www.fmssoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome\\_da\\_pasta=06883.200.30885&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmssoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06883.200.30885&numero_da_pagina=1).

<sup>140</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, p. 80.

<sup>141</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1987 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=19&mes=07&ano=1987&eleicao=ar>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Cavaco e o PSD tinham acabado de obter, pela primeira vez, uma maioria absoluta de um só partido, num país onde as sucessivas crises políticas e dificuldades eleitorais eram entraves a tal consecução. Porém, a obtenção de tal resultado em muito se deveu à conjuntura económica e social que o país atravessava, mas também à capacidade de liderança e à própria personalidade de Cavaco Silva. O então Primeiro-Ministro, reeleito para um novo mandato à frente dos destinos de Portugal, enaltecia a ação positiva levada a cabo pelo Governo, a vontade dos portugueses em continuarem com um Governo positivo e sério, tal como uma estratégia eleitoral de enorme importância criada pelo partido<sup>142</sup>. No fundo, entendia que todos estes fatores conjugados eram responsáveis pelo sucesso que acabara de arrecadar. Na verdade, este resultado eleitoral foi inclusive alvo de variados comentários e até caso de estudo por parte de um grupo de psicólogos. No fundo, são diversos os fatores que contribuíram para o enorme sucesso eleitoral que havia conquistado, como, por exemplo: a identificação do PSD com a figura do seu líder, os Tempos de Antena que procuravam despertar nos portugueses sentimentos positivos, através da visualização de imagens bonitas do um país a progredir, e, por fim, os objetivos definidos por Cavaco Silva desde a estabilidade governativa, a maioria absoluta, o clima de confiança, o crescimento económico, a modernização de todos os setores da economia, a possibilidade de os portugueses utilizarem todas as suas capacidades e a credibilidade no estrangeiro<sup>143</sup>.

### 3.2. XI Governo Constitucional

A retumbante vitória eleitoral de Aníbal Cavaco Silva acabaria por permitir ao novo Primeiro-Ministro a formação de um Governo robusto, com um horizonte de quatro anos de governação de um só partido com maioria absoluta pela primeira vez no pós 25 de Abril. Assim, as tão desejadas reformas, e respetiva implementação, tornar-se-iam viáveis com esta exuberante vitória, o que, em certa medida, não agradava em nada aos interesses instalados.

Depois de vencer as eleições legislativas, Cavaco partiu para a formação do seu novo Governo, o qual teria de ser apresentado já no mês de agosto de 1987. Ao contrário do que se pensava, o Primeiro-Ministro tinha plena consciência de que não seria necessária uma alteração profunda na orgânica e estrutura do Governo apenas por ser um executivo com base numa maioria absoluta. Logo, como se compreende, Cavaco defendia uma continuidade relativamente ao anterior Governo, tombado pela moção de censura apresentada em abril do mesmo ano, dado que, na sua ótica, havia funcionado bem. Assim, as únicas alterações de vulto operadas limitaram-se ao campo dos ministérios, nomeadamente no que diz respeito à separação da área da Indústria da do Comércio, regressando ao que era antes da nomeação de Cavaco como Primeiro-Ministro. Estas duas áreas exigiam um grande trabalho de análise e coordenação, devido à sua elevada extensão. A decisão de separar estes dois ministérios

---

<sup>142</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, p. 285.

<sup>143</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, p. 91.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

deveu-se ao facto deste ministério ser demasiado grande, tornando-se difícil limitar a informação que chegava ao Chefe de Governo. Para além disso, a situação económico-social do país na década de 80 exigia que o ministro ligado a essas áreas tivesse disponibilidade para se reunir com os empresários e comerciantes e, por fim, a Secretaria de Estado do Turismo integrada no anterior Governo de Cavaco sob a sua tutela, acabaria por integrar a pasta do Comércio Interno e Externo. Outra das alterações operadas na orgânica do Governo foi a separação do setor da Cultura do Ministério da Educação, visto que ambos estavam juntos desde o executivo anterior, dando maior autonomia e relevância a este último. Ao longo do XI Governo Constitucional, o método de remodelação ministerial levado a cabo por Cavaco consistia, numa primeira fase, na enumeração de uma lista de possíveis candidatos para a ocupação de cargos no executivo, numa segunda fase, numa análise das suas capacidades e formação e, numa terceira e última fase, na averiguação da sua disponibilidade, chegando, muitas vezes, a ser feita de forma direta<sup>144</sup>. A capacidade de inovação de Cavaco tinha já ficado bem evidenciada ao longo do seu anterior Governo e das suas batalhas eleitorais, sendo que aqui ficou demonstrada uma outra inovação: a forma de remodelar o seu executivo em caso de desgaste e necessidade<sup>145</sup>.

Como é sabido, o XI Governo Constitucional era constituído pelos seguintes membros: Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva; Vice-Primeiro-Ministro, Eurico de Melo; Ministro-adjunto, António Couto dos Santos; Ministro da Administração Interna, José Silveira Godinho, tendo sido substituído mais tarde, após uma remodelação ministerial, por Manuel Pereira; pelo Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação, Arlindo Cunha, substituído mais tarde por Álvaro Barreto; Ministro da Defesa Nacional, Carlos Brito, depois por Eurico de Melo e, por fim, por Fernando Nogueira; Ministro da Educação, Roberto Carneiro; Ministro da Indústria e Energia, Luís Mira Amaral; Ministro da Justiça Fernando Nogueira e posteriormente Álvaro Laborinho Lúcio; Ministro da Juventude, António Couto dos Santos; Ministro da Presidência, Fernando Nogueira; Ministra da Saúde, Leonor Beleza e a seguir Arlindo Cunha; Ministro das Finanças, Miguel José Ribeiro Cadilhe e Miguel Beleza de seguida; Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, João Maria Oliveira Martins e Joaquim Ferreira do Amaral; Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais, Carlos Borrego e Fernando Real; Ministro do Comércio e do Turismo, Fernando Faria de Oliveira e Joaquim Ferreira do Amaral; Ministro do Emprego e da Segurança Social, José Silva Peneda; Ministro do Planeamento e da Administração do Território, Luís Valente de Oliveira; Ministro dos Assuntos Parlamentares, António Capucho e Manuel Dias Loureiro; Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro<sup>146</sup>. No dia 17 de agosto de 1987, Aníbal Cavaco Silva tomou posse como Primeiro-Ministro, tornando-se líder do XI Governo Constitucional. Já na Assembleia da República, e durante a apresentação do programa de Governo, Cavaco afirmaria que todas as reformas a

---

<sup>144</sup> Silva, Aníbal Cavaco (2004), *Autobiografia Política: os anos de governo em maioria*, vol. 2, Temas e Debates, pp. 16-20.

<sup>145</sup> PSD (1987). *Programa do XI Governo Constitucional*.

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*, pp. 20-30.

serem implementadas visavam contribuir para um maior equilíbrio entre a intervenção do Estado e o campo de iniciativa dos cidadãos<sup>147</sup>. Todas estas reformas serão abordadas ainda neste capítulo<sup>148</sup>. Para já, terminamos mais este ponto relembando o desejo de Cavaco Silva de implementar um conjunto de reformas que refletiam inclusive o seu estilo próprio de governação que, como veremos de seguida, ficou conhecido como “Cavaquismo”.

### 3.2.1. Um Modelo Diferente de Governação

O “Cavaquismo” consiste num estilo de governação que marca a década de 1985 a 1995, mas mais em particular a década de 1987 a 1995, épocas que correspondem às duas maiorias absolutas do PSD. Poder-se-á dizer que o cavaquismo surge imediatamente após Cavaco Silva ter vencido as eleições em 1985, todavia, como o governo era minoritário e este estilo de governação está diretamente ligado à aplicação de reformas na sociedade, só se veio a evidenciar na década de 1987 a 1995, com as maiorias absolutas (período em que a concretização das reformas era possível sem o chumbo por parte da oposição dadas as maiorias)<sup>149</sup>. António José Telo, no seu segundo volume de *História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade* define o cavaquismo como “uma forma de governo em democracia onde existe uma liderança forte e com um projeto de reformas a médio prazo que se consolida apenas com uma maioria absoluta ou perto disso”<sup>150</sup>. Surgir antes de 1985 é praticamente impossível, visto que, antes desse mesmo ano, nunca se verificou, além de estabilidade política, maiorias absolutas. O estilo de governação de Sá Carneiro apresentava já alguns destes aspetos, contudo a coligação partidária que marcou o período do executivo de Sá Carneiro impediu a implementação deste estilo governativo. Alguns dos aspetos formais do cavaquismo foram repetidos em situações futuras onde existiu uma liderança forte juntamente com uma maioria parlamentar. Ainda recentemente, em 2005, com a maioria do PS de José Sócrates, Portugal assistiu à aplicação de um conjunto de reformas a médio prazo. Este estilo de governação não está diretamente ligado a nenhuma figura ou partido político e, em Portugal, é possível possuir o nome da personalidade política que o implementou, se tiver sido feito de forma coesa e correta face à realidade e momento da aplicação. Usar este estilo de governação antes deste período era impossível<sup>151</sup>. Quando falamos em “Cavaquismo”, este pode ser resumido e caracterizado de seis formas que passamos, em seguida, a abordar.

A primeira característica, mencionada no ponto anterior, iniciou-se no primeiro executivo de Cavaco Silva. Estamos, pois, a falar da forma de fazer política usando o contacto direto com a

---

<sup>147</sup> Ver o discurso da tomada de posse do XI Governo Constitucional e que reflete o que acaba de ser aqui em cima exposto em: Portugal. Governo Constitucional, 11, *Na posse do XI Governo Constitucional: Palácio da Ajuda, 17 de agosto de 1987*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1987.

<sup>148</sup> Ver as implicações que o resultado eleitoral de 1987 teve na forma como o XI Governo Constitucional conduziu a sua política interna em Frain, Mariteresa, “O PSD como partido dominante em Portugal”, pp. 999-1003.

<sup>149</sup> Telo, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, p. 44.

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>151</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

população, através dos meios de comunicação social, jornais, rádio, televisão (preferencialmente). Como já foi apontado, ao longo do presente estudo, esta característica utilizada pelo “Cavaquismo”, também serviu Mário Soares, concretamente nas designadas “presidências abertas”. Mas, retomando os meios privilegiados de comunicação, não constitui qualquer novidade a preferência de Cavaco Silva pela televisão, posto que lhe permitia apresentar as suas ideias e ao mesmo tempo aproximar-se algo afetivamente dos portugueses, deixando uma imagem bastante forte junto dos mesmos. Posto isto, será escusado dissertar longamente acerca da relevância dos meios de comunicação social, com principal destaque para a televisão, no âmbito da consolidação do “Cavaquismo”. Seja como for, importa ainda mencionar o facto de Cavaco Silva estar plenamente consciente de que os sistemas partidários estavam desprestigiados e não apresentam sinais de inovação, o que impede a aplicação de reformas estruturais de grande envergadura<sup>152</sup>. A segunda característica centra-se, digamos assim, na figura do chefe, ou seja, estamos perante uma presença forte e importante de um dirigente máximo. Como se sabe, aquando das campanhas, a gestão de imagem é altamente personalizada, centralizada e gerida por um grupo restrito, passa, inclusive, a ser feita e montada por especialistas provenientes do estrangeiro (mais tarde especialistas nacionais).

Na verdade, importa até mencionar que o chefe passa a usar um tipo de técnicas comunicativas diferentes para os vários públicos, mas, diga-se em abono da verdade, sempre de forma coordenada. Desde o modo de falar, ao modo de estar, de se vestir ou de se mover, tudo passa a ser alvo de um preciso Marketing político. Apesar de no tempo de Sá Carneiro os políticos fazerem cursos relacionados com a forma de comunicação e de estar, por exemplo, na televisão, esta questão ganha maior impacto no tempo de Cavaco Silva. Assim, os ministros que integram o executivo devem ser discretos nas suas intervenções e perante o chefe praticamente se “apagar” sem nunca colocar em causa a liderança ou deixar transparecer a ideia de falta de coordenação no governo<sup>153</sup>.

A terceira característica deste estilo governativo consiste na centralização do poder em termos do Estado, bem como do partido. Aqui não existe uma diminuição política ou democrática, pois, fazendo uma análise política, isto não se verifica dessa forma. Em rigor, nem sequer podemos afirmar que o cavaquismo é mais ou menos democrático que os anteriores governos. Na realidade, ele limita-se a usar os poderes que a Constituição transmite ao executivo. Surge então o Ministério da Presidência e outros ministros sem pasta que passam a ser a fonte da coordenação do primeiro-ministro. O chefe afasta-se, protegendo o seu tempo e mantém uma distância para que possa refletir. É criado uma espécie de círculo reservado entre o chefe e os restantes ministros, de forma a discutir a coordenação das políticas sectoriais. Neste círculo apenas entram os elementos da inteira confiança do chefe.

---

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*, pp. 44-45.

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, pp. 45-46.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Os Conselhos de Ministros (forma de centralização do poder) para discutir áreas como a economia, a defesa, a segurança, entre outros, passam a realizar-se com relativa frequência. Além disto, são criadas as designadas “task forces”, como uma possibilidade importante de se implementar reformas no seio da sociedade. Por fim, o gabinete do primeiro-ministro também ganha importância no âmbito da política de informação e claro está da gestão de imagem<sup>154</sup>.

Uma quarta característica do cavaquismo tem a ver com o partido político que perde importância face ao executivo. O Primeiro-Ministro continua à frente do partido, mas nomeia alguém da sua inteira confiança (geralmente alguém menos influente) para a gestão dos assuntos partidários. O partido passa a ser usado como uma fonte da gestão da imagem do primeiro-ministro ou quando este último necessita de praticar um determinado ato político sem envolver o Estado. Importa salientar que a governamentalização do partido é sempre progressiva. O partido passa a existir não para exercer o poder, mas, sim, para justificar este mesmo exercício. O estilo cavaquista de centralização de poder, no período de ascensão económica, permitiu transmitir a imagem de um executivo coordenado, forte e dinâmico. Todavia, esta característica possui igualmente uma vertente negativa. Isto é, quando aqui traçamos a relação do primeiro-ministro com o partido e, apesar da apatia mútua, não existe uma segunda figura adequada para uma inesperada sucessão, ou seja, podemos até dizer que existem inúmeros candidatos, mas sempre com um currículo insuficiente para o cargo em questão. A fuga de informação, por exemplo, que ocorreu ao longo do cavaquismo não se traduzia numa compra de notícias por parte dos jornalistas, mas no surgimento de alguns elementos que se encontravam no poder de se fazerem ouvir (podendo estar insatisfeitos com alguma coisa específica)<sup>155</sup>.

Um quinto aspeto caracterizador consiste na capacidade do primeiro-ministro mobilizar os setores da opinião pública. A própria figura de Cavaco Silva torna-se um símbolo de um período de crescimento económico, de mudança e de abertura à Europa, ganhando qualidades carismáticas na sua personalidade pouco introvertida e populista. De facto, o cavaquismo conseguiu apoios desde a esquerda à direita política, tendo por base um discurso político diretamente virado para o interesse nacional deixando de parte qualquer interesse partidário ou ligação ideológica. Esta será a principal razão pela qual o chefe se afasta do partido de forma lúcida e consciente. A capacidade de mobilizar vontades e atrair para o partido outros militantes depende, muitas vezes, da capacidade de oração e leitura pessoal dos interesses nacionais por parte do líder<sup>156</sup>.

A sexta e última característica do cavaquismo, e continuando na mesma linha, o discurso nacional afigura-se um aspeto fundamental deste tipo de governação. Vejamos o caso do

---

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, p. 47.

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*, pp. 48-49.

<sup>156</sup> Idem, *ibidem*, p. 50.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

discurso nacional que se assume sem qualquer ideologia em concreto, sem paixões partidárias; apresenta-se como servidor do desenvolvimento e da integração europeia. Na verdade, a busca do progresso através de uma espécie de rejuvenescimento da sociedade é algo de crucial para alcançar as metas europeias pretendidas. Todo o discurso do cavaquismo gira em volta disto. Telo, no volume II da sua obra, refere mesmo que este discurso característico do cavaquismo acaba por ganhar contornos de uma espécie de “sebastianismo moderno”<sup>157</sup>.

Em suma e como já foi definido, o cavaquismo constitui uma forma de governar e de fazer política em democracia e só é possível mediante um programa de reformas estruturais a serem aplicadas (sendo que antes de 1985 era completamente impossível e ainda recentemente se assistiu a algo semelhante com as reformas de 2005<sup>158</sup>) numa sociedade que, diga-se em abono da verdade, se mostrava bastante desiludida com a classe política.

Para que isto seja possível, o governo deve possuir uma maioria parlamentar, a fim de que estas reformas se possam concretizar. Logo, é perfeitamente correto associar o início pleno do cavaquismo ao segundo governo de Cavaco Silva (1987 a 1991), apesar de existirem já traços indicadores ao longo do primeiro governo minoritário, mas que nunca ganharam a plenitude máxima, visto que não existia uma maioria. Além disto, como foi já mencionado, o cavaquismo não é exclusivo de uma figura política específica, todavia ganhou o nome daquele que o usou de forma coerente e correta durante o seu período governativo, Cavaco Silva.

Em suma, parece-nos que a caracterização deste estilo de governação acaba por ser crucial, na medida em que permite uma maior compreensão das reformas estruturais introduzidas durante esta legislatura. Posto isto, é correto afirmar que estas mesmas reformas estão diretamente ligadas ao Cavaquismo e apenas podem ser implementadas de acordo com este estilo governativo. Ao longo do período governativo de Cavaco Silva, podemos identificar um total de XII reformas estruturais. Contudo, como é compreensível, apenas abordaremos e desenvolveremos aquelas que dizem respeito ao XI Governo Constitucional, visto ser o tema principal do presente trabalho investigativo.

Terminamos mais este ponto, recordando que o período de maioria absoluta de Cavaco Silva pode ser dividido em quatro momentos. O primeiro momento corresponde à fase da definição das grandes reformas, ainda durante o governo minoritário de 1985 a 1987. O segundo momento é marcado pelas primeiras crises de contestação e pela recuperação, bem como pelo abrandar do ritmo e, logo de seguida, o ampliar de algumas reformas traçadas, permitindo a obtenção da segunda maioria absoluta em 1991. O terceiro momento caracteriza-se por ser um período de renovação no arranque das reformas, mas marcado por novas contestações e novas conjunturas económicas. O quarto e último momento diz respeito

---

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*, p. 50.

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*, p. 51.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

ao fim do cavaquismo<sup>159</sup>. Finalmente, importa ainda esclarecer que os momentos que abordaremos em seguida dizem respeito às fases das grandes reformas estruturais, iniciadas com o executivo minoritário, como é o caso da questão da Lei de Bases do Sistema Educativo que seguidamente será desenvolvida mais amplamente, devido à possibilidade de implementação com a maioria absoluta e claro está a Revisão Constitucional desejada pelo PSD, desde a chegada ao poder e que irá ocorrer em 1989.

### 3.2.2. Revisão Constitucional de 1989

Como é sabido, era necessária uma maioria de dois terços para fazer alterações à Constituição e o PSD precisava de obter o apoio dos socialistas para que dessa revisão “resultasse uma Constituição típica de uma democracia pluralista e ocidental e de uma economia de mercado, em que predominasse a livre iniciativa privada”<sup>160</sup>. Cavaco manifestou o seu desejo de estabelecer um “pacto de regime” com o PS para rever os aspetos da Constituição já programados. Os dois partidos concordaram que Portugal não se deveria caracterizar como um país a “caminho do socialismo” na sua Constituição<sup>161</sup>. A proposta de revisão tinha como objetivos específicos retirar os excessos socialistas do 11 de março e as subsequentes nacionalizações que continuavam intactas desde a aprovação da Constituição em 1982. Todas as revisões constitucionais requeriam a sua aprovação por uma maioria de dois terços dos votos da Assembleia. Posto isto, o PSD precisava da colaboração do PS para realizar o seu plano de privatizações e de reformas estruturais. O PS concordou em colaborar com o PSD para esta tão desejada revisão constitucional. Apresentou-se como um ator moderado no sistema, respeitador do mercado livre e da iniciativa privada. Assim, existiam duas estratégias em jogo. O PS estava pronto a eliminar os resíduos revolucionários na lei fundamental que atrasavam os seus desejos ideológicos de consolidação de uma estratégia de “dupla hegemonia” ou o seu estatuto como o único partido de oposição com credibilidade para representar uma alternativa à maioria absoluta social-democrata. Esta orientação não estava longe de ser um retrocesso socialista à estratégia original de bipolarização seguida por Sá Carneiro, desenhada para, por um lado, consolidar um regime parlamentar dominado pelos dois principais partidos políticos isolando o CDS e o PCP; por outro lado, limitando a credibilidade dos socialistas se tornarem uma alternativa de governo, fazendo-a depender dos votos comunistas. No fundo, a estratégia da “dupla hegemonia” regressava à bipolarização para preservar a dinâmica centrista, de modo a evitar quer a consolidação do PSD como partido dominante quer uma aliança entre PS e o PCP. As mudanças propostas para a alteração dos procedimentos da moção de confiança, bem como um acordo possível acerca da reforma eleitoral, eram, à partida, coerentes com esta estratégia, além de serem, também, uma condição da sua sobrevivência. Ademais, a lógica destas mudanças apontava também

---

<sup>159</sup> Idem, *ibidem*, p. 52.

<sup>160</sup> Silva, Aníbal Cavaco (2004), *Autobiografia Política: os anos de governo em maioria*, vol. 2, p. 71.

<sup>161</sup> Frain, Maritheresa (1998), *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*, Editorial Notícias, p. 189.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

para uma diminuição ou para uma limitação dos poderes presidenciais, o que não podia deixar de contrariar pelo menos aqueles que no PS queriam consolidar a posição do presidente da República, tanto mais que Mário Soares tinha todas as condições para voltar a ser eleito em 1991. Por seu turno, o PSD, mesmo antes de ter ganho uma maioria absoluta na eleição parlamentar de 1987, ultrapassara a antiga estratégia de bipolarização para consolidar a sua posição como partido dominante. Pelo menos uma parte dos sociais-democratas não excluía a hipótese de um candidato presidencial próprio na eleição seguinte e recusavam a diminuição dos poderes do presidente da República implícita na moção de censura construtiva. Deste modo, esta segunda revisão foi mormente uma conclusão à primeira, com uns resquícios de bipolarização, como é o caso da fixação de uma maioria de dois terços para a aprovação de alterações do sistema eleitoral, ou da inclusão de disposições transitórias mesmo na Constituição revista, reguladoras do processo de privatização das empresas públicas nacionalizadas durante a revolução<sup>162</sup>.

A revisão de 1989, aprovada e promulgada no verão desse mesmo ano, eliminou todas as referências à propriedade coletiva do Estado e ao projeto de institucionalizar um “regime socialista” em Portugal. Esta revisão constitucional revela-se crucial, até porque o XI Governo e o seu Chefe puderam dar início às tão ambicionadas reformas de fundo. Na verdade, tudo isto acabaria por ser o ponto de partida para a liberalização das estruturas económicas do país<sup>163</sup>. Como foi possível perceber pelo narrado até ao momento, o principal objetivo desta revisão era a recentração económica, eliminando-se, por exemplo, as referências à “irreversibilidade das nacionalizações, às nacionalizações e à imposição da apropriação coletiva dos principais meios de produção” e, de uma forma geral, procedendo-se à extinção quase completa das menções ideológicas cerradas, que perduravam ainda no texto constitucional. Sublinhem-se de igual modo a penetração do referendo a nível nacional, a consagração de maioria de dois terços para alteração dos círculos eleitorais com vista à eleição da Assembleia da República e a alteração a limites materiais da revisão<sup>164</sup>. Com a revisão constitucional aprovada e implementada, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, líder de um executivo com maioria absoluta, via, por conseguinte, reunidas as condições para iniciar o processo de reformas de fundo da sociedade portuguesa que serão objeto de análise nos parágrafos subsequentes.

### 3.2.3. Reformas Estruturais

As reformas estruturais constituem, desde o início dos anos 80, um dos temas mais importantes da vida política portuguesa. A maioria dos excessos ligados ao período revolucionário que se seguiu no pós 25 de Abril de 1974 e a instabilidade política eram mais

<sup>162</sup> Gaspar, Carlos (1990), “O processo constitucional e a estabilidade do regime”, in: *Análise Social*, vol. XXV, pp. 26-28.

<sup>163</sup> Frain, Maritheresa, *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*, p. 192.

<sup>164</sup> De Carvalho, Manuel Proença, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, p. 321.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

que motivos suficientes para fazer com que o país vivesse uma situação difícil e se mostrasse bastante impreparado para acarretar com os desafios de um mundo democrático e modernizado. As reformas necessárias para que a aproximação de Portugal aos restantes países mais modernizados fosse possível apenas se iniciaram sob a batuta de Cavaco Silva, sendo que, para tal, contribuíram diversos fatores, como é o caso da melhoria económica interna e externa e, claro está, o Governo forte, com maioria absoluta. Estas medidas acabariam por ser verdadeiramente estruturais, dado o impacto sobre as relações de fundo da economia e da sociedade, mas inclusive pelas transformações que provocaram e continuaram a provocar nos comportamentos e atitudes dos agentes sociais, económicos, sociais, culturais e políticos. Na verdade, acabam por ser, em termos genéricos, importantes, porém estas ganharam ainda maior relevância na forma como foram implementadas, tendo em vista potenciar uma globalização e modernização do país. Como foi dito anteriormente, a questão da melhoria económica que os Governos de Cavaco encontraram, aliada a uma estável situação social da sociedade portuguesa, acabaria por permitir que as reformas do campo económico e social, rapidamente se fizessem sentir a curto prazo. As restantes medidas fariam-se sentir com o aumento da produtividade, da eficiência, da competitividade e da melhoria do bem-estar da população portuguesa como é natural dado o elevado ritmo crescente da economia naquele espaço temporal. A liberalização e flexibilização dos mercados financeiros, do trabalho e da habitação, do reforço do setor privado da economia, da modernização do sistema fiscal, da adesão do Escudo ao Sistema Monetário Europeu, do novo sistema remuneratório da função pública ou das reformas da segurança social e do sistema educativo como a Lei de Bases. Todas estas medidas acabariam por ser fundamentais para um mercado aberto e concorrencial em que a própria sociedade se aproximaria a passos largos para junto das sociedades mais desenvolvidas<sup>165</sup>. O fim do coletivismo imposto desde 1975 passou a ser destruído e entra-se numa nova era de liberdade e iniciativa privada. O próprio peso do Estado na vida económica, social e cultural reduziu-se significativamente. Acrescentamos ainda que todas estas medidas permitiram e contribuíram para uma libertação da sociedade civil do paternalismo estatal e para a sua afirmação num dinamismo e autonomia crescentes. Foram-lhe devolvidas funções até aí na posse do Estado, reduzidas as interferências administrativas e clarificadas as regras do jogo, de acordo com o modelo de economia de mercado em que a livre iniciativa dos indivíduos é o motor do desenvolvimento económico<sup>166</sup>.

A vitória eleitoral de 1987, com uma maioria absoluta, trouxe ao país uma grande estabilidade governativa como nunca se tinha verificado. Tornou-se possível, pela primeira vez, desde o 25 de Abril, superar a gestão conjuntural, dar resposta às questões de fundo e superar inclusivamente as barreiras e bloqueios impostos pela oposição. Por exemplo, basta

---

<sup>165</sup> Ver a questão da implementação das reformas estruturais e a forma como esta foi feita em: Sousa, Marcelo Rebelo de (1991), *Portugal em mudança: ensaios sobre a actividade do XI Governo Constitucional / Marcelo Rebelo de Sousa [et al.]*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

<sup>166</sup> Silva, Aníbal Cavaco (1995), *As Reformas da Década (1986-1995)*, Bertrand Editora, pp. 9-11.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

recordar as constantes tentativas de bloqueio por parte do Partido Socialista à abertura da televisão ao setor privado, à liberalização da comunicação social, à flexibilização da legislação laboral, à revisão da legislação agrária, à reforma fiscal, à abertura dos setores à iniciativa privada e à reprivatização das empresas públicas. Após recuos e avanços, os anos de 1986-1995 acabariam por ser anos de verdadeiras reformas. Convém lembrar o que não existia ou se apresentava como setor demasiado débil da nossa sociedade. São caso disso os seguintes aspetos: o Estado detinha o monopólio da televisão e a propriedade quase total da rádio, bem como dos jornais diários; a escolaridade obrigatória era apenas de seis anos, no ensino secundário não existia nenhuma formação técnica ou profissional, no ensino superior não se contabilizavam mais de cem mil jovens e os politécnicos praticamente não existiam; a legislação laboral não permitia a adaptação da quantidade de mão-de-obra às alterações das condições de mercado ou tecnológicas colocando em causa a sobrevivência das empresas; em regiões como o Alentejo apenas persistia um coletivismo agrícola onde existiam cerca de 330 unidades coletivas; todos os bancos e companhias de seguros eram públicos, não existia praticamente nenhuma instituição financeira não monetária, as taxas de juro eram todas fixadas administrativamente e os controlos cambiais eram demasiado apertados; o sistema de tributação do rendimento era demasiado obsoleto e complexo com a existência de sete impostos e um complementar; todos os setores de atividade económica estavam completamente vedados à iniciativa privada; o mercado de arrendamento de habitação era praticamente inexistente e as taxas de juro para a aquisição de casa ultrapassavam os 30%<sup>167</sup>. Todos os aspetos enumerados diziam respeito ao que existia em Portugal antes de 1986 e que acabariam por sofrer uma forte mudança e evolução rumo a uma modernização completa da sociedade através de um programa de reformas estruturais intitulado de *Menos Estado, Melhor Estado*, implementadas pelos Governos de Cavaco com principal incidência para o XI Governo Constitucional<sup>168</sup>. Apesar de, na sua maioria, se terem iniciado ainda durante o executivo minoritário de Cavaco, todas estas reformas apenas conseguiram aprovação e implementação com a primeira maioria absoluta conquistada em 1987. Obviamente, não podemos de todo colocar de parte a necessidade de uma exposição genérica, mas algo desenvolvida, daquelas que até mesmo para Cavaco Silva acabariam por ser as reformas mais importantes e cruciais como exponho seguidamente<sup>169</sup>.

De acordo com o que foi dito anteriormente, existia uma quase total estatização dos meios de comunicação social, dadas as nacionalizações verificadas em 1975. Em termos da

---

<sup>167</sup> Idem, *ibidem*, pp. 14-17.

<sup>168</sup> Figueiredo, Rui Paulo, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, p. 197.

<sup>169</sup> Ver a entrevista concedida por Aníbal Cavaco Silva ao Diário de Notícias em 15 e 16 de Fevereiro de 1989, no que à necessidade de modernizar o país e dotando de infraestruturas próximas dos países mais desenvolvidos através de reformas, disponível em: Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Quero Portugal um país de primeira: entrevista do Primeiro-Ministro Prof. Cavaco Silva ao Diário de Notícias nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 1989*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1989; ver também: Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *A modernização dos Serviços Públicos: carta do Primeiro-Ministro aos membros do Governo / Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa: Secretariado para a Modernização Administrativa, 1990.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

comunicação escrita, o Estado possuía o monopólio de jornais, tais como o *Diário Popular*, *A Capital*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Comércio do Porto* e *Record*. Apenas três jornais não faziam parte do monopólio estatal, eram eles: *Correio da Manhã*, *Diário de Lisboa* e o *Primeiro de Janeiro*. Por fim, relativamente à televisão, perdurava o princípio constitucional fixado na Lei nº 75/79, de 29 de Novembro, que definia que a televisão era apenas objeto e propriedade do Estado. Relativamente à radiodifusão, apenas a Rádio Renascença escapava ao controlo estatal, dada a sua ligação à Igreja. O quadro legal do exercício da atividade de radiodifusão foi aprovado em 1988 (Lei nº 87/88, de 30 de julho), preenchendo-se, assim, uma lacuna no ordenamento jurídico nacional. Portugal possuía duas agências noticiosas antes da liberalização da comunicação social, a ANOP e a NP, sendo que a partir da desativação da primeira e extinção da segunda entrou em vigor, no dia 1 de janeiro de 1987, a LUSA. Esta nova agência de notícias passaria a ser uma cooperativa de interesse público em que o Estado e os vários cooperantes, na sua maioria privados, ficariam a deter, em partes iguais, o respetivo capital. O programa do XI Governo Constitucional, de agosto de 1987, suportado por uma maioria absoluta, era claro quando afirmava que o Estado interviria apenas como uma forma de garantir um serviço público mínimo de rádio e televisão. No fundo, abria-se, no tocante aos meios de comunicação social, espaço para os privados, o que ajudaria a potenciar algumas das liberdades fundamentais da vida democrática, ou seja, a liberdade de expressão e a liberdade de informação. Nos anos de 1988 e 1989, foram realizados os concursos públicos de venda dos jornais *A Capital* e *Diário Popular* e das participações públicas na Sociedade Editora Record, proprietária do jornal *Record*, na Empresa do Jornal de Notícias e na sociedade O Comércio do Porto S.A. No início de 1991, procedeu-se à venda da empresa proprietária do *Diário de Notícias*. Foram ainda alienadas as oficinas gráficas da EPDP, Empresa Pública do Jornal Diário Popular, e a participação do Estado da Renascença Gráfica, proprietária do *Diário de Lisboa*. Uma das mais importantes alterações introduzidas pela revisão constitucional de 1989 dizia respeito ao fim do monopólio estatal da televisão e à criação de condições para a abertura do seu exercício à iniciativa privada. A nova redação da Constituição veio prever a existência de um serviço público de televisão, ao lado do qual a iniciativa privada se podia exercer, devendo, no entanto, a Alta Autoridade para a Comunicação Social emitir parecer prévio à decisão de licenciamento, pelo Governo de canais privados. Em 1991, tinha sido constituída a sociedade Teledifusora de Portugal, à qual foi atribuída a titularidade, a gestão e a exploração dos sistemas de transporte e difusão do sinal, meios que eram colocados à disposição de todas as sociedades candidatas ao exercício da atividade de televisão, em alternativa à constituição de redes autónomas<sup>170</sup>.

Os anos seguintes aos acontecimentos do 25 de Abril de 1974 acabariam por trazer altas expectativas a Portugal, nomeadamente no que concerne à criação de um sistema educativo, peça essencial para os avanços da igualdade social tão querida à democracia integral.

---

<sup>170</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *As Reformas da Década (1986-1995)*, pp. 21-27.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Todavia, estas elevadas expectativas esbarraram nas dificuldades e na incapacidade política de corresponder a esse desejo. Em meados dos anos 80, as condições de acesso à educação, considerado um bem essencial, era ainda algo apenas possível para um pequeno grupo restrito de jovens. Por exemplo, em duas décadas nem sequer foi possível garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória estipulada por lei em seis anos. Pairava na mente da maioria dos dirigentes políticos e das pessoas diretamente ligadas ao sistema educativo, o desejo de alargar a escolaridade obrigatória até nove anos. Contudo, esta vontade não era de todo fácil de cumprir, tendo em conta as debilidades políticas e educacionais que o país apresentava. As escolas não possuíam sequer condições e infraestruturas para receberem uma quantia elevada de alunos, não existia meio de transporte para os alunos e, por fim, os próprios professores, naquele tempo, não possuíam um diploma que sintetizasse um regime coerente e uniforme da sua situação profissional. Quando o primeiro Governo de Cavaco (X Governo Constitucional) tomou posse, era unanime que o sistema educativo estava muito longe de corresponder às necessidades. Existia consenso e era imperativo avançar com uma reforma estrutural, global e coerente do sistema educativo. Essa mesma reforma começou a ser idealizada em 1986, durante o governo minoritário do PSD, mas foi implementada com a maioria absoluta social-democrata em 1987. Uma reforma com estas dimensões deveria ser desenvolvida em três fases, como o próprio Cavaco enumera no seu livro sobre as reformas estruturais. A primeira fase seria desenvolvida nos anos letivos de 1986/87 a 1988/89; uma segunda fase da criação legislativa e de experimentação de 1989/1990 a 1991/1992; por fim, uma terceira e última fase de aplicação progressiva, de 1992/1993 a 1995/1996<sup>171</sup>. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro), aprovada na Assembleia da República por uma vasta maioria, forneceu o quadro de referência, instrumento indispensável à concretização da reforma do sistema educativo. Esta reforma do sistema educativo acabaria por concretizar o tão desejado alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos (ensino básico), aplicando-se às crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, a saber: o primeiro de quatro anos, o segundo de dois e o terceiro de três anos. Relativamente à questão dos docentes, dado o tempo necessário à sua formação, houve necessidade de recrutar um grande número fora do sistema, com natural prejuízo dos requisitos de qualificação desejáveis. Ainda ligado aos professores, em 1990 acabaria por ser aprovado o estatuto da carreira de docente, onde foram revogados cerca de 21 diplomas de uma forma dispersa e desarticulada, que regulavam as carreiras profissionais dos professores dos diversos níveis de ensino não superior. Como se sabe, a Lei de Bases determinava que era da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar. A introdução de uma prova global no final do 9º ano de escolaridade foi aprovada, tendo-se assistido progressivamente a uma melhoria das infraestruturas de apoio ao sistema educativo, abrangendo áreas como os complementos alimentares, o alargamento da rede de transportes e a criação de redes escolares para alunos

---

<sup>171</sup> Idem, *ibidem*, pp. 29-33.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

residentes em zonas de menor acessibilidade. Tudo isto contribuiu efetivamente para generalizar o acesso à educação e garantir maior igualdade de oportunidades. A elaboração de novos planos curriculares para o ensino básico e secundário, que servissem os objetivos educacionais previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, foi outra das áreas de intervenção da reforma. Relativamente a estes planos curriculares aprovados, destacam-se os novos manuais do ensino básico, visando garantir uma melhoria significativa na qualidade de ensino e aprendizagem enquanto, no ensino secundário procurou-se favorecer a formação profissional dos jovens, através da preparação profissional e tecnológica para a integração no mercado de trabalho. Por fim, a criação de escolas profissionais desencadeou uma resposta da sociedade civil muito positiva. Mais de 300 instituições, desde Câmaras Municipais a empresas privadas e a sindicatos disponibilizaram-se para participar no processo de qualificação de técnicos intermédios<sup>172</sup>.

Em 1982, na sequência da extinção do Conselho da Revolução, foi publicada a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) que estabelecia as orientações básicas da política de defesa nacional, definia as competências dos órgãos superiores do Estado em matéria de Defesa Nacional, inserindo as Forças Armadas na Administração direta do Estado através do Ministério da Defesa Nacional e fixando as grandes linhas organizativas das Forças Armadas do Portugal democrático. Porém, em 1986 estava ainda por erguer a componente jurídica necessária à LDNFA, visto que dominava ainda uma estrutura herdada da guerra colonial e era clara a desadequação das Forças Armadas Portuguesas às tarefas de segurança e defesa de um país democrático integrado na Comunidade Europeia. O Ministério da Defesa Nacional era praticamente inexistente pelo simples fato de não possuir organismos próprios e estar apenas dependente do gabinete do Ministro. Tornava-se necessário aprovar uma estrutura orgânica, capaz de dotar este ministério com os órgãos necessários ao seu funcionamento. Para tal, em 1988 aprovou-se e publicou-se a primeira Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional que viria a reorganizar e a modernizar as Forças Armadas Portuguesas. Por seu lado, o Ministério viria a ser constituído por uma Secretaria-Geral das Direções-Gerais de Política de Defesa, de Pessoal e Infra-estruturas, de Armamento e da Autoridade Nacional de Segurança, por forma a assegurar a preparação e execução da componente militar da política de defesa nacional e o controlo e administração das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, procedeu-se à reestruturação das orgânicas do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e dos três ramos, criando uma estrutura organizativa coerente para as Forças Armadas. Foram estabelecidas as competências de vários escalões dos ramos das Forças Armadas e fixadas as linhas de nova organização territorial. Em especial, no caso do Exército, tiveram lugar extensas modificações, que incluíram as reduções no número de unidades e órgãos, e a concentração racional de meios logísticos, em coerência com a reformulação do sistema de forças realizada em 1991 e em resposta à necessidade evidente de racionalizar a sua organização territorial. Em 1991, considerou-se que estavam criadas as condições necessárias

---

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*, pp. 33-39.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

para uma alteração substancial do conceito do serviço militar. O tempo de prestação de Serviço Efetivo Normal (SEN) foi fixado em quatro meses, com um período de transição que durou cerca de oito meses. Simultaneamente, foram criados novos regimes de serviço efetivo de voluntariado e de contrato. Ao Ministério da Defesa Nacional foi atribuída a competência para, mediante portaria, determinar o prolongamento do SEN até oito meses no Exército, ou até doze meses na Marinha ou Força Aérea. A comparação da situação das Forças Armadas em meados da década de 80 com a situação atual evidencia, de forma nítida, as profundas transformações estruturais realizadas no sentido da sua modernização<sup>173</sup>.

À data da entrada em funções do X Governo ainda vigorava a separação entre contribuições obrigatórias para as Instituições da Segurança Social e para o Fundo de Desemprego. Os inconvenientes eram óbvios, quer para as empresas, pelo acréscimo de custos burocráticos, quer para a Segurança Social, pela ineficiência resultante da multiplicidade dos procedimentos operativos e de gestão. Logo em 1986, dando cumprimento ao expressamente previsto no programa do Governo, procedeu-se à desejada unificação contributiva através da criação da taxa social única. A taxa social única referente ao regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem foi fixada em 24 por cento e 11 por cento sobre as remunerações do trabalho, respetivamente para as entidades patronais e para os trabalhadores. Tratou-se de uma importante medida estrutural, com inegáveis vantagens em termos de simplificação e modernização administrativa, desburocratização, racionalização e controlo das relações entre a Administração e os contribuintes da Segurança, sendo ainda de notar que, ao criar a taxa social única, o Governo, ao contrário das práticas mais correntes em outros países, promoveu um desagravamento contributivo. O X Governo considerou como prioritário aprovar a legislação no sentido da integração do regime especial da segurança social dos trabalhadores agrícolas no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem e no regime dos trabalhadores independentes, de acordo com o respetivo enquadramento. Esta iniciativa representou, de algum modo, um virar de página no capítulo da proteção social dos trabalhadores agrícolas em Portugal, ao alargar o âmbito do regime geral de segurança social a todos os trabalhadores que exercem atividades agrícolas. Também no que se refere às condições de atribuição das prestações e às suas fórmulas de cálculo passaram a ser observadas, para os trabalhadores agrícolas, as estabelecidas no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. Os beneficiários que já tinha cessado a sua atividade ao abrigo do anterior regime de segurança social dos trabalhadores agrícolas passaram a constituir um grupo fechado, regido pela legislação anteriormente em vigor. Convém ainda referir que foram criados dois esquemas de proteção: um deles com carácter obrigatório e de âmbito mais restrito, abrangendo apenas as eventualidades de maternidade, invalidez, velhice e morte; o outro apresentando um espetro mais alargado e garantindo também, com

---

<sup>173</sup> Idem, *ibidem*, pp. 47-53.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

carácter facultativo, a proteção social nas eventualidades de doença, doença profissional e encargos familiares<sup>174</sup>.

Nos finais de 1985, a cessação do contrato individual de trabalho era ainda regida por legislação aprovada no ano de 1975, sendo reflexo das transformações revolucionárias impostas no período de perturbação política que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. O processo de despedimento, mesmo com justa causa, constituía uma estrutura extremamente pesada em termos processuais e apenas podia ter lugar em termos de infração disciplinar particularmente grave. Em meados dos anos 80 era amplamente reconhecido que a rigidez da legislação laboral constituía um obstáculo à competitividade das empresas e à modernização da economia portuguesa e os efeitos negativos traduziam-se em maiores taxas de desemprego, menores salários reais e em salários em atraso, bem como um entrave à desejada integração dos jovens no mercado de trabalho. A integração na Comunidade Europeia, no início de 1986, e a necessidade premente de melhorar a competitividade empresarial, vieram conferir uma urgência ainda mais forte à realização desta reforma estrutural. O governo procurou passar dar palavras aos atos e, em 1986 apresentou uma proposta de lei à Assembleia da República, no entanto, esta não foi aprovada por obstrução das forças da oposição socialista e comunista. A conquista da estabilidade política e de condições de governabilidade, em 1987, com a formação de um Governo de maioria, o crescimento económico, a redução do desemprego e a melhoria dos níveis de vida dos trabalhadores, conseguidos a partir de 1985, criaram uma envolvente mais favorável à realização da reforma estrutural das leis laborais. A reforma que se empreendeu corporizou-se na revisão do regime jurídico da cessação do contrato de trabalho a termo certo. O novo regime mantém a proibição dos despedimentos arbitrários e a obrigatoriedade de reintegração dos trabalhadores despedidos como consequência da declaração judicial da ilicitude do despedimento, quando os trabalhadores assim o pretendessem. Por outro lado, passou a ser permitida a cessação do contrato de trabalho com fundamento na extinção do posto de trabalho por motivos análogos ao do despedimento coletivo, mas em situações em que não está em causa uma pluralidade de trabalhadores ou a diminuição do nível de emprego. No que respeita às pequenas empresas, foram introduzidas alterações que simplificaram o processo disciplinar para despedimento, sem pôr em causa as garantias de defesa dos trabalhadores. O mesmo diploma de 1989 procedeu a uma revisão do contrato de trabalho a termo, no sentido da aproximação da legislação laboral portuguesa à dos países comunitários. Com efeito, os contratos de trabalho a termo passaram a poder ser celebrados apenas nas situações que são rigorosamente tipificadas na lei. Também foi limitada a possibilidade de renovação de contratos a termo, evitando-se a manutenção, por tempo indefinido, de situações de emprego precário. Em 1991, na sequência dos compromissos assumidos no Acordo Económico e Social de outubro de 1990, foi dado mais um passo no

---

<sup>174</sup> Idem, *ibidem*, pp. 57-60.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

sentido da flexibilização da legislação laboral, ao estabelecer-se a licitude da cessação de contrato de trabalho com justa causa por inadaptação do trabalhador ao posto de trabalho<sup>175</sup>.

Em 1986, no início da atividade do X Governo Constitucional, era evidente que o sistema salarial, criado em 1935, para um universo de vinte cinco mil funcionários públicos, tinha esgotado há muito as suas virtualidades, apesar das correções introduzidas em 1969 e 1979, que vieram a obrigar a alterações estruturais profundas. A reforma do sistema remuneratório da Administração Pública era um objetivo idealizado há muitos anos pelos sucessivos Governos e pelos órgãos centrais da Administração, reclamados pelos Serviços Públicos, pelos funcionários, pelos Sindicatos e exigido pelos princípios da racionalidade e da eficiência como pressuposto para a dinamização e modernização da Administração Pública Portuguesa. Nesta linha de orientação, o programa do XI Governo relativo a agosto de 1987, comprometeu-se a acabar com a situação caótica dos regimes remuneratórios da função pública, corrigindo disparidades e reduzindo o número desses regimes, retificando os desníveis salariais injustos existentes<sup>176</sup>. A reforma do sistema remuneratório da função pública, reunidas as condições objetivas para levar a cabo esta tarefa, iniciou-se ainda em 1986, no âmbito da ação do X Governo Constitucional, pela criação da Comissão para o Estudo do Sistema Retributivo da Função Pública, integrando reconhecidos especialistas em matéria de Administração Pública e gestão, a qual, na sequência de mandato que lhe foi confiado pelo Conselho de Ministros, elaborou um Livro Branco sobre os regimes remuneratórios então praticados na Administração Pública e apresentou propostas de medidas corretivas. Iniciada em outubro de 1988, esta fase decisiva do programa de reforma salarial da função pública envolveu aturados e complexos trabalhos de aprofundamento técnico dos estudos preliminares, de onde resultaram propostas concretas, quer no domínio dos princípios gerais de salários e gestão de pessoal quer quanto à fixação das novas escalas salariais e ao desenvolvimento do novo regime jurídico de emprego na Administração. O Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de junho, que veio aprovar os princípios gerais do novo sistema retributivo e da gestão da função pública, marca o início de uma reforma da maior importância para a Administração Pública portuguesa. Assim, rompeu-se, em definitivo, com o sistema de letras da tabela da função pública e criaram-se escalas indicárias para todos os funcionários. Por outro lado, reconheceu-se a autonomia funcional de realidades específicas, o que se traduziu na criação de soluções retributivas autónomas para os corpos especiais da saúde, ensino, investigação, defesa, segurança, inspeção de alto nível e representação externa do Estado. A estrutura remuneratória das carreiras passou a comportar uma componente de progressão e outra de promoção. Foram também concretizadas soluções para estimular a produtividade global e individual. Refira-se que a introdução do novo sistema retributivo da função pública implicou a preparação, a negociação e a aprovação de cerca de 150 diplomas legais, a grande maioria dos quais nos anos de 1989,

---

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*, pp. 65-70.

<sup>176</sup> Idem, *ibidem*, pp. 75-77.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

1990 e 1991, o que dá bem a ideia da amplitude e da complexidade desta reforma estrutural<sup>177</sup>.

As ocupações de terras efetuadas nos anos de 1974 e 1975 na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA) provocaram um verdadeiro caos na atividade agrícola nacional e introduziram na agricultura portuguesa um clima de profunda insegurança e instabilidade. As intervenções legislativas aprovadas naquele período e espaço temporal, com o objetivo declarado de liquidação do domínio dos grandes agrários, mais não fizeram do que incentivar e dar cobertura legal ao processo revolucionário de ocupações de terras. No final de 1985, ao tomar posse o X Governo subsistia ainda um ambiente de instabilidade e incerteza quanto à propriedade e exploração da terra, claramente prejudicial à modernização do setor agrícola e às exigências colocadas pela integração europeia. Com a agricultura portuguesa a iniciar a sua adaptação aos mecanismos da Política Agrícola Comum, era imperioso corrigir os erros e abusos cometidos no passado, reestabelecer o clima de confiança indispensável à modernização do setor e criar condições para o desenvolvimento de capacidade empresarial e níveis exigidos para uma economia aberta e concorrencial. Uma primeira tentativa foi efetuada em junho de 1986, com a apresentação à Assembleia da República de uma proposta de lei que introduzia as alterações às bases gerais da reforma agrária e cuja aprovação foi rejeitada pela maioria de esquerda existente naquela câmara. Só com a formação do XI Governo, apoiado por uma maioria absoluta, foi possível fazer uma nova Lei de Bases da Reforma Agrária. Este novo diploma atribui uma maior importância aos agentes económicos privados, como motores do desenvolvimento agrícola nacional, e avança na correção de injustiças relativas na atribuição de reservas, nomeadamente nos casos de heranças indivisas e de contitularidades. A nova Lei de Bases amplia as garantias concedidas aos proprietários da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, aumentando a área garantida (direito de reserva) de setenta mil para noventa e um mil pontos, para os quais deixaram de se considerar os povoamentos florestais, ao mesmo tempo que estabelece que não seriam os expropriáveis, qualquer que fosse a sua pontuação, os prédios rústicos com área igual ou inferior a sessenta hectares. Estabelece ainda a possibilidade de reversão dos prédios rústicos que, embora expropriados ou nacionalizados, permaneceram na posse material dos antigos proprietários ou dos seus herdeiros. A nova Lei de Bases reduz o âmbito de intervenção das entidades públicas no setor agrícola, confinando-a às iniciativas de fomento agrário que não possam ser realizadas pelas empresas agrícolas privadas. A nova Lei de Bases da Reforma Agrária originou a publicação de diversa legislação complementar, sendo de destacar o diploma regulamentador do destino e dar aos prédios rústicos que tinham sido objeto de expropriação ou nacionalização e não foram devolvidos aos antigos proprietários por se situarem para além do legalmente permitido. A revisão constitucional de 1989 veio eliminar o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, concretamente no artigo 97º, que indicava que as terras expropriadas fossem entregues a título de propriedade ou posse a pequenos agricultores, de

---

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*, pp. 77-79.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

preferência integrados em unidades de exploração familiar. Decorridos vinte anos desde o início do processo revolucionário da reforma agrária, está resolvida uma importante parte, quer dos problemas que a geraram, quer dos que por ela própria gerou e foram criadas condições favoráveis à modernização da agricultura portuguesa<sup>178</sup>.

Em 1985, o sistema financeiro português era, genericamente, um sistema em estado muito rudimentar de desenvolvimento, reprimido por uma forte regulamentação administrativa e em que muitas instituições apresentavam uma situação bastante precária, não só em matéria de rentabilidade, mas também a nível prudencial. Faziam-se ainda sentir os efeitos negativos da racionalização da banca e das companhias de seguros em 1975, da proibição de acesso da iniciativa privada aos setores bancários e segurador até 1984 e dos condicionamentos derivados dos limites quantitativos à expansão do crédito. Decorrendo ainda o ano de 1985, a atividade financeira encontrava-se extremamente concentrada no setor bancário, existindo um número muito reduzido de instituições financeiras não monetárias, um mercado de capitais virtualmente inoperante e um setor segurador igualmente muito limitado na sua capacidade de atuação. Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, no início de 1986, procedeu-se à adaptação do regime legal de constituição e funcionamento de instituições de crédito com sede em Portugal e de abertura de sucursais e filiais de instituições com sede no estrangeiro. Foram criadas largas dezenas de outras instituições financeiras, a maioria das quais de natureza até então inédita no mercado português. A especialização institucional no interior do setor bancário foi esbatida, abertas que foram, designadamente, as possibilidades de criação de novas contas de depósitos não tipificados, de receção de depósitos a mais de um ano e de concessão de crédito a longo prazo à habitação. Foram introduzidos novos tipos de depósitos e de operações bancárias, novos tipos de títulos de dívida pública. Também na área de seguros, verificaram-se grandes progressos. Fruto da rápida abertura do setor à concorrência externa, da desregulamentação e da liberalização dos preços, o quadro operativo das seguradoras modificou-se de forma substancial, tornando-se muito mais orientado para o mercado. A partir de 1986, a orientação da política macroeconómica veio conferir maior prioridade ao controlo do défice das contas públicas e imprimir uma clara inflexão ao seu modo de financiamento. O défice público passou a ser crescentemente financiado através da emissão de títulos de dívida colocados no mercado à taxa de juro corrente, de forma aberta e transparente. A transição para o sistema de controlo monetário indireto, cuja aplicação efetiva se iniciou em 1991, exigiu não só uma cuidada preparação dos seus aspetos metodológicos e operacionais, mas também uma alteração substancial da filosofia e dos mecanismos de funcionamento dos mercados monetários, financeiros e cambiais. O contraste entre o atual sistema financeiro português e aquele que existia em 1985 não pode deixar de ser avassalador. Um sistema fechado, reprimido e

---

<sup>178</sup> Idem, *ibidem*, pp. 83-90.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

estagnado deu lugar a um sistema aberto, competitivo e dinâmico, requisitos indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer economia no mundo atual<sup>179</sup>.

Em 6 de Abril de 1992, o Escudo aderiu formalmente ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu (SME), uma decisão histórica que abriu uma nova fase na evolução da moeda portuguesa e fixou as novas do modelo de crescimento da economia. A política cambial portuguesa foi, de 1977 a 1990, dominada por um regime de desvalorização deslizante da taxa de câmbio nominal. Tratava-se, de facto, de um sistema cambial de características híbridas, que o posicionavam a meio caminho entre um sistema de câmbios fixos e de câmbios flexíveis. No entanto, no final da década de 80, a estabilização que a economia portuguesa estava a realizar desde 1986 e, em particular, a importância concedida ao controlo da inflação recomendavam uma mudança de orientação cambial. O crescimento do investimento, o comportamento favorável da poupança interna, o dinamismo das exportações portuguesas e o intenso afluxo de capitais externos que ocorreram a partir de 1986, recomendavam, desde logo, a desaceleração da desvalorização nominal do escudo. Assim, a partir de 1988, o regime cambial foi sendo alterado de forma a desviar o esteio da competitividade da economia portuguesa para os diferenciais de produtividade e dos unitários de produção para os fatores qualitativos de diferenciação dos produtos. Tratou-se de uma viragem fundamental, embora progressiva. Em outubro de 1990, adotou-se uma estratégia de acompanhamento de regras do SME, ainda que sem entrar formalmente no seu mecanismo de taxa de câmbio. A adesão de Portugal ao mecanismo de taxas de câmbio do SME veio consolidar a nova estrutura em que teria de processar-se o desenvolvimento económico e social do País<sup>180</sup>.

Em 1985 vigorava ainda em Portugal um sistema de impostos parcelares sobre o rendimento concebido no início dos anos 60, aplicáveis consoante a respetiva fonte. O sistema de tributação do rendimento existente, para além de obsoleto, desorganizado, complexo, pouco transparente, defasado da realidade económico-social e permeável à fuga e evasão fiscais, não satisfazia minimamente os critérios de equidade e eficiência e era ainda contrário à modernização do país. Contudo, a reforma fiscal só conseguiu avançar decididamente com a formação do XI Governo Constitucional, dispondo de uma maioria absoluta na Assembleia da República que assegurou condições efetivas de governabilidade. A Lei de Bases da Reforma Fiscal só viria a ser aprovada na generalidade, em maio de 1988. O Governo apresentou, nessa altura, uma proposta de Lei de Taxas de Reforma Fiscal. A partir do dia 17 de setembro desse mesmo ano, instituiu-se um imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e marca o arranque do processo legislativo que permitiu a aplicação do novo sistema de tributação direta a partir do início de 1989. A reforma fiscal tinha por principais objetivos, a realização da justiça fiscal, e

---

<sup>179</sup> Idem, *ibidem*, pp. 93-101.

<sup>180</sup> Idem, *ibidem*, pp. 105-107.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

eficiência económica, a promoção do desenvolvimento da economia e a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias. Em 1989, concretizou-se a grande reforma da tributação direta do rendimento. Foi criada a contribuição autárquica que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1989. Aboliu-se a anterior contribuição predial, que incidia sobre o rendimento dos prédios, passando o novo imposto, a incidir sobre o valor patrimonial dos prédios rústicos e urbanos, sendo devido pelos proprietários. A reforma do arcaico sistema vigente de tributação do rendimento operada em 1989 e as modificações administrativas e processuais introduzidas vieram, inquestionavelmente, reforçar a eficiência, a transparência, e a equidade do sistema fiscal português<sup>181</sup>.

Em 1986, existia um vasto conjunto de atividades económicas, cujo acesso estava vedado à iniciativa privada, em resultado das medidas de intervencionismo revolucionário e da legislação produzida nos anos 70. Continuava vedado a empresas privadas a produção, os transportes, distribuição de energia elétrica e gás, a captação, tratamento e distribuição de água, o saneamento básico entre outros. A política de nacionalizações de 1975, conjugada com a limitação do campo de atuação da iniciativa privada, conduziu a um setor público empresarial desmesurado, sem lógica interna e sem racionalidade. No programa do X Governo Constitucional, apresentado em Novembro de 1985 e como já tivemos a oportunidade de o expressar ao longo deste trabalho académico, o Estado apenas interviria em caso de necessidade para garantir o correto funcionamento e cumprimento de determinados empreendimentos. As empresas não prestadoras de serviços sociais deviam submeter-se às regras da concorrência em mercado aberto e da afirmação de uma nova atitude quanto à conceção do papel do Estado na economia, que irá ser desenvolvida no XI e XII Governos em vários diplomas com o intuito de colocar um ponto final nas limitações inaceitáveis a que estavam sujeitos os empresários portugueses<sup>182</sup>.

Com as nacionalizações de 1974 e 1975, passaram diretamente para a posse do Estado as maiores empresas do nosso tecido económico. A nacionalização atingiu os bancos e outras entidades monetárias como: as empresas seguradoras, os transportes aéreos, marítimos e terrestres, a siderurgia, a refinação e distribuição de petróleo entre outros. Era óbvio, em 1985, ao tomar posse o X Governo, que a gestão das empresas públicas tinha produzido efeitos muito negativos na economia nacional, distorcendo a afetação de recursos, dando lugar a grandes prejuízos, prejudicando o desenvolvimento económico e dificultando a resposta às modificações do quadro económico interno e externo. Impunha-se, portanto, uma inversão de toda esta situação com vista a aumentar o clima de confiança empresarial e a eficiência e racionalidade da economia portuguesa e prepará-la para enfrentar as exigências da concorrência decorrentes da integração europeia e mesmo para concretizar uma sociedade mais livre e justa. No programa do XI Governo, avançava-se com mais clareza e a primeira

---

<sup>181</sup> Idem, *ibidem*, pp. 113-123.

<sup>182</sup> Idem, *ibidem*, pp. 127-130.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

tarefa que se impunha, era a mudança do quadro legal. As nacionalizações de 1975, realizadas fora do quadro constitucional, tinham sido *a posteriori* consagradas pela Constituição de 1976, onde se estatuiu a sua “irreversibilidade”. A aprovação da Lei nº 84/88, de 20 de julho, ainda antes da revisão constitucional, marca o início do processo de abertura ao setor privado do capital de empresas públicas e constitui um passo importante para a redução do peso do Estado na economia. Ao abrigo desta lei, foram iniciadas, em 1989, as primeiras alienações de capital de empresas nacionalizadas. A UNICER, o Banco Totta & Açores, a Aliança Seguradora e a Companhia de Seguros Tranquilidade foram as primeiras operações que tiveram lugar na enorme reforma das reprivatizações. Na realidade, importa frisar que o início do processo de privatizações dificilmente poderia ter sido mais promissor, refletindo o clima de confiança e de expectativas positivas que a estabilidade governativa e a linha política definida suscitaram no mercado e nos cidadãos. Em jeito de exemplo e para concluir a questão das privatizações, convém salientar que o total de encaixe financeiro do Estado nestas quatro operações de 1989 foi de 70,9 milhões de contos, superior em mais de 60 por cento ao valor base fixado, tal como a procura de ações que foi em média mais de quatro vezes superior à oferta<sup>183</sup>.

No ano de 1985, o setor da habitação em Portugal apresentava um conjunto de anquilosamentos e insuficiências deveras graves, fruto, em larga medida, de décadas de intervenções com efeitos altamente distorcidos das condições normais de funcionamento de mercado. Tendo por base este panorama, havia que atuar em três grandes áreas: liberalização progressiva do mercado de arrendamento, acompanhado de apoios sociais adequados, aumento da eficiência no mercado de crédito, com facilidades especiais para os mais carenciados, e uma intervenção de fundo na disponibilização de habitações para as famílias de menores recursos. Em setembro de 1985, tinha sido publicada a lei das rendas que estabeleceu as novas regras do funcionamento do mercado de arrendamento. No entanto, foi já no X e continuamente no XI Governo que se procedeu à reformulação do regime de renda condicionada e à regulamentação da atribuição do subsídio de renda para as famílias com mais dificuldades económicas. Já com o XI Governo é aprovada a lei e publicado o diploma relativo ao novo Regime do Arrendamento Urbano (RAU). Este diploma reúne um vasto conjunto de normas dispersas num texto único, claro e coerente, e introduz as bases para a tão necessária liberalização progressiva e equilibrada do mercado de arrendamento. Para incentivar este mercado, o Orçamento de Estado para 1991 instituiu a possibilidade de deduzir ao rendimento tributável em IRS as importâncias pagas a título de renda para fins de habitação, em contratos celebrados ao abrigo do RAU, passando a dedução com habitação a constituir rubrica autónoma, o que constituiu, por si só, um novo incentivo. Foi assim concebida em 1988, uma forma de intervenção específica, o programa RECRIA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados), que consistia num apoio a fundo perdido concedido pela Estado ou pelas autarquias locais, para obras de

---

<sup>183</sup> Idem, *ibidem*, pp. 135-139.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

conservação e beneficiação em edifícios arrendados e em estado de degradação. A aquisição de casa própria constituiu outro dos vetores fundamentais da política do Governo, porque nela assentava a resolução da necessidade de habitação para grande parte dos portugueses. Foram, deste modo, introduzidas melhorias substanciais no regime de crédito à habitação própria. Contudo, talvez o maior benefício sentido pelos portugueses nesta matéria residia na redução efetiva das prestações mensais dos créditos obtidos, em virtude da descida continuada das taxas de juro<sup>184</sup>.

Cavaco Silva vai aproveitar os oito anos de maioria absoluta dos seus governos (1987 a 1995), para levar a cabo o maior programa de reformas da III República passando pelo Estado-Providência à liberalização dos mercados de capitais, eliminação dos restos do “gonçalvismo” na economia, a integração do escudo no Sistema Monetário Europeu entre outros. Convém não esquecer que, durante todo o período do cavaquismo, a política económica é inspirada pela integração europeia<sup>185</sup>. Estas reformas só foram implementadas (algumas delas dado o período de crescimento económico) dado ao estilo de governação que se encontrava em vigor, estando-nos a referir, como é óbvio, ao cavaquismo e às reformas de fundo aplicadas na sociedade<sup>186</sup>.

### 3.2.4. Focos de Contestação e Desgaste do Governo

As reformas estruturais foram, maioritariamente, alvo de contestação por parte da população portuguesa. A juntar a essa contestação podemos evidenciar os constantes ataques verbais, e até mobilizações, da Oposição na tentativa de travar ao máximo a implementação de tais medidas estruturais necessárias ao desenvolvimento dos diversos setores da sociedade. Estes bloqueios e ataques manifestavam-se, entre outros, em jeito de greves, movimentos contestatórios em lugares estratégicos. Assistiu-se, por diversas vezes, a interrupções ilegais dos caminhos-de-ferro, o que acabaria por causar um elevado desgaste do Governo. Um dos episódios rotulado como um ataque feroz a uma parte das reformas a ser implementada pelo Governo ocorreu no setor da saúde, com a Ministra Leonor Beza que se encontrava constantemente de baixo de “fogo”. O primeiro motivo, e, de resto, aquele que acabaria por despoletar toda esta situação de revolta, prende-se com a aprovação da nova Lei de Gestão Hospitalar. Na verdade, estava em curso uma mudança profunda do sistema tradicional de

---

<sup>184</sup> Idem, *ibidem*, pp. 147-152.

<sup>185</sup> Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, p. 279.

<sup>186</sup> Relativamente à questão das reformas estruturais aqui descritas e de forma a complementar esta fundamentação teórica aqui exposta, ver as seguintes obras que remetem para o que foi evidenciado neste ponto: Portugal. Governo Constitucional, 11, *Um ano de governo: construir a modernidade / XI Governo Constitucional*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1988; Portugal. Governo Constitucional XI, *Dois anos de governo: no caminho do progresso / XI Governo Constitucional*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1989; Portugal. Governo Constitucional, 11, *Três anos de governo: o desafio da mudança / XI Governo Constitucional*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1991; Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Construir a modernidade: discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional / Aníbal Cavaco Silva*.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

gestão dos hospitais portugueses, com a introdução de mecanismos de rentabilização de serviços prestados aos utentes e de melhoria da sua qualidade. A nova lei rompia com o sistema de eleição dos gestores hospitalares pelos funcionários do próprio hospital e optava pela sua designação direta pelo titular da pasta da Saúde. Isto acabaria por representar uma rutura com a visão corporativa da gestão hospitalar e isso seria o motivo de peso para mexer com interesses instalados. Face a estas críticas, a Ministra acabaria por, numa entrevista dada ao *Comércio do Porto*, a 6 de março de 1988, dizer o seguinte: “Eu não sou a representante da máquina da Saúde face aos cidadãos, mas, pelo contrário, sou a representante dos cidadãos face à máquina”<sup>187</sup>. Leonor Beleza deparar-se-ia com fortes contestações vindas dos médicos, chegando ao ponto de, por eles, ser acusada de políticas violentas. A Ministra da Saúde e a Ordem dos Médicos por intermédio do seu bastonário, Manuel Machado Macedo, esforçaram-se por chegar a um entendimento, no entanto, tal foi praticamente impossível. Numa área em que sempre se revelaram difíceis, ao longo de uma década, as relações dos seus profissionais com o poder político, independentemente do seu pendor ideológico, avolumaram-se os contenciosos e a ministra da Saúde procurou não se deixar intimidar. Apesar de ser constantemente contestada, Leonor Beleza surgia, curiosamente, como o membro mais popular do Governo. Os ataques e bloqueios sucediam-se, sendo que um dos mais fortes acabaria por ser a paralisação verificada a 8 de abril de 1988. A Oposição, por seu lado, apresentava sucessivos pedidos de inquérito e interpelações parlamentares sobre diversos aspetos da política da Saúde. A Ministra contraponha, alegando que as constantes paralisações e reivindicações feitas pelos médicos prejudicavam o funcionamento dos estabelecimentos de Saúde, bem como o apoio médico aos utentes. Relativamente ao Primeiro-Ministro, nesta fase, Cavaco sentia-se bastante pressionado por todos os intervenientes. No entanto, o Chefe de Governo não poderia causar a sensação de que a Ministra tinha sido desautorizada, o que certamente geraria uma situação de descredibilização, colocando-a numa situação desfavorável e altamente fragilizada. No dia 30 de maio, Leonor Beleza reunia-se com o Conselho Executivo da Ordem, sendo que este último acabaria por revelar a preocupação da Ministra em solucionar definitivamente as divergências entre ambos, procurando, por conseguinte, manter uma relação institucionalmente estável. Quanto à Lei da Gestão Hospitalar que determinava a nomeação de diretores para os hospitais, em detrimento da eleição antes em vigor, a Ministra considerou que nada era agressiva seja para com quem fosse e muito menos para com os médicos<sup>188</sup>. É possível verificar que, apesar das enormes reformas implementadas e que acabariam por permitir um desenvolvimento e modernização do país, estas não eram de todo bem aceites pela maioria, sendo que, alguns destes movimentos e bloqueios impostos ao Governo, eram, na sua maioria, apenas motivados por uma Oposição que se sentia destruída e cuja derrota nas eleições legislativas de 1987 ainda não tinha sido ultrapassada.

---

<sup>187</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, p. 100.

<sup>188</sup> Idem, *ibidem*, pp. 101-103.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Outro dos setores alvo de inúmeras críticas após a implementação das reformas estruturais aqui desenvolvidas acabaria por ser o setor das finanças sob a chefia do Ministro Miguel Cadilhe. Com um estilo irredutível, o Ministro das Finanças acabaria por criar várias divergências na forma de se relacionar com os diversos setores da sociedade. Na Câmara de Comércio Luso-Britânica, em 19 de fevereiro de 1988, Miguel Cadilhe reconheceu que uma disciplina férrea de gestão orçamental nem sempre recolhe simpatias. A maioria dos comerciantes e empresários ficaram descontentes com as medidas implementadas e com o teor dos discursos do Ministro. Cadilhe procurava dar resposta às críticas oriundas dos vários setores empresariais, explicando a relevância do combate firme à inflação, ao desemprego e da promoção do crescimento do Produto Interno Bruto<sup>189</sup>. Com efeito, o descontentamento assumiu tais proporções que, a certa altura, o Ministro das Finanças acabaria por se ver envolvido num lote de notícias relativas à sua vida privada que acabariam por desgastá-lo ao ponto de Cavaco, a dado momento, ter que efetuar uma remodelação do executivo. Sem fazer uma análise profunda do que viria a afetar Cadilhe, parece-nos, não obstante, de interesse evidenciarmos somente alguns aspetos. Assim, acabaremos por conseguir ter uma perceção de como o XI Governo, chefiado por Cavaco Silva, procedeu face a estas constantes perturbações e bloqueios. Na verdade, o jornal *Independente* viria a publicar uma conversa privada de Cadilhe com o arquiteto Tomás Taveira. Por outro lado, antes deste acontecimento, já a esposa do Ministro das Finanças, Maria Antónia Cadilhe, numa longa conversa e entrevista com a jornalista Helena Sanches Osório, viu publicado o conteúdo que referiu na entrevista juntamente com questões pessoais da vida do casal. Mais tarde, o PCP acabaria por pedir um inquérito, prontamente reprovado pelo PSD na Assembleia da República, ao “caso Cadilhe”. Contrariamente ao PS e o CDS, que eram da opinião que este processo já se tinha alongado em demasia, o PCP não desistiu de levar avante o desejo de se proceder a um inquérito e disponibilizou os seus 30 deputados para a obtenção das assinaturas requeridas<sup>190</sup>.

Como é evidente, o embate das reformas estruturais e os casos criados à volta da atuação de certos ministérios converteram a vida do Governo num verdadeiro inferno. Dada a contestação que envolvia o Governo e alguns dos seus membros, estava mais do que certa a remodelação do executivo. Todavia, seria sobretudo o resultado das eleições autárquicas de 1989 que acabaria por ditar mudanças no Governo por parte de Cavaco Silva. Até às autárquicas, a serem realizadas no dia 19 de dezembro de 1989, o Governo e o PSD teriam de fazer um grande esforço para evitar casos suscetíveis de serem explorados no quadro da luta política. Isso não invalidaria, contudo, que a Oposição, tendo como pano de fundo o ato eleitoral que se aproximava, tomasse a iniciativa de desgastar o Governo com os instrumentos que estavam ao seu alcance. Foi o que fez o PS com a apresentação de uma moção de censura que, no entanto, rapidamente seria chumbada pela maioria social-democrata presente no

---

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*, pp. 103-105.

<sup>190</sup> Idem, *ibidem*, pp. 116-121.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

hemiciclo. Chegado o dia das eleições, os resultados acabariam por ter um efeito negativo no PSD e ditariam a remodelação governamental que Cavaco iria operar de seguida.

Eleições Autárquicas - 17 de dezembro de 1989			
PS	1 599 483	32,40%	728
PPD/PSD	1 554 245	31,49%	780
PCP/PEV	632 734	12,82%	253
CDS	451 126	9,14%	179
PPD/PSD-CDS-PPM	193 161	3,91%	13
PS-PCP-MDP/CDE-PEV	180 760	3,66%	9
PRD	38 565	0,78%	4
PS/CDS	34 912	0,71%	15
PCP-PEV-PRD	23 026	0,47%	5
PCTP/MRPP	21 819	0,44%	0
UDP	15 876	0,32%	4
MDP/CDE	11 384	0,23%	1
PDC	7 189	0,15%	1
MDP/CDE-PRD	3 607	0,07%	2
PPM	2 768	0,06%	1

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

O PS acabaria por ser o grande vencedor destas eleições, angariando cerca de 32,40% dos votos; o PSD, como segundo partido mais votado, conquistou cerca de 31,49%; o PCP, 12,82% e, por fim, o CDS, 9,14%<sup>191</sup>.

Face a este resultado, o Primeiro-Ministro percebera que devia tomar uma posição em relação ao Governo. Por muito que lhe custasse ter de mudar alguns ministros, tornavam-se imperiosas as alterações. Assim, o refrescamento, por assim dizer, do Governo convertera-se, no fundo, numa exigência das novas circunstâncias. Para as eleições legislativas, tinha à sua frente um horizonte de dois anos para dinamizar novamente as hostes sociais-democratas. No dia 2 de janeiro de 1990, Cavaco Silva anunciava a mais ampla remodelação do Governo, desde a altura da sua chegada, em novembro de 1985, ao poder. A seu pedido, Eurico de Melo, vice-primeiro-ministro e Ministro da Defesa, que estivera desde a primeira hora com Cavaco Silva, deixava o Executivo. Miguel Cadilhe e Leonor Beleza, que o Primeiro-Ministro defendera com grande afinco em momentos de grande intensidade crítica, não escaparam, dada a necessidade urgente do Governo recuperar a confiança do eleitorado. Por fim, Silveira Godinho, ministro da Administração Interna, que ficara associado ao processo da criação do sindicato dos polícias, e Álvaro Barreto, ministro da Agricultura, que, em entrevista ao

<sup>191</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados das eleições autárquicas de 1989”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=17&mes=12&ano=1989&eleicao=cm>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

semanário *O Jornal*, em 29 de dezembro de 1989, desafiara a autoridade do chefe do Governo, também não escaparam a este processo de substituições.

Numa entrevista concedida imediatamente após a mencionada remodelação, Cavaco referiu ao *Expresso* que toda esta mudança tinha sido linear e pensada, visto que já tinha calendarizado um período para a fazer após as eleições autárquicas e nunca antes da preparação de um Orçamento de Estado. Ao longo dessa mesma entrevista, o Primeiro-Ministro foi referindo várias vezes que um dos motivos para os quais alguns dos seus ministros estiveram sempre na ribalta, foi essencialmente pelo simples facto de que a maioria das medidas e das reformas estruturais a ser implementadas passavam por eles. Tais medidas nunca colhem a simpatia e o respeito da população e acabam sempre por ser mal recebidas, sendo que isso acabaria por se verificar e refletir num desgaste enorme do Governo e das respetivas pessoas envolvidas neste processo. Não obstante, e apesar das substituições alterações governamentais efetuadas, Cavaco explicou que o relacionamento pessoal que maninha com os seus antigos ministros em nada se havia alterado<sup>192</sup>. Na realidade, a própria conjuntura externa, em termos de política externa, acabaria também por motivar todas estas alterações no Executivo. Além do mais, as legislativas de 1991 estavam próximas e manter um Governo com alguns membros deveras contestados, em nada beneficiaria o resultado dessas eleições, bem como a tentativa de reconquista de uma maioria absoluta por parte do PSD.

Apesar de toda a contestação que o Executivo de Cavaco teve de enfrentar, o seu relacionamento com o Presidente da República, Mário Soares, acabaria por ter sempre uma base de cooperação e confiança durante a maior parte do tempo da governação na primeira maioria absoluta. Contudo, as relações entre ambos vão conhecer alguns episódios menos cooperantes, por assim dizer<sup>193</sup>. Como se sabe, o Presidente estabeleceu que o partido vencedor das legislativas de 1991 seria o partido a formar Governo, independentemente de possuir uma maioria ou não. Soares, como Presidente da República, quis deixar claro quem poderia eventualmente formar novo Governo. O PSD, porém, já tinha decidido que só formaria novo Governo se obtivesse uma nova maioria nas legislativas. Soares talvez tivesse querido dar uma ajuda ao CDS, em virtude de Jorge Sampaio ter decidido não fazer qualquer aliança com este partido da direita. Nas suas intenções estaria a vontade de controlar a formação de uma coligação ou de um governo minoritário da sua confiança. Alguns grupos, dentro do PSD, opuseram-se à decisão da Comissão Política Nacional de que o partido iria para a oposição no caso de não alcançar uma nova maioria na Assembleia nas próximas eleições, destacando-se especialmente Eurico de Melo no Norte. Defenderam que a decisão sobre a futura atuação do partido relativamente ao Governo fosse tomada pelo Conselho Nacional. Mota Amaral, Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, afirmou

---

<sup>192</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 132-135.

<sup>193</sup> Ver o artigo científico de Mariteresa Frain, “Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995”, que aborda as diversas fases da coabitação entre Presidente e Primeiro-Ministro sendo que a partir da página 660 remete para os sinais de desentendimento entre ambos.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

mesmo que os deputados eleitos por essa região só apoiariam Cavaco Silva caso uma maioria absoluta dependesse deles. Dentro ou fora do poder, o PSD continuava a ser um partido repleto de fações. Neste período temporal o mais importante é a tentativa de exercer uma função centralizada do Presidente como motor para retardar ou fazer avançar o amadurecimento do sistema democrático português. Existe a possibilidade constitucional de dar maior ênfase às características parlamentares ou presidenciais do sistema. Estas mudanças de ênfase refletem habitualmente as transformações no sistema político, especialmente o que se relaciona com o desenvolvimento do sistema de partidos e as relações entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. O que permanece constante no sistema, porém, é a grande notoriedade e a posição de poder do Presidente da República. Este continuará a ter uma importância decisiva no processo de aprofundamento da democracia no país, dependendo da personalidade e do compromisso com a democracia da pessoa que ocupa a função. Soares, apoiado nas regras do regime, continuou a agir de acordo com as normas, as práticas e os procedimentos normais estabelecidos durante a evolução do país para a democracia<sup>194</sup>. Cavaco Silva nunca quis alterar o equilíbrio que existia, há já alguns anos, entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. Este funcionamento relativamente estável da versão da coabitação preparou o PSD para decidir não obstruir a reeleição de Soares em 1991, muito antes de este anunciar a sua intenção de se candidatar. Em termos práticos, o partido não apresentaria o seu próprio candidato presidencial nas próximas eleições presidenciais, visto que todos tinham a perfeita noção de que, muito dificilmente, existiria alguém capaz de derrotar Mário Soares. O PSD também sabia que, se não adotasse uma posição de confronto com Soares, aumentariam as suas hipóteses de alcançar uma nova maioria parlamentar nas eleições legislativas marcadas para depois das presidenciais. O PSD utilizou as suas relações positivas com o Presidente para reforçar a imagem de estabilidade durante a campanha eleitoral. No entanto, depois de o PSD ter decidido não apresentar um candidato, as relações entre Cavaco e Soares agudizaram-se tal como foi dito. O Presidente exerceu o seu direito de veto em várias ocasiões<sup>195</sup>. A imprensa falou de uma guerra aberta entre Soares e o Governo. Soares acabaria por, em algumas das entrevistas concedidas, mostrar a sua preocupação relativamente às relações com o Governo. Além disso, não deixou ainda de frisar a necessidade de repensar o papel do Presidente e de reforçar a intervenção da função presidencial no sistema político português. Ademais, o Presidente da República mostrou-se ainda preocupado com a falta de pluralismo na sociedade portuguesa, defendendo a ideia de que um Governo com apoio maioritário não atua necessariamente melhor do que um Governo de coligação. Além disso, o Presidente também deixou transparecer a ideia de

---

<sup>194</sup> Frain, Maritheresa, *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*, pp. 200-201.

<sup>195</sup> Ver à semelhança de Maritheresa Frain, o artigo científico de Manuel Braga da Cruz “O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português”, relativo ao relacionamento entre Belém e São Bento.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

que gostaria, cada vez mais, de intervir na formulação de política de negócios estrangeiros e da defesa nacional<sup>196</sup>.

Como se sabe, chegado o dia 13 de janeiro de 1991, Mário Soares seria reeleito para um segundo mandato como Presidente da República<sup>197</sup>, tendo obtido o resultado de cerca de 70,35%; Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca arrecadou cerca 14,16% dos votos; Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas ficou com cerca 12,92% dos votos e, por fim, Carlos Manuel Marques da Silva recebeu cerca de 2,57% dos votos<sup>198</sup>. A tensão entre os dois centros de poder não só continuou como também se prolongou até às legislativas de 1991, altura em que o PSD acabaria por vencer com nova maioria absoluta e subido ainda mais os valores relativamente a 1987. Anteriormente havia sido referida a questão do desejo de Soares em intervir na questão da política externa do Governo. Pois bem, tomemos como exemplo a questão da cimeira ibero-americana em Guadalajara, México. Soares esteve presente nesta cimeira, ao passo que Cavaco esteve ausente e tal facto acabaria por causar algum mau estar até no seio do Executivo, na medida em que essas funções diziam respeito ao Governo e não ao Presidente. Um outro acontecimento tenso, e talvez o mais difícil durante a vigência do XI Governo Constitucional, dizia respeito à assinatura dos acordos de paz para Angola em maio de 1991, sendo que Cavaco não permitiu ser Soares a presidir a este evento. De resto, diga-se em abono da verdade que Mário Soares nunca aceitou de bom grado a chegada ao poder de Aníbal Cavaco Silva. Assim, apesar de nos primeiros anos como Presidente da República, sobretudo entre 1986 e 1990, as relações entre Primeiro-Ministro e Presidente serem exemplares, ao fim da Governação do PSD de Aníbal Cavaco Silva, sucederam-se vários episódios que desgastariam de vez as relações profissionais e pessoais de ambos os intervenientes.

Neste momento, impõe-se a seguinte questão: o que aconteceu ao Partido Social Democrata durante a vigência dos Governos de Cavaco Silva, principalmente o XI Governo? Posto isto, e respondendo a esta interpelação, importa mencionar que o PSD realizou dois congressos nacionais durante o primeiro governo com apoio maioritário. Neste período, não existia uma concorrência aberta à liderança de Cavaco Silva. Na verdade, este último tinha sido capaz de conquistar o exercício do poder para o PSD, quer se gostasse ou não do seu estilo de gestão. Apesar do partido se apresentar como um todo coeso, existiam, no seu interior, algumas vozes descontentes a nível das elites. De facto, no que diz respeito às bases, Cavaco teve um apoio muito superior ao de Sá Carneiro. Assim, parece-nos lícito referir que o político em apreço se identificou mais com as bases do partido que do que com a “máquina laranja” a

<sup>196</sup> Figueiredo, Rui Paulo, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, pp. 226-227.

<sup>197</sup> Segundo Maritheresa Frain, in “Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995”, Cavaco defendia a ideia de que Mário Soares obteve tal resultado dado às boas relações entre ambos, pp. 664-665.

<sup>198</sup> Comissão Nacional de Eleições, “Resultados das eleições de 1991 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=13&mes=01&ano=1991&eleicao=pr>.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

que presidia. Em 1990, no período em que se realizou o congresso, existiam crescentes críticas entre alguns membros da elite do partido que não pertenciam ao “círculo de Cavaco”. Primeiro, algumas figuras históricas do PSD começaram a retirar-se da vida política dominada pela forte personalidade de Cavaco. Entre estas figuras destacam-se Francisco Pinto Balsemão, Ângelo Correia, Carlos Macedo e João Salgueiro. Porém, como alguns destes membros da elite do PSD tinham fortes ligações com setores importantes da sociedade portuguesa (bancário, financeiro, comunicações, indústria, etc.), o partido começou a perder as suas ligações vitais à sociedade civil portuguesa. O partido, o Governo, os interesses específicos e a sociedade em geral teriam beneficiado com essa representação. Este total desfasamento da sociedade civil, que começou durante este período, deixaria o partido sem importantes pilares de apoio, incapacitando-o para resolver, não só as necessidades dos grupos de interesse, mas também da população em geral. Em segundo lugar, e em ligação com o primeiro ponto, importa mencionar que não existia debate interno nas reuniões do partido. Nas reuniões do Conselho Nacional, a agenda ou a estratégia política era proposta e aprovada sem qualquer discussão. Não eram permitidos nem debates, nem trocas de ideias. A maior parte dos dirigentes aceitaram esta realidade, ou simplesmente afastaram-se. Aqui começa um dos mais importantes problemas do PSD. O partido, sob a direção de Cavaco, durante o seu primeiro mandato, e ainda mais, durante o segundo, funcionou “pendurado ao Governo”, segundo as palavras do próprio Cavaco. As bases e os barões foram silenciados e o grupo parlamentar tornou-se um simples porta-voz legislativo do Governo. Como forma de compreender o que acaba de ser dito, podemos concluir que, de certa forma, deixou de existir um partido político para apenas existir um Governo, ou seja, existiu uma completa fusão do Governo e do PSD num só. Finalmente, continuaram a existir, no PSD, muitas intrigas e conflitos. Cavaco esteve sempre atento a estas movimentações para tentar disciplinar o partido. Apesar disso, o número de membros aumentou significativamente durante o primeiro Governo de Cavaco Silva. Os novos filiados juntaram-se ao partido para poderem partilhar o bolo do Poder e não por qualquer adesão apaixonada aos ideais do PSD. O partido transformou-se numa clientela do Poder durante a direção de Cavaco. Enquanto o PSD continuasse a obter o poder nos diferentes níveis de Governo, estes clientes podiam ser calados com promoções ou empregos. Fora do poder e sem Cavaco ou um líder igualmente carismático e forte, o partido sofreria perturbações internas, desorganização e estagnação na incorporação de novas ideias<sup>199</sup>.

### 3.2.5. Dimensão Internacional: Política Externa

Portugal, durante os executivos liderados por Cavaco Silva, conseguiu afirmar-se gradualmente no panorama mundial. A integração do escudo no Sistema Monetário Europeu, a participação na resolução de conflitos em Angola e Moçambique, bem como a participação de Portugal na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, as relações bastante

---

<sup>199</sup>Frain, Maritheresa, *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*, pp. 199-200.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

cordiais com os Estados Unidos e Espanha, as negociações com a China relativamente a Macau, os encontros com Margaret Thatcher foram, entre outras, questões e ações cruciais que permitiram que Portugal se afirmasse internacionalmente. A dimensão internacional que Portugal ganhou com Cavaco Silva ao poder, não pode ser de todo colocada de parte. Com a integração nas Comunidades Europeias, a 1 de janeiro de 1986, e com um período de grande prosperidade económica para o nosso país, o seu reconhecimento e relações com o exterior foram-se desenvolvendo e aperfeiçoando, fazendo com que a própria conquista da maioria absoluta por parte do PSD tivesse repercussões importantes em termos internacionais, valendo um reconhecimento positivo do exterior relativamente a Portugal. Note-se que a última imagem que se tinha de Portugal no estrangeiro era a de um país ingovernável, devido à curta duração dos seus governos. Assim, a vitória de Cavaco Silva seria assinalada como um progresso na vida política portuguesa<sup>200</sup>. O *Financial Times* dedicava, inclusive, em 30 de outubro de 1987, um suplemento a Portugal devido a esta vitória. Com a maior maioria da Europa, Cavaco via aumentar o seu crédito no exterior junto dos outros líderes. Os portugueses, por seu lado, davam um sinal muito positivo de que, ao optar pela estabilidade política, estes desejavam ir em frente com o projeto europeu. *The Economist*, revista de renome internacional, dedicava um suplemento a Portugal na edição de 28 de Maio de 1988. Numa visita realizada ao Brasil, em junho de 1988, o Primeiro-Ministro pôde efetivamente sentir a repercussão externa da mudança. Na realidade, Cavaco acabaria por, nesta viagem, ser acolhido por banhos de multidão, quer no Rio de Janeiro quer em São Paulo, comparáveis aos da campanha eleitoral de 1987. Vários meios de comunicação focavam o prestígio que Portugal conquistava internamente e exteriormente com excelentes desenvolvimentos, crescimento e modernização, que aproximava o país lusitano às sociedades mais desenvolvidas da Europa. Já com Fernando Collor, Cavaco Silva voltava ao Brasil, em maio de 1991, para uma cimeira luso-brasileira em Brasília. Ambos os Governos concluíram que o novo ritmo imprimido às relações bilaterais justificava a realização desse tipo de encontros e o momento escolhido para a primeira reunião de cúpula, como costumam dizer os brasileiros, não podia ter sido mais favorável ao Primeiro-Ministro Português, uma vez que a sua imagem se consolidara no país irmão. Os próprios brasileiros, através dos seus mais importantes meios de comunicação, enalteciam a importância destes encontros entre dois países que falam a mesma língua. Depois de gozar, durante muitos anos, de um reconhecimento quase inexistente, Portugal afirmava-se agora como um país capaz de se fazer ouvir, de se fazer respeitar e sobretudo o mais importante, ser capaz de nele poderem confiar e contar para o que fosse necessário<sup>201</sup>. Como é de fácil compreensão, antes de poder ter uma ideia concreta sobre o que foi feito em termos de política externa por parte do XI Governo Constitucional

---

<sup>200</sup> Ver a importância dada por Cavaco Silva à política externa portuguesa na sua entrevista ao Diário de Notícias disponível em: Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Quero Portugal um país de primeira: entrevista do Primeiro-Ministro Prof. Cavaco Silva ao Diário de Notícias nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 1989*; bem como a dimensão e importância da política externa do XI Governo Constitucional em: Sousa, Marcelo Rebelo, *Portugal em mudança: ensaios sobre a actividade do XI Governo Constitucional / Marcelo Rebelo de Sousa [et al.]*.

<sup>201</sup> Frain, Mariteresa, *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*, pp. 151-154.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

chefiado por Cavaco Silva, é de grande importância saber que, em parte, todos os sucessos e conquistas em termos de relações com o exterior deveram-se à maioria absoluta como foi sendo referido ao longo deste capítulo.

Na maioria das suas intervenções, Cavaco fazia questão de realçar a importância de se abraçar o projeto europeu. Para o Primeiro-Ministro, era absolutamente crucial que as reformas estruturais em marcha possibilitassem uma integração adequada e facilitada no seio das Comunidades Europeias. Os ideais e o estilo governativo de Cavaco seriam muitas vezes comparados ao de Margaret Thatcher. A Primeira-Ministra que, em maio de 1979, chegara ao nº 10 de Downing Street, estava disposta a romper com as ideias que regiam um passado recente e conduziram ao declínio da indústria britânica. Devido a essas comparações que se faziam entre Thatcher e Cavaco, o jornal francês *Le Monde*, perguntaria ao Primeiro-Ministro português se este se considerava como um discípulo da Primeira-Ministra inglesa, sendo que acabaria por referir que existiam muitos paralelismos relativamente ao que acreditava ser o melhor para o país e sobre de que forma isso deveria ser feito. O paralelismo que se estabeleceu entre os comportamentos políticos de ambos constituiria motivo para a Oposição, em Portugal, atacar o Primeiro-Ministro como um perigoso homem de direita pronto a pôr em causa as conquistas do 25 de Abril. Nas questões europeias, os dois Chefes de Governo eram apresentados como tendo posições muito próximas. Isso explicava-se, em parte, pela circunstância de ambos não se mostrarem muito dispostos a fazer concessões quando estavam em causa interesses nacionais profundos. No Conselho Europeu de Haia, em junho de 1986, Cavaco esteve ao lado de Thatcher e do chanceler alemão Helmut Kohl, na oposição à aplicação de sanções contra a África do Sul, preconizadas pela Dinamarca, Irlanda e Holanda. O primeiro encontro entre o Primeiro-Ministro português e a Primeira-Ministra britânica deu-se em maio de 1986. Cavaco deslocar-se-ia a Inglaterra por ocasião do festejo dos 600 anos do Tratado de Windsor. A conversa entre ambos consistiu, essencialmente, em sensibilizá-la para a necessidade de apoios comunitários para o desenvolvimento de Portugal. Era importante que esta facultasse o seu apoio às reformas estruturais a serem impostas em Portugal, mas, para tal, era preciso também garantir que os apoios comunitários lá chegassem. Cavaco voltaria a Londres em março de 1988, a convite da sua colega britânica. O entendimento pessoal e profissional entre ambos continuava a ser excelente. Thatcher viria num desses encontros onde estava presente o supervisor da tese de Doutoramento de Cavaco, o professor Alan Peacock, a exaltar o tremendo resultado eleitoral conquistado pelo PSD e por Cavaco Silva um ano antes<sup>202</sup>.

Quando o Governo de Cavaco Silva foi empossado, em 6 de novembro de 1985, herdava a questão de Macau para resolver em negociações com a República Popular da China. Mas a crise política que se instalara em Portugal, após o regresso de Eanes da sua viagem à China e Macau, tornava praticamente impossível aceder ao desejo dos chineses. A Constituição

---

<sup>202</sup> Idem, *ibidem*, pp. 139-143.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Portuguesa estabelecia que cabia ao Presidente da República a responsabilidade na administração e representação externa do território. No entanto, o programa do Governo aprovado em Assembleia da República em 20 de novembro de 1985, já possuía um ponto relativo à questão de Macau. O processo de negociação de Macau ficara, assim, encaminhado e da parte do Governo português havia a preocupação de assegurar, após a saída da Administração portuguesa, a preservação da estabilidade e do desenvolvimento económico e social do território; a proteção dos direitos e garantias dos residentes em Macau; a preservação da presença cultural portuguesa; o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com a República Popular da China e o reforço da projeção de Portugal no Oriente. Portugal tinha pressa na negociação por causa dos prazos constantes no calendário interno. Nesse sentido, o acordo deveria estar fechado de maneira a que pudesse ser ratificado pela Assembleia Nacional Popular Chinesa antes do seu encerramento, em Abril de 1987. A China considerava desejável que a transferência de Macau pudesse ocorrer simultaneamente com a data prevista para a retomada da soberania de Hong-Kong, em 30 de junho de 1997. Num ponto os chineses eram firmes: o território teria de voltar à China antes do ano 2000. Portugal advogava que, desde a assinatura da Declaração Conjunta, o documento que passava a regular a questão de Macau entre os dois países, deveria ocorrer um período de transição suficientemente longo para permitir uma preparação eficaz da transferência da administração. Zhou Nan foi recebido pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, mas não se chegava a nenhuma conclusão, quanto à questão da marcação da data. Na reunião que se realizou entre 8 e 12 de dezembro de 1986, Nan surgiu com uma posição de dureza e inflexível. De forma a conseguir recuperar a confiança nas negociações, Cavaco Silva, que acompanhava deste o início este processo, enviaria, a Pequim, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Eduardo Azevedo Soares. A viagem ocorreu a 20 de janeiro de 1987 e tinha como objetivo apresentar uma data para a transferência, essa seria feita a 31 de dezembro de 1999. Em 23 de março de 1987, eram dadas por concluídas as negociações entre Portugal e a China, relativamente a Macau. Dois dias mais tarde, o Primeiro-Ministro anunciava, na Assembleia Nacional Popular, a existência de entendimento entre os dois intervenientes. No dia 13 de Abril de 1987, Cavaco Silva assinava em Pequim, juntamente com o seu homólogo chinês Zhao Xiyang, a Declaração Conjunta sobre a questão de Macau<sup>203</sup>.

Os conflitos em Angola e Moçambique, com principal relevância para o conflito em Angola, visto que foi o mais problemático, exigiram intensas e cautelosas negociações com vista à paz armada. No que toca a Angola, e apesar da história colonial, Portugal desempenhou, mais tarde, um importante papel nas negociações de paz entre o Movimento Popular pela Libertação de Angola, liderado por José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, e a União Nacional para a Independência Total de Angola, liderada por Jonas Savimbi<sup>204</sup>. O grande

---

<sup>203</sup> Idem, *ibidem*, pp. 146-150.

<sup>204</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: os anos de governo em maioria*, vol. 2, p. 215.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

destaque vai para o então Secretário de Estado dos Assuntos Externos Cooperação, José Manuel Durão Barroso (a mando de Cavaco Silva), na forma como lidou com esta situação. Em maio de 1991, na Escola Superior de Hotelaria do Estoril (Bicesse), depois de intensas negociações e conversações entre todas as partes envolvidas, Durão Barroso conseguiu que José Eduardo dos Santos (Presidente de Angola e líder do MPLA) e Jonas Malheiro Savimbi (líder da UNITA) chegassem finalmente a um acordo que permitisse a realização de eleições livres sob a supervisão das forças das Nações Unidas, pondo fim ao conflito. Este acordo ficou conhecido como os acordos do Estoril. Apesar do sucesso deste acordo, as eleições livres, realizadas em 29 e 30 de setembro de 1992, ficaram marcadas como um “regresso às armas”, por assim dizer, pelo simples facto de que Savimbi julgava que ia sair vencedor o que acabou por não acontecer. Face a este resultado eleitoral, Savimbi declarou que as eleições tinham sido fraudulentas e inicia-se novamente um conflito armado em Angola. Cavaco Silva, no segundo volume da sua autobiografia política, refere o seguinte: “Novamente a questão de Angola voltou a absorver parte da minha atenção”<sup>205</sup>, Portugal voltou a sentar-se à mesa de negociações numa tentativa de resolver definitivamente o diferendo entre o MPLA e a UNITA. Surge então o Protocolo de Lusaka, em 1994, como um tratado de paz com vista a desmobilização das tropas. Todavia, o conflito manteve-se mesmo depois deste Protocolo e só terminou em 2002, com o assassinato a Jonas Savimbi, fazendo com que a UNITA deixasse de ser uma força militar para passar a ser uma força política. Relativamente a Moçambique, Portugal desempenhou um papel igualmente importante na procura da paz e resolução do mesmo conflito. Ao contrário de Angola, após a assinatura do tratado de paz a 4 de outubro de 1992 em Roma, o conflito armado em Moçambique tinha chegado ao fim. Numa conversa telefónica, o então líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, garantiu a Cavaco Silva que Moçambique não era como Angola e não voltaria a haver guerra (o conflito armado tinha chegado a um fim definitivo)<sup>206</sup>. Concluindo de forma geral, Portugal desempenhou um papel diplomático importante na mediação destes conflitos em que todas as partes envolvidas na guerra, tanto em Angola como em Moçambique, pediram ao executivo de Cavaco Silva para participar na resolução da guerra. Tudo isto traduziu-se numa afirmação de Portugal na cena internacional com Cavaco Silva a Primeiro-Ministro.

Portugal, com Cavaco Silva no poder, e como foi referido na introdução deste ponto, contribuiu em muito para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Antes da década de 80, a participação de Portugal nas cimeiras da CPLP, criada em Julho de 1996<sup>207</sup> estava condicionada pelas relações tensas com Angola. Porém, e como foi visto anteriormente, com a chegada ao poder de Cavaco Silva, o relacionamento de Portugal com a maioria das suas antigas colónias melhorou substancialmente. Cavaco Silva deu um enorme contributo ao desenvolvimento desta comunidade; por exemplo, com os acordos de ortografia

---

<sup>205</sup> Idem, *ibidem*, p. 250.

<sup>206</sup> Idem, *ibidem*, p. 268.

<sup>207</sup> Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, página consultada no dia 19 de Outubro de 2012, disponível em <http://www.cplp.org/id-45.aspx>

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

celebrados entre todos os países membros, anualmente passaram a realizar-se cimeiras luso-brasileiras iniciadas no tempo de Cavaco Silva<sup>208</sup>.

Com a chegada de Cavaco Silva a primeiro-ministro, em 1985, o relacionamento entre Portugal e Espanha evoluiu para um novo ciclo. Visto que Portugal e Espanha viriam a integrar, no mesmo ano, a CEE (1986), o relacionamento entre os dois países melhorou ainda mais. Em 1986, em Guimarães, as cimeiras anuais entre os dois países iniciaram-se a nível de chefes de governo que contribuíram em muito para um clima de normalidade e proximidade. Cavaco Silva e Felipe González, Primeiro-Ministro de Espanha, estavam sempre, de forma geral, de acordo em questões como mercado interno, reformas de fundo estruturais entre outras<sup>209</sup>. Assim, as relações entre ambos os países iniciaram-se, em dezembro de 1985, no Conselho Europeu a decorrer no Luxemburgo. Na verdade, Cavaco Silva procurava relacionar-se sempre de forma pragmática com o país vizinho. Após este Conselho Europeu aqui evidenciado, a cooperação entre ambos os países foi ainda melhor em vários sentidos. Para tal em muito contribuiu a boa opinião que cada Chefe de Governo tinha sobre o seu homólogo, e não esquecendo a questão europeia, ambos os interesses convergiam para o mesmo fim. Passaram a realizar-se cimeiras anuais, de forma a estabelecer laços ainda mais fortes entre estes países vizinhos. Estas cimeiras seriam realizadas alternadamente e, como já foi referido, marcam o início de uma próspera unidade política, social e económica. Por ocasião da cimeira de Sevilha, em fevereiro de 1990, os dois líderes definiram uma estratégia comum no processo de construção europeia, procurando, desse modo, precaver-se quanto às consequências da queda do Muro de Berlim no ano anterior. Na véspera desse encontro, Cavaco avisara que a atenção que a CEE passara a dar aos países do Leste não podia pôr em causa os interesses de Portugal e Espanha. Um eventual desvio para o Leste dos fluxos de investimento, em detrimento dos dois países da Península Ibérica, constituía outro motivo de preocupação. Cavaco admirava Gonzalez pelo seu pragmatismo em defender os interesses nacionais do país. O Primeiro-Ministro português via no processo de mudança da sociedade espanhola conduzida por Gonzalez, um paralelismo com o que se passava em Portugal. Podemos concluir dizendo que houve sempre um clima de cordialidade máxima e de cooperação entre Portugal e Espanha<sup>210</sup>.

Na mesma linha de relacionamento com Espanha, Cavaco Silva manteve, ao longo do seu tempo como primeiro-ministro, um relacionamento bastante cordial e com um carácter cooperativo com os Estados Unidos de Reagan, Bush e Clinton<sup>211</sup>. Cavaco Silva foi, ao longo do seu tempo como primeiro-ministro, realizando diversas viagens a Washington, onde abordou, entre outros aspetos, questões como a situação da Base das Lajes, o cenário internacional após a queda do muro de Berlim, a discussão acerca do fim da guerra civil em Angola. O início

<sup>208</sup> Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, pp. 227-229.

<sup>209</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: os anos de governo em maioria*, vol. 2, p. 371.

<sup>210</sup> Lima, Fernando, *O meu tempo com Cavaco Silva*, pp. 143-146.

<sup>211</sup> Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política: os anos de governo em maioria*, vol. 2, p. 374.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

da relação entre estes dois países verificou-se quando o vice-presidente George Bush se deslocou a Lisboa, em março de 1986, para representar a Administração norte-americana na cerimónia de posse do Presidente Mário Soares. George Bush aceitou jantar na residência oficial de S. Bento. Nessa noite, começava uma amizade entre os casais Cavaco Silva e Bush que se consolidaria numa visita do Primeiro-Ministro aos Estados Unidos, em setembro desse mesmo ano. A hospitalidade de George Bush não se ficou por aí, posto que organizou, para o seu visitante, um programa de contatos em Washington com o Secretário da Defesa, Caspar Weinberger, o Secretário de Estado, George Shultz, o Secretário do Tesouro, James Baker, o Secretário do Comércio, Malcom Baldrige, e o diretor da CIA, William Casey. Finalmente, Cavaco acabaria também por ser recebido na Casa Branca pelo Presidente Ronald Reagan. O Primeiro-Ministro de Portugal aproveitou a ocasião para expor o seu pensamento sobre a situação na África Austral. O Governo Português mantinha um bom nível de relacionamento com as autoridades angolanas e isto permitia-lhe ter acesso a alguma informação privilegiada. Assim, era do conhecimento de Lisboa que o Governo Angolano pretendia afastar da influência soviética e abrir caminho para uma relação mais aprofundada com os Estados Unidos. A dificuldade residia, porém, no apoio que a UNITA desfrutava junto de certos setores da Administração norte-americana. Para Portugal, não havia solução para o conflito angolano e, assim sendo, o melhor seria procurar criar as vias que ajudassem ao diálogo interno com vista à reconciliação e paz em Angola. Na apreciação que o Primeiro-Ministro português fazia da situação angolana, a única forma do Governo de Luanda se distanciar da pressão soviética seria uma aproximação à ala moderada do MPLA. Atendendo às boas relações que estabelecera, desde a primeira hora, com as autoridades angolanas, o Governo português estava disponível para exercer uma ação moderadora na questão de Angola. Em fevereiro de 1988, a convite de Ronald Reagan, Cavaco Silva cumpria uma visita oficial de trabalho aos Estados Unidos. Um dos pontos de discussão entre ambos seria a questão da Base das Lajes, como referido. No ano de 1988, decorreram as eleições presidenciais nos EUA. Durante a campanha eleitoral, e de forma surpreendente, o nome de Cavaco Silva surgiu na revista *The Atlantic Monthly*, onde era visível a alusão a um estilo académico de governação implementado por Cavaco em Portugal<sup>212</sup>. As mesmas eleições seriam vencidas pelo amigo do Chefe de Governo português, George Bush. Cavaco via, assim, a sua presença na Casa Branca alongada por mais uns tempos. Um ano volvido após as presidenciais americanas, Cavaco deslocar-se-ia a Washington para uma visita de trabalho e levava consigo um pedido feito pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, para que Cavaco exercesse a sua boa influência na Casa Branca para conseguir uma atitude de neutralidade dos EUA relativamente ao conflito a decorrer neste momento em Angola. Cavaco acabaria por fazer isso, chamando a atenção do presidente Bush para a necessidade dos EUA adotarem uma posição de neutralidade para que a resolução em definitivo deste conflito armado fosse solucionado definitivamente. As relações entre Portugal e os EUA conheceram outro momento de grande significado, em 12 de outubro de 1994, quando Bill Clinton, aproveitando a nova presença de

---

<sup>212</sup> Idem, *ibidem*, pp. 154-156.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Cavaco Silva na capital norte-americana, convidou para uma recepção inédita na Casa Branca, a comunidade luso-americana, que se fez representar através dos presidentes de muitas das suas associações e agremiações. Para reforçar o que foi dito, o jornal *Portugueses Times* de New Bedford, escrevia que o dia 12 de outubro de 1994 tinha sido um dia histórico para os portugueses emigrados nos EUA, visto que, pela primeira vez, foram recebidos na Casa Branca. Ainda nesta visita a Washington, Cavaco abordaria Clinton relativamente à questão de Timor. Esta abordagem surgiu pelo simples fato do Presidente dos EUA se deslocar em novembro desse mesmo ano à Indonésia, para participar na reunião da APEC (Asian Pacific Economic Cooperation). O principal objetivo de Aníbal Cavaco Silva era fazer com que, através de Clinton, o Governo de Suharto tomasse nota da posição portuguesa relativamente a Timor. Em primeiro lugar, as autoridades deveriam respeitar os direitos humanos e pusessem termo à sua violação naquele território; em segundo lugar, as negociações entre as duas partes, no âmbito da ONU, deviam constituir um diálogo sério e de boa-fé. Clinton deu garantias de que o faria. Mais tarde, Cavaco, através do envio de uma carta, agradeceu ao Presidente americano todo o seu esforço para garantir a paz ao povo timorense. No verão de 1999, no momento crucial da sua independência, Bill Clinton foi decisivo quando forçou as autoridades indonésias a aceitar uma força multinacional, sob a égide da ONU, para restaurar a paz naquele território<sup>213</sup>. É correto afirmar que o relacionamento entre os dois países teve sempre um sentido de cooperação e coordenação.

Quando Cavaco Silva visitou Berlim, no dia 16 de abril de 1986, após um encontro na véspera, em Bona, com o chanceler Helmut Kohl, da varanda do antigo Reichstag, foi-lhe proporcionado um olhar sobre o Muro e o que se projetava além dele. No tempo em que o Primeiro-Ministro teve contato com a “Cortina de Ferro”, Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev ocupavam-se da redução dos armamentos estratégicos e, nessa altura, nada fazia crer que, muito mais cedo do que seria de supor, o império soviético implodisse. Na primeira ida às conferências de Davos, Cavaco avistou-se com o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores da Hungria, Karoly Grosz, que substituíra Janos Kadar em maio de 1988. Aquele partido húngaro dominava o Poder desde 1949, quando o país foi oficialmente proclamado uma República Popular, sob o controlo de um regime comunista. A conversa com Grosz, em janeiro de 1989, surpreendeu Cavaco, pois não imaginava que as ideias do seu interlocutor pudessem situar-se tanto à direita. Aparentemente, alguma coisa estaria a mudar a leste e, de facto, não tardava muito, dava-se o colapso do poder comunista com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989. As dinâmicas geradas pelos movimentos populares nos países do Pacto de Varsóvia a favor da implantação da democracia teriam um desfecho inesperado em Moscovo em 21 de agosto de 1991. Boris Ieltsin liderava a resistência a uma tentativa de golpe contra Gorbachev para travar as reformas que estava a levar a cabo. Na sequência dessa ação, o Partido Comunista da União Soviética foi suspenso de todas as atividades. No dia 25 de dezembro do mesmo ano, Gorbachev resignava ao cargo de presidente, marcando com a sua decisão o fim

---

<sup>213</sup> Idem, *ibidem*, pp. 157.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

da União Soviética. Cavaco Silva foi ganhando também relações a leste. A experiência portuguesa de passagem de um regime de partido único para um regime democrático interessava às novas autoridades. Igualmente, a instalação dos mecanismos de funcionamento de uma economia de mercado, em substituição das economias centralizadas, constituía matéria de grande interesse nos países saídos do totalitarismo. Cavaco foi convidado a visitar alguns deles e a sua presença era sempre acompanhada de entrevistas à imprensa local sobre o processo de democratização de Portugal. O Primeiro-Ministro visitou ainda a República Checa e a Eslovénia. Em Lisboa, recebia o Presidente da Polónia, Lech Walesa, a quem oferecia um almoço em S. Bento, e o ex-presidente Mikhail Gorbachev. A criação, em 1987, dos Encontros de Lisboa, por iniciativa do político alemão Martin Bangeman e de Cavaco Silva, com o apoio da Fundação Naumann, tornou possível um espaço de debate que se revelaria da maior utilidade quando aconteceram as profundas mudanças na Europa do Leste. Muitos nomes da jovem classe política das novas democracias vieram à capital portuguesa participar nos *Lisbon Meetings*. Em 1990, primeiro ano após a queda do Muro de Berlim, Cavaco Silva fez alusão à capacidade do Homem em operar mudanças significativas na história da humanidade, tendo em vista o melhor para o ser humano. Esta referência dizia sobretudo respeito ao simples fato de que, depois de se pensar que a Europa não evoluiria mais, assistiu-se a um tremendo marco na história mundial, a queda da “Cortina de Ferro”<sup>214</sup>.

Tendo sempre por base a maioria absoluta conquistada em 1987, a política externa do Executivo maioritário de Cavaco Silva não colheu exclusivamente frutos a partir de 1987. Como é possível verificar, com a conquista da vitória eleitoral ainda que, sem maioria absoluta, Cavaco foi construindo uma forma de governar com base num estilo próprio e diferente de todos os outros. Isso acabou por passar para os membros do seu Governo, bem como a forma como estes se relacionavam com os seus homólogos e ainda o modo como a política externa e a salvaguarda dos interesses de Portugal eram levadas a cabo. Vejamo a capacidade de aproximação política e social de países africanos como Angola, Moçambique, entre outros, que guardavam um certo distanciamento e até rancor dado ao passado colonial que uniu Portugal a esses países, acaba por ser a prova de que Cavaco Silva tinha conseguido romper com o passado em termos políticos. Sem nunca esquecer a capacidade e a vontade em participar na resolução dos conflitos armados em ambos os países Portugal, através de José Manuel Durão Barroso, membro integrante do XI Governo Constitucional, desempenharia um papel predominante na tentativa de conciliação de todas as partes do conflito armado. Isto prova a capacidade em termos de política externa do Executivo que colhia frutos e construía uma reputação exemplar. Um outro aspeto importante e, que aqui foi focado, acaba por ser, sem dúvida a forma exemplar com que os Governos de Cavaco solucionaram a questão de Macau com a China. Sem nunca ceder a pressões, mas mantendo sempre a mesma postura de cordialidade e confiança, Cavaco Silva conseguiu criar uma excelente imagem de Portugal no Oriente.

---

<sup>214</sup> Idem, *ibidem*, pp. 169-170.

## Conclusão

Chegados a este momento, estamos em condições de, lançando um olhar retrospectivo, apresentar as principais conclusões decorrentes deste trabalho académico que se revelou um enorme desafio, deveras gratificante, embora não isento das tradicionais dificuldades de gestão de tempo e de conteúdos. Na realidade, devemos, à partida, confessar o enorme prazer que sentimos em estudar uma personalidade política tão influente, não só no âmbito da evolução registada pela democracia portuguesa, mas também no que concerne à realização de uma série de transformações que tocaram quase todos os domínios da vida do país, como é o caso de Aníbal Cavaco Silva.

Convém salientar que logo numa primeira fase deste estudo nos apercebemos das inúmeras dificuldades trazidas pela transição de um regime autoritário para um regime democrático, bem como pela almejada consolidação que se processou, reiterando-se, num quadro de instabilidade. Como se sabe, o tempo da transição contou com a presença assídua das mais variadas adversidades e bloqueios causados por grupos de interesses na tentativa de obtenção do poder. Com efeito, este período de implementação de um regime democrático ficou marcado pelo surgimento de seis governos provisórios, sem que nenhum deles conseguisse governar e obter as condições adequadas para o fazer. A situação pouco melhorou nos anos seguintes. A própria conjuntura económica do país em nada favorecia a estabilidade requerida para uma governação minimamente eficiente. Recorde-se que Portugal atravessou, no período de 1974-1985, graves dificuldades financeiras, acercando-se, por diversas vezes, da bancarrota, o que levou inclusivamente à intervenção do Fundo Monetário Internacional por duas vezes: a primeira em 1977 e a segunda em 1983. Todavia, e apesar dos variadíssimos obstáculos, a transição acabou por ser possível e a consolidação da democracia, que, por exemplo, muito beneficiou da Revisão Constitucional de 1982 e do avanço da democracia civilista, tornou-se uma realidade reconhecida externamente com a assinatura, em 1985, do acordo de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a respetiva entrada em 1986. Convém não esquecer que a entrada na CEE só era permitida a países cuja democracia estivesse realmente normalizada, tal como acontecia no caso de Portugal.

A par da importância preponderante da figura política em foco ao longo desta dissertação, tivemos ainda a oportunidade de destacar o nome de Francisco Sá Carneiro, devido às inúmeras batalhas que travou para que o seu partido político, na altura designado de Partido Popular Democrático (PPD), atual Partido Social Democrático (PSD), se afirmasse no panorama político português, bem como para que a consolidação da democracia se tornasse possível. Até certo ponto, Cavaco Silva revela-se o continuador do legado do líder histórico após o seu desaparecimento trágico. Depois da morte do fundador do PSD, Cavaco Silva afastou-se do poder, e mais concretamente da pasta de Ministro das Finanças e do Plano que desempenhava

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

até aí, para dedicar-se exclusivamente ao ensino. Porém, isto acabaria por ser um prenúncio da ascensão de um líder forte e carismático.

Como se percebeu, Cavaco travou numerosas batalhas pelo controlo do partido contra Francisco Pinto Balsemão, Primeiro-Ministro de 1981 a 1983. Depois do afastamento de Pinto Balsemão, Carlos Mota Pinto esteve no Governo do Bloco Central, bem como na liderança do PSD, acabando por morrer prematuramente em 1985. Este falecimento acabou por se revelar uma espécie de marco histórico e de ponto de viragem, posto que, a partir deste momento, Cavaco tinha o caminho verdadeiramente aberto para se candidatar à presidência do seu partido. Tal cenário acabou por acontecer com uma vitória surpreendente na Figueira da Foz, em 1985, durante um Congresso do PSD. Cavaco, contra todas as expectativas, derrotou João Salgueiro, tornando-se assim no novo Presidente social-democrata. O tempo que seguiu à tomada de poder no PSD foi caracterizado por uma onda de sucesso. Cavaco, na tentativa de fazer valer a sua posição junto de Mário Soares, Primeiro-Ministro de então, que lhe exigia o reassumir dos compromissos firmados com Mota Pinto, acabou por dar a “machadada final” num governo já moribundo. Os ministros do PSD abandonaram o governo no dia seguinte à assinatura do tratado de adesão à CEE. Ramalho Eanes, o então Presidente da República, inimigo declarado de Mário Soares e inspirador do novo partido, o PRD, não teve outra alternativa a não ser a marcação de eleições antecipadas. Como se sabe, essas legislativas integram a lista dos acontecimentos que marcaram, em termos políticos, um ponto de viragem em Portugal, posto que o Partido Social Democrático acabou por vencer e, por conseguinte, Aníbal Cavaco Silva chegou finalmente ao poder, iniciando, aquilo que na altura ainda não era visível, a instalação de um sistema de partido dominante, de “democracia maioritária”, usando uma expressão de André Freire<sup>215</sup>.

Aníbal Cavaco Silva chefiou, durante um período de dois anos, o X Governo Constitucional, negociando vários acordos com a oposição para fazer valer a aprovação das suas propostas de leis. Naquela altura, o grande desejo de Cavaco era a implementação de reformas estruturais capazes de modernizar e propiciar um crescimento económico sustentado a Portugal, peças valiosas na engrenagem do aperfeiçoamento da eficiência e da qualidade da democracia. Todavia, esse desejo embateu constantemente nos bloqueios causados pela oposição, visto que o PSD não possuía uma maioria absoluta no parlamento, tratando-se apenas de um governo de maioria relativa. Depois de dois anos no poder, o X Governo Constitucional acabou por cair perante a aprovação de uma moção de censura. Essa moção de censura foi apresentada pelo PRD. Mas, na realidade, como tivemos oportunidade de constatar, a queda do X Governo acabou por constituir uma benesse para Cavaco.

---

<sup>215</sup> Freire, André (2011), “Eleições, Sistemas Eleitorais e Democratização: o Caso Português em Perspectiva Histórica e Comparativa”, in: André Freire (coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português. Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa: Edições Colibri / Fundação Mário Soares / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 68.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Com a realização de novas eleições antecipadas e de uma campanha eleitoral fulgurante, o PSD e Cavaco derrotaram a oposição, alcançando uma maioria absoluta que juntamente com a de 1991, reconquistada pelos sociais-democratas, foram as primeiras maiorias absolutas de um só partido no pós 25 de Abril, consagrando o PSD como partido dominante e protagonista maior da estabilização política. Aníbal Cavaco Silva tinha finalmente a possibilidade de levar a cabo o maior programa de reformas estruturais alguma vez sonhado no Portugal democrático. Aliado a um estilo próprio, que ficou conhecido pelo termo “cavaquismo”, foi introduzido, nos mais diversos setores da sociedade portuguesa, importantes mudanças, embora, em rigor, não seja errado referir-se que o cavaquismo existe para além de Cavaco Silva, posto que, a título exemplificativo, o próprio José Sócrates usou determinadas características deste tipo de governação.

Seja como for, foi com o cavaquismo que se lançou o maior programa de reformas da III República, com impacto por um largo período de tempo e que, em abono da verdade, ainda hoje, para o bem e para o mal, se faz sentir em variados campos da realidade nacional. Cavaco conseguiu levar o Estado-Providência ao seu apogeu máximo, digamos assim, fomentando por esta via uma relevante redistribuição da riqueza e dos apoios sociais pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade, num grau nunca visto até então em Portugal e que aumentava o nível de satisfação dos portugueses com o funcionamento da democracia, facto ainda bem visível no ano de 1993<sup>216</sup>. Como foi referido no terceiro capítulo, no período do cavaquismo, Portugal afirmou-se como uma democracia moderna, tipicamente pluralista e ocidental, e ganhou inclusivamente protagonismo na cena internacional, mormente em questões relacionadas com a África. De facto, pelo muito que foi exposto, podemos mesmo dizer que o cavaquismo, apesar de alguns aspetos negativos, já enunciados, apresenta-se como um estilo de governação que veio marcar um ponto de viragem, em termos políticos, sociais e económicos.

Enfim, Aníbal Cavaco Silva, líder forte e consistente, ficará para sempre na história política de Portugal, até porque foi o primeiro-ministro que esteve mais anos à frente do governo desde a Revolução de Abril, contribuindo substancialmente para a evolução da democracia portuguesa rumo à cobiçada modernidade, particularmente por meio do desempenho reformador do XI Governo Constitucional, isto num quadro marcado pela estabilidade e por altos índices de crescimento económico, embora, sabe-se hoje, a enunciada prosperidade apresentasse muitos traços artificiais.

---

<sup>216</sup> Cf. Pasquino, Gianfranco (2005), *Sistemas Políticos Comparados*, Cascais: Principia, pp. 219-220.

## Bibliografia

Aguiar, Joaquim (1994), “Partidos, Eleições e Dinâmica Política (1975-1991)”, in: *Análise Social*, vol. XXIX, 171-236.

Antunes, Miguel Lobo (1989), “A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal”, in: *Análise Social*, vol. XXIV, 77-95.

Belchior, Ana Maria (2010), *Democracia e Representação Partidária: A elite parlamentar e os cidadãos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco (2004), *Dicionário de Política*, 12.ª ed., Brasília: Editora UnB, 2 vols.

Carvalho, Manuel Proença de (2008), *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora.

Cunha, Adelino (2005), *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva (1979-1985)*, Lisboa: Edeline.

Cruz, Manuel Braga da (2000), “A Evolução da Democracia Portuguesa”, in: *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Ediciones Sequitur.

Cruz, Manuel Braga da (1996-1997), “A igreja na transição democrática portuguesa”, in: *LUSITANIA SACRA*, 2ª série, 8/9, 519-536.

Cruz, Manuel Braga da (1995), “O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português”, in: *Análise Social*, vol. XXIX, 237-265.

Della Porta, Donatella (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa: Editorial Estampa.

Fernandes, Jorge Miguel Alves (2009), *O Conselho da Revolução na fiscalização da constitucionalidade (1976-1982)*, Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais.

Figueira, João Costa (1987), *Cavaco Silva: Homem de Estado*, Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa.

Figueiredo, Rui Paulo (2004), *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, Lisboa: Hugin Editores.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

Frain, Maritheresa (1998), *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*, Lisboa: Editorial Notícias.

Frain, Maritheresa (1996), “O PSD como partido dominante em Portugal”, in: *Análise Social*, vol. XXXI, 975-1005.

Frain, Maritheresa (1995), “Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995”, in: *Análise Social*, vol. XXX, 653-678.

Freire, André (2005), “Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004”, in: *Análise Social*, vol. XL, 815-846.

Freire, André (2011), “Eleições, Sistemas Eleitorais e Democratização: o Caso Português em Perspectiva Histórica e Comparativa”, in: André Freire (coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português. Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa: Edições Colibri / Fundação Mário Soares / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Freire, André (2000), “Participação e Abstenção nas Eleições Legislativas Portuguesas, 1975-1995”, in: *Análise Social*, vol. XXXV, 115-145.

Gaspar, Carlos (1990), “O processo constitucional e a estabilidade do regime”, in: *Análise Social*, vol. XXV, 9-29.

Lima, Fernando (2004), *O meu tempo com Cavaco Silva*, Lisboa: Bertrand Editora.

Manalvo, Nuno (2001), *PSD a marca dos líderes*, Lisboa: Editorial Notícias.

Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação política e democracia: o caso Português (1976-2000)*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Nunes, Filipe Abreu (2003), “Transição e Consolidação Democráticas”, in: *PENÉLOPE*, Nº 28, 107-131.

Pasquino, Gianfranco (2005), *Sistemas Políticos Comparados*, Cascais: Principia.

Pinto, Ricardo Leite; Correia, José de Matos e Seara, Fernando Roboredo (orgs.), (2009), *Ciência Política e Direito Constitucional: Teoria Geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Partidos Políticos*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

Portugal. Governo Constitucional XI, *Dois anos de governo: no caminho do progresso / XI Governo Constitucional*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1989.

Portugal. Governo Constitucional, 11, *Um ano de governo: construir a modernidade / XI Governo Constitucional*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1988.

Portugal. Governo Constitucional, 11, *Na posse do XI Governo Constitucional: Palácio da Ajuda, 17 de Agosto de 1987*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1987.

Portugal. Governo Constitucional, 11, *Três anos de governo: o desafio da mudança / XI Governo Constitucional*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1991.

Portugal, Ministro das Finanças e do Plano, 1980 (Aníbal Cavaco Silva), *Address / by Professor Doctor Aníbal Cavaco e Silva Minister of Finance and Planning on the occasion of the 59th session of the Institut International d'Etudes Bancaires*, Lisbon: Banco Português do Atlântico, 1980.

Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *A modernização dos Serviços Públicos: carta do Primeiro-Ministro aos membros do Governo / Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa: Secretariado para a Modernização Administrativa, 1990.

Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Construir a modernidade: discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional / Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Ganhar o futuro: discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional / Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

Portugal. Primeiro-Ministro, 1985-1995 (Aníbal Cavaco Silva), *Quero Portugal um país de primeira: entrevista do Primeiro-Ministro Prof. Cavaco Silva ao Diário de Notícias nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 1989*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Reis, António (1990), “Os Governos Constitucionais: da Alternância no Poder ao Sistema de Partido Dominante”, in: António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, Lisboa: Publicações Alfa.

Rosas, Fernando (coord.), (1999), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, org. Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: Edições Colibri.

## Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)

Schmitter C., Phillippe (1999), *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Silva, Aníbal Cavaco (2004), *Autobiografia Política: os anos de governo em maioria*, vol. 2, Lisboa: Temas e Debates.

Silva, Aníbal Cavaco (2002), *Autobiografia Política: o percurso até a maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, vol. 1, Lisboa: Temas e Debates.

Silva, Aníbal Cavaco (1982), *A política económica do governo de Sá Carneiro*, Lisboa: D.Quixote.

Silva, Aníbal Cavaco (1979), *Políticos, burocratas e economistas*, Coimbra: Gráf. Coimbra.

Silva, Aníbal Cavaco (1995), *As Reformas da Década (1986-1995)*, Lisboa: Bertrand Editora.

Sousa, Marcelo Rebelo de (1991), *Portugal em mudança: ensaios sobre a actividade do XI Governo Constitucional / Marcelo Rebelo de Sousa [et al.]*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Sousa, Marcelo Rebelo de (1980), *A revisão constitucional e os partidos políticos*, Lisboa: Inst. Democracia e Liberdade.

Stock, Maria José (1988), “A imagem dos partidos e a consolidação democrática em Portugal - resultados dum inquérito”, in: *Análise Social*, vol. XXIV, 151-161.

Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, Lisboa: Editorial Presença.

Telo, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, Lisboa: Editorial Presença.

Varela, Raquel (coord.), (2012), *Revolução ou Transição: História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa: Bertrand Editora.

## Outras Publicações

PSD - Manifesto Eleitoral (1987), *Portugal não pode parar*.

PSD (1985), *Programa do X Governo Constitucional*.

PSD (1987), *Programa do XI Governo Constitucional*.

## Webgrafia

Assembleia da República, “Revisões Constitucionais”, página consultada no dia 20 de dezembro de 2011, disponível em

<http://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1975 para a Assembleia Constituinte”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1975 para a Assembleia Constituinte”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1976 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1976&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1979 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=02&mes=12&ano=1979&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1980 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=05&mes=10&ano=1980&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados das eleições de 1980 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=07&mes=12&ano=1980&eleicao=pr>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1983 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1983&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1985 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=06&mes=10&ano=1985&eleicao=ar>.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1985 para as Autarquias”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=15&mes=12&ano=1985&eleicao=cm>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1986 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=26&mes=01&ano=1986&eleicao=pr>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais da segunda volta de 1986 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=16&mes=02&ano=1986&eleicao=pr>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados Eleitorais de 1987 para a Assembleia da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=19&mes=07&ano=1987&eleicao=ar>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados das eleições autárquicas de 1989”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=17&mes=12&ano=1989&eleicao=cm>.

Comissão Nacional de Eleições, “Resultados das eleições de 1991 para a Presidência da República”, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=13&mes=01&ano=1991&eleicao=pr>.

Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, página consultada no dia 19 de Outubro de 2012, disponível em <http://www.cplp.org/id-45.aspx>

Correia, Pedro (2005), “O Documento que pôs fim ao consulado Gonçalvesista”, in: Diário de Notícias, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=618748](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=618748).

Diário de Lisboa. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 54, n. 18439, 25 Abril de 74, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=06819.169.26703&bd=IMPRESA](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06819.169.26703&bd=IMPRESA).

Diário de Lisboa. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 56, n. 19110, 23 Julho de 76, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=IMPRESA&nome\\_da\\_pasta=06825.175.27595&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPRESA&nome_da_pasta=06825.175.27595&numero_da_pagina=1).

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**

Diário de Lisboa. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 65, n. 21781, 12 Junho de 85, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=06845.195.30265&bd=IMPrensa](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06845.195.30265&bd=IMPrensa).

Diário de Lisboa. Lisboa: DDR - Documentos Ruella Ramos, ano 67, n. 22401, 2 de Julho de 1987, página consultada em 20 de Maio de 2012, disponível em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome\\_da\\_pasta=06883.200.30885&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06883.200.30885&numero_da_pagina=1).

Presidência da República, “António de Spínola”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=6>.

Presidência da República, “António dos Santos Ramalho Eanes”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=24>.

Presidência da República, “Costa Gomes”, página consultada em 20 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=25>.

**Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)**